



30º RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

Processo de Rec. Judicial: 0125467-49.2021.8.19.0001

Excelentíssima Senhora, Doutora Juíza de Direito da 6ª Vara
Empresarial da comarca do Rio de Janeiro.

Relatório previsto no Art. 22 da Lei 11.101/2005, referente à
competência de Novembro/2023.

30 de Novembro de 2023



Sumário

1. Dados da Recuperação Judicial	4
2. Atualização da fase processual	7
2.1 Eventos processuais relevantes	7
2.2 Fase atual da Recuperação Judicial	7
2.3 Eventual prática de atos previstos no art. 64 da Lei nº 11.101/2005	9
3. Dos canais de comunicação	11
4. Do Relatório Mensal de Atividades	12
5. Rio Trens Participações S.A.	13
5.1 Da Análise Societária	14
5.1.1 Da Administração da Recuperanda	15
5.1.2 Das atividades	16
5.1.3 Da Sede e Filiais.....	16
5.2 Do Quadro de Funcionários	16
5.3 Das operações das Recuperandas	16
5.4 Da análise Contábil-Financeira	17
5.4.1 Da Demonstração do Resultado do Exercício	18
5.4.2 Balanço Patrimonial	22
5.4.3 Indicadores	30
5.5 Lista de Credores	37
5.6 Pagamentos realizados	38
5.7 Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial ...	38
6. Supervia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.	40
6.1 Da Análise Societária	41
6.1.1 Da Administração da Recuperanda	45
6.1.2 Das atividades	45
6.1.3 Da Sede e Filiais.....	46
6.2 Do Quadro de Funcionários	46
6.3 Das Operações das Recuperandas	47
6.3.1 Da capacidade	47
6.4 Da análise Contábil-Financeira	48
6.4.1 Da Demonstração do Resultado do Exercício	49
6.4.2 Balanço Patrimonial	57
6.4.3 Indicadores	75
6.5 Lista de Credores	81
6.6 Pagamentos realizados	82
6.7 Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial ...	83
7. FLOSPE Empreendimentos e Participações S.A.	85
7.1 Da Análise Societária	86
7.1.1 Da Administração da Recuperanda	86
7.1.2 Das atividades	87

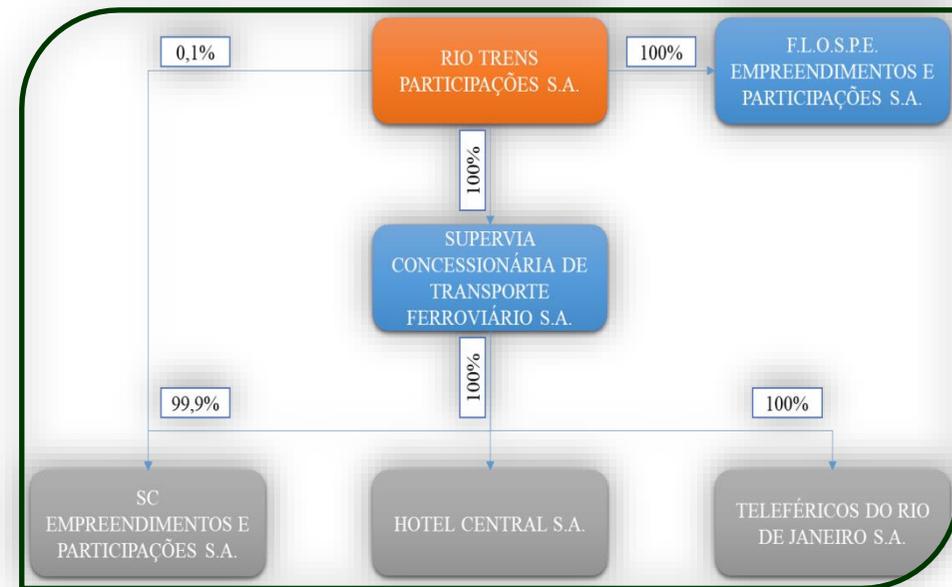
7.1.3	Da Sede e Filiais.....	87	8.5	Lista de Credores.....	134
7.2	Do Quadro de Funcionários.....	88	8.6	Pagamentos realizados	134
7.3	Das operações das Recuperandas.....	88	8.7	Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial .	135
7.4	Da análise Contábil-Financeira	88	9.	Teleféricos do Rio de Janeiro S.A.....	137
7.4.1	Da Demonstração do Resultado do Exercício.....	89	9.1	Da Análise Societária.....	138
7.4.2	Balanco Patrimonial	94	9.1.1	Da Administração da Recuperanda	140
7.4.3	Indicadores	101	9.1.2	Das atividades	141
7.5	Lista de Credores.....	107	9.1.3	Da Sede e Filiais.....	142
7.6	Pagamentos realizados	108	9.2	Do Quadro de Funcionários.....	142
7.7	Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial .	108	9.3	Das operações das Recuperandas.....	142
8.	SC Empreendimentos e Participações S.A.	110	9.4	Da análise Contábil-Financeira	143
8.1	Da Análise Societária.....	111	9.5	Lista de Credores	143
8.1.1	Da Administração da Recuperanda	113	9.6	Pagamentos realizados	144
8.1.2	Das atividades	114	9.7	Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial .	144
8.1.3	Da Sede e Filiais.....	115	10.	Hotel Central S.A.	146
8.2	Do Quadro de Funcionários.....	115	10.1	Da Análise Societária	147
8.3	Das operações das Recuperandas.....	115	10.1.1	Da Administração da Recuperanda	148
8.4	Da análise Contábil-Financeira	115	10.1.2	Das atividades.....	149
8.4.1	Da Demonstração do Resultado do Exercício.....	117	10.1.3	Da Sede e Filiais	150
8.4.2	Balanco Patrimonial	121	10.2	Do Quadro de Funcionários.....	150
8.4.3	Indicadores	128	10.3	Das operações das Recuperandas	150

10.4	Da análise Contábil-Financeira	151
10.5	Lista de Credores	151
10.6	Pagamentos realizados.....	151
10.7	Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial 152	
11.	Relação de Anexos.....	154

1. Dados da Recuperação Judicial

O processo em epígrafe iniciou com as empresas RIOTRENS PARTICIPAÇÕES S.A.; SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS S.A.; FLOSPE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.; SC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.; TELEFÉRICOS DO RIO DE JANEIRO S.A.; e HOTEL CENTRAL S.A., pertencentes ao “Grupo SuperVia”, como se auto declaram, formulando o pedido de Recuperação Judicial perante o MM. Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, como se verifica nos autos às fls. 3/33, sendo apresentados para instrução do petítório, documentos numerados do 1 ao 24, localizados às fls. 24/3539.

Na inicial, o Grupo SuperVia descreve a importância das atividades por ele desempenhadas, exprimindo em detalhes cada momento vivenciado desde a sua criação, passando pela concessão, adjudicada à SuperVia, inicialmente por 25 anos, sendo prorrogado por mais 25 anos, findos em 2048. Além disso, também é descrita a necessidade de criação das demais empresas do grupo para a exploração de serviços complementares à Concessão com fulcro na geração de receitas acessórias e não tarifárias. Apresentando a participação entre as empresas do grupo.



a participação entre as empresas do grupo.

De acordo com o apresentado na inicial, a “Rio Trens” é detentora de 100% das ações das empresas “SuperVia” e “F.L.O.S.P.E.”, e de 0,1% das ações da “SC Empreendimentos”, por sua vez, a “SuperVia” detém 99,9% das ações da “SC Empreendimentos” e 100% das ações das empresas “Hotel” e “Teleféricos”. Sendo a atividade principal do grupo operado pela “SuperVia”.

As Recuperandas alegaram que em decorrência da pandemia da Covid-19, houve impacto direto na operação principal por medidas impostas pelo Estado do Rio de Janeiro. Inicialmente houve suspensão da operação, seguindo de redução da taxa de ocupação dos trens em 50%, evoluindo posteriormente para 60%. Assim como a taxa de ocupação as grades de horário também foram reajustadas para obedecer às normas impostas pelo Estado, visando obedecer aos protocolos sanitários, fazendo com que a operação passasse a funcionar com níveis baixíssimos de ocupação nos vagões, como 5%, mantendo o custo de ocupação total.

Além dos custos tradicionais, as Recuperandas alegam arcar com custos extraordinários, decorrentes de novas medidas de higienização em toda infraestrutura. Com os custos fixos mantidos e a redução drástica da operação, além de outros fatores relatados na inicial, as Recuperandas protocolizaram o pedido como meio de proteger os interesses dos credores e preservar a sua produtividade, resultando no presente processo.

Em despacho de fl. 3547, o MM. Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital declinou da competência, ante a prevenção do MM. Juízo da 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, embasada na certidão cartorária de fl. 3544, que informou a existência de requerimento de falência da SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS S.A., junto ao referido juízo.

Em decisão proferida por este MM. Juízo, fls. 3564/3570, é deferido o processamento da recuperação judicial das empresas em tela sendo nomeada a pessoa jurídica E. Ferreira Gomes Advogados, CNPJ 11.468.904/0001-62, que hoje com endereço na Avenida Almirante Barroso, nº 81, 32º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.010-010, incumbindo ao seu representante legal, Evandro Pereira Guimarães Ferreira Gomes OAB/RJ 137.473, cujo termo de compromisso assinado consta anexado à fl. 3574.

2. Atualização da fase processual

2.1 Eventos processuais relevantes

No período compreendido pelo presente Relatório Mensal de Atividades, novembro de 2023, o processo de Recuperação Judicial contou com os relevantes eventos e manifestações processuais abaixo relatados.

Em 10/11/2023 foi proferido ato ordinatório informando que fora expedidos mandados de pagamento em favor da Recuperanda.

Em 21/11/2023 a Recuperanda apresentou manifestação requerendo a juntada da relação de todos os pagamentos realizados para os Credores da Classe I até aquela data, com intuito de demonstrar seu adimplemento.

Em 23/11/2023 a Administração Judicial apresentou manifestação juntando o relatório sucinto e requerendo a publicação de edital orientando todos os 63 (sessenta e três) credores constantes na planilha denominada “Créditos sem comprovação de pagamento” do Critério I do relatório, para que apresentem exclusivamente seus dados bancários, na forma prevista na cláusula 11.4 do Plano de Recuperação Judicial aprovado.

2.2 Fase atual da Recuperação Judicial

O quadro demonstrativo abaixo ilustra o trabalho desenvolvido e os marcos processuais já atingidos no período compreendido pelo presente relatório.

Check list da atuação da Administração Judicial		
Análise da inicial e dos 3.502 (três mil quinhentos e dois) documentos que instruíram a inicial	Atendimento por e-mail, telefone e presencialmente dos credores listados pelas Recuperandas e de outros eventuais credores que venham a se habilitar	Fiscalização do efetivo cumprimento do Plano de Recuperação Judicial
Adequação da equipe técnica multidisciplinar para atuação específica nos autos da Recuperação Judicial	Análise das habilitações retardatárias e impugnação à relação de credores	
Adequação de espaço físico e eletrônico específico para alocar a equipe técnica e melhor atender aos credores	Análise das demonstrações contábeis e financeiras mês a mês das 5 Recuperadas	
Análise do contrato de contrato de financiamento a ser firmado pelas Recuperandas e investidor na modalidade DIP <i>finance</i>	Relatórios mensais de atividades das Recuperandas	
Elaboração de e envio das correspondências aos credores de todas as Recuperandas listadas em litisconsórcio ativo	Atuação nos processos satélites distribuídos por dependência ao processo Recuperacional, especialmente habilitações e divergências de crédito	
Relatório contábil inicial	Manifestação em processos de diferentes competências quando intimado a manifestar-se em decorrência do deferimento do processamento da Recuperação Judicial	
Verificação da prestação do serviço através de visita técnica em 23/06/2021	Resposta aos e-mails e telefonemas dos credores e outros interessados	
Análise das habilitações e divergências de crédito tempestivas	Estruturação, convocação e organização da Assembleia Geral de Credores, seja para deliberar o Plano de Recuperação Judicial ou qualquer outro assunto em que seja necessária a instalação de AGC que está agendada para os dias 30/11 e 14/12. Após suspensão, a AGC foi retomada em 22/02/2022 e suspensa até 27/04/2022, quando foi deliberada nova suspensão, para continuidade em	

	31/05/2022.	
Atendimento aos credores que agendaram hora para despachar suas habilitações e divergências de crédito	Em continuidade a segunda Assembleia Geral de Credores, no dia 31/05/2022, o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Supervia foi submetido a votação e aprovado pelos credores, nas 03 (três) classes listadas, nos termos do art. 45 da Lei nº 11.101/05.	
Respostas de mais de 200 e-mails respondendo dúvidas de credores quanto ao QGC apresentado pela Recuperanda	Análise e controle de legalidade do Plano de Recuperação Judicial.	
Atendimento de 89 telefonemas de credores solicitado esclarecimentos e informações	Atualização do Quadro Geral de Credores em decorrência das decisões nos autos dos processos de habilitação de crédito e Impugnações.	
Apresentação do RMA referente ao mês de Junho/2021	Início da fiscalização do efetivo cumprimento do Plano de Recuperação Judicial aprovado em 31/05/2022.	
Consolidação da lista de credores prevista no §1º, do artigo 7º, da Lei nº 11.101/2005		
Apresentação do RMA referente ao mês de julho/2021		
Apresentação do Quadro Geral de Credores do §2º, do artigo 7º.		

2.3 Eventual prática de atos previstos no art. 64 da Lei nº 11.101/2005

Até o momento da elaboração deste relatório não fora apurado por esta Administração Judicial qualquer ato relacionado ao referido artigo. Destarte, é importante ressaltar que, qualquer ato eventualmente identificado, será reportado imediatamente nos relatórios seguintes.

3. Dos canais de comunicação

Todas as movimentações de cunho ostensivo serão divulgadas no *site* desta Administração Judicial, no endereço http://eferreiragomes.com.br/crbst_20.html. Além do *site* para consultas, esta Administração Judicial disponibiliza os contatos telefônicos (21) 3807-8938 / (21) 98854-9014, bem como o e-mail rj.supervia@eferreiragomes.com.br. As correspondências físicas deverão ser encaminhadas para o endereço: Av. Almirante Barroso, nº 81, 32º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP.20.031.004.

The screenshot displays the website for SUPERVIA Trens Urbanos. On the left is a navigation menu with buttons for INICIO, ADM. JUDICIAL, SÓCIOS, CONTATO, and ÁREAS DE ATUAÇÃO. The main content area features a 'Documentos' section with three document links: 'Sentença do Deferimento do Processamento da recuperação Judicial', 'Relação de Credores apresentada pela recuperanda', and 'Edital do §1º, do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005'. A prominent 'Aviso Importante SUPERVIA' box contains the following text: 'Edital do §1º, do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005. A Administração Judicial informa que a publicação do Edital previsto no §1º, do artigo 52, foi publicado no DJE no dia 02/07/2021. Assim, os credores poderão apresentar no prazo de 15 (quinze) dias corridos, na forma do §1º, do artigo 7º, da Lei nº 11.101/2005 suas divergências e habilitações, diretamente a este Administrador Judicial pelo seguinte e-mail: rj.supervia@eferreiragomes.com.br'. At the bottom, contact information is provided: 'Processo Número: 0125467-49.2021.8.19.0001; Contato: E-mail: rj.supervia@eferreiragomes.com.br'. The footer contains the address 'Av. Almirante Barroso, nº 81, 32º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP.20.031.004 • Tel: +55 (21) 3807- 8938 / 98854-9014 • egomes@eferreiragomes.com.br' and the copyright notice 'E. Ferreira Gomes Advogados (c) 2008-2021. Todos os direitos reservados'.

4. Do Relatório Mensal de Atividades

Para elaboração do presente relatório, as Recuperandas disponibilizaram os documentos solicitados por esta Administração Judicial em nuvem, através do site <https://box.com>, compartilhando com 53 usuários, dos quais apenas 4 são integrantes desta equipe. Todos os usuários podem ser conferidos no **ANEXO I**¹ deste relatório.

Cabe ressaltar que, apesar da existência de litisconsórcio, não houve consolidação substancial. Dessa forma, considerando a consolidação processual, o presente relatório será único, contudo, especificando individualmente os dados de cada recuperanda em capítulos separados, conforme discriminado infra:

5. Rio Trens Participações S.A.
6. Supervia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.
7. FLOSPE Empreendimentos e Participações S.A.
8. SC Empreendimentos e Participações S.A.
9. Teleféricos do Rio de Janeiro S.A.
10. Hotel Central S.A.

¹ **ANEXO I** – Relação de usuários com acesso aos documentos fornecidos pelas Recuperandas.

5. Rio Trens Participações S.A.

02.720.700/0001-86 - (03/09/1998)

Rua da América, 210 – Parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro
– RJ, CEP 20.220-590.

Atividades:

64.62-0-00 – Holdings de Instituições não financeiras

Capital Social: R\$ 1.043.586.810,82

Quadro de Sócios e Administradores:

Presidente – Gustavo Nunes da Silva Rocha

Diretor – Flavio da Costa Vaz

A empresa fora criada detendo a participação em capital, prestando assessoria e consultoria a sociedades, em especial a Supervia, direta e indiretamente às outras Recuperandas. Como *holding*, ela é responsável por estabelecer diretrizes para as demais empresas do grupo, o que implica no desenvolvimento das atividades. Além disso, a Rio Trens também é interveniente anuente no Contrato de Concessão, bem como em contratos de financiamentos necessários às operações realizadas pelas demais sociedades do grupo.

5.1 Da Análise Societária

Em relação a análise societária, foram solicitados à recuperanda os últimos atos registrados no órgão competente para que fosse procedida a presente análise, e os documentos ao lado foram os recebidos no mês em questão.



Documentos fornecidos pela recuperanda.

+	00005901111	23/11/2023	Procuração (Quando arquivada individualmente)	5
+	00005611000	03/08/2023	Alteração	6
+	00005515152	06/06/2023	Ata de Reunião do Conselho de Administração	7
+	00005437399	24/04/2023	Carta de Renúncia de Administrador	4

JUCERJA: Consulta realizada em Novembro/2023

Conforme consulta realizada no site da mencionada Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro no mês de Novembro de 2023, nota-se a existência de dois arquivamentos registrados nos últimos meses e que não foram disponibilizados à esta Administração, sendo o primeiro datado em 03 de Agosto de 2023, que pode ser relacionado ao documento que cita a substituição do Diretor Presidente da Companhia, porém sem ter sido disponibilizado o documento oficial que comprove essa relação, e o segundo sendo uma Procuração arquivada no mês em análise, que também não foi disponibilizada. Com isso, apenas as informações recebidas por parte da recuperanda foram consideradas para elaboração do presente item.

Conforme consulta realizada no site da mencionada Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro no mês de Novembro de 2023, nota-se a existência de dois arquivamentos registrados nos últimos meses e que não foram disponibilizados à esta Administração, sendo o primeiro datado em 03 de Agosto de 2023, que pode ser relacionado ao documento que cita a substituição do Diretor Presidente da Companhia, porém sem ter sido disponibilizado o documento oficial que comprove essa relação, e o segundo sendo uma Procuração arquivada no mês em análise, que também não foi disponibilizada. Com isso, apenas as informações recebidas por parte da recuperanda foram consideradas para elaboração do presente item.

5.1.1 Da Administração da Recuperanda

No primeiro anexo recebido, referente a reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 24 de Maio de 2023, arquivada na JUCERJA em 06 de Maio de 2023, e nomeado “RCA RTP_03_24.05.23” foi acostada a carta de renúncia do Diretor Financeiro, Sr. **Fernando Augusto Ginja Pinto** e o termo de posse de seu substituto, Sr. **Flavio da Costa Vaz** no referido cargo. Já o último documento recebido, refere-se a ATA da reunião ocorrida em 25 de Julho de 2023 que trata a oficialização da carta de renúncia do Sr. **Antonio Carlos Sanches**, ocorrida em Abril e a eleição do Sr. **Gustavo Nunes da Silva Rocha**, para o cargo de atual Diretor Presidente da Companhia. Com efeitos a partir de Julho de 2023, a composição da Diretoria Estatutária e Administrativa, passa a seguinte configuração:

Cargo	Nome	CPF
(a) Diretor Presidente	Gustavo Nunes da Silva Rocha	001.603.077-08
(b) Diretor Financeiro	Flavio da Costa Vaz	014.816.987-29
(a) Conselho de Administração	Masato Kaneko	116.005.521-10
(b) Conselho de Administração	Alexandre Carmona Côrtes	043.970.257-70
(b) Conselho de Administração	Hitoshi Ueda	229.146.198-20

5.1.2 Das atividades

No artigo 3º do Estatuto Social, é apresentado como objeto social a participação no capital de outras sociedades prestadoras de serviços de transporte ferroviário de passageiros e serviços afins, correlatos e/ou complementares. Compulsando os documentos fornecidos, não fora localizada alteração das atividades.

5.1.3 Da Sede e Filiais

A recuperanda tem sua sede administrativa à Rua da América, 210 – parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro, conforme artigo 2º de seu Estatuto. A recuperanda não indicou existência de filiais.

5.2 Do Quadro de Funcionários

A Recuperanda não forneceu documentos que permitisse a identificação de funcionários.

5.3 Das operações das Recuperandas

A recuperanda não forneceu documentação que permitisse a elaboração do relatório de suas operações.

5.4 Da análise Contábil-Financeira

A presente análise tem por objetivo fornecer informações acerca da posição contábil financeira da recuperanda, considerando como base todos os documentos solicitados por esta Administração Judicial e fornecidos pela recuperanda, que disponibilizou: Balanço Patrimonial (.xlsx), Balancetes (.xlsx), Demonstração do Resultado do Exercício (.xlsx), Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido (.xlsx), Demonstração do Resultado Abrangente (.xlsx), Demonstração de Fluxo de Caixa (.xlsx), Composição do Passivo (.xlsx) e ECD² e ECF³ (.pdf e .sped). De posse dos documentos, esta Administração Judicial procedeu a presente análise.

² Escrituração Contábil Digital 2020

³ Escrituração Contábil Fiscal 2020

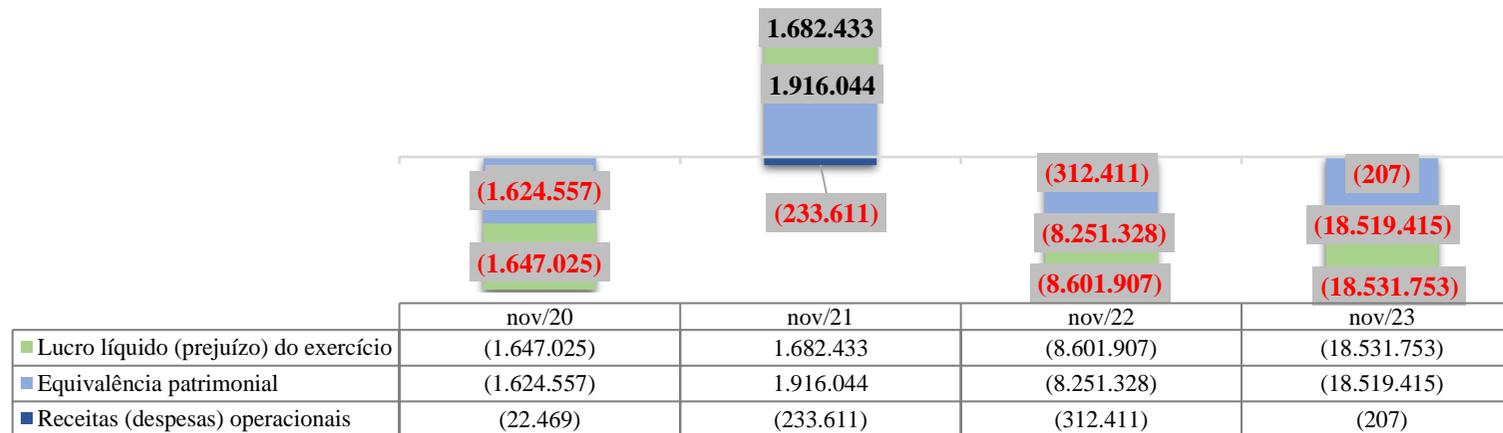
5.4.1 Da Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	nov/20	nov/21	nov/22	nov/23
Receita bruta de serviços prestados	-	-	-	-
Bilheteria	-	-	-	-
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	-
Receita de construção	-	-	-	-
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	-	-	-	-
Receita líquida de serviços prestados	-	-	-	-
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-
Custo de construção	-	-	-	-
Lucro Bruto	-	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais	(22.469)	(233.611)	(312.411)	(207)
Com vendas	-	-	-	-
Gerais e administrativas	(22.469)	(233.611)	(312.411)	(207)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(22.469)	(233.611)	(312.411)	(207)
Resultado de participações societárias	(1.624.557)	1.916.044	(8.251.328)	(18.519.415)
Equivalência patrimonial	(1.624.557)	1.916.044	(8.251.328)	(18.519.415)
Resultado financeiro	-	-	(38.168)	(12.131)
Despesas financeiras	-	-	(819.280)	(259.348)
Receitas financeiras	-	-	781.112	247.216
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.647.025)	1.682.433	(8.601.907)	(18.531.753)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Do exercício	-	-	-	-
Diferidos	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.647.025)	1.682.433	(8.601.907)	(18.531.753)

Esta Administração Judicial, visando apresentar a informação de maneira que facilite a comparabilidade da demonstração, confrontou os dados de quatro exercícios, sendo eles 2020, 2021, 2022 e 2023 referente ao mesmo período, possibilitando para o usuário da informação comparar os resultados da recuperanda em períodos de livre circulação, *lockdown*, circulação reduzida e retomada da normalidade na circulação.

Conforme demonstrado no quadro acima, em nenhum dos períodos analisados existe a percepção de Receitas e Custos, sendo apenas escrituradas **Despesas Operacionais**, **Equivalência Patrimonial** e **Despesas e Receitas Financeiras**. E os dados do gráfico infra, representam a apuração do mês em destaque em todos os exercícios abordados no presente relatório, ou seja, representa apenas as movimentações ocorridas no mês.

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS APURAÇÕES



Na análise dos quatro exercícios em questão, destaca-se que o ano de 2020 evidenciou o segundo menor saldo de **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**, totalizando aproximadamente 22 mil reais na subconta relativa aos gastos com **Seguros**. Apesar do resultado desfavorável nas **Participações Societárias**, o exercício encerrou com um prejuízo de 1,6 milhão de reais, o prejuízo mais baixo registrado.

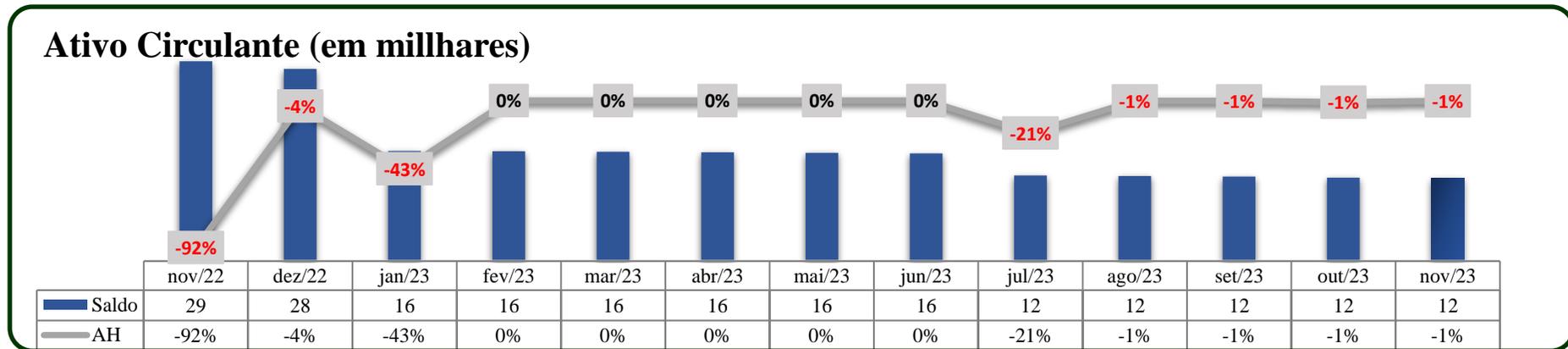
No exercício subsequente, 2021, observou-se um significativo aumento nas **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**, notado na subconta de **Seguros** mencionada anteriormente, que registrou um acréscimo de mais de 211 mil reais, figurando como o segundo pior saldo dessa conta. Apesar desse cenário, houve uma melhora no saldo de **Participações Societárias** em relação ao mês anterior fazendo com que o saldo atual fosse positivo em 1,9 milhões de reais, contribuindo indicação de lucro de 1,6 milhão de reais no mês, representando tão somente a redução do prejuízo apurado de outubro para novembro.

Em 2022, apesar da ausência de saldo na subconta de **Seguros**, as **Taxas e Tributos Federais** as **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**, figurando como o exercício que registrou o maior saldo nessa conta no período em recorte. A subconta mencionada, que anteriormente não possuía saldo, passou a contabilizar mais de 312 mil reais. Além disso, o exercício apresentou o segundo pior saldo de **Participações Societárias** registrado e, pela primeira vez, um saldo no **Resultado Financeiro**. Apesar de uma **RECEITA FINANCEIRA** positiva decorrente das **Variações Monetárias – Demais Credores**, o saldo foi negativo devido à influência dessa subconta também nas **DESPESAS FINANCEIRAS**, que, além dessa, apresentaram um saldo de **Despesas Bancárias**, resultando em um prejuízo de mais de 8,6 milhões de reais no mês.

No exercício de 2023, apesar de registrar o menor saldo de **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**, uma vez que foram apuradas despesas apenas na subconta de **Cartórios e Outros**, e apresentar um **Resultado Financeiro** mais favorável em comparação ao exercício anterior, devido à redução das **DESPESAS FINANCEIRAS** decorrentes das **Variações Monetárias**, a subconta, assim como no exercício anterior, esteve presente nas **RECEITAS FINANCEIRAS**, que, por sua vez, reduziram os saldos de **PIS e COFINS s/ Receita Financeira**, porém sem conseguir compensar o saldo das despesas. Sendo assim, o exercício registrou o maior prejuízo entre os anos em análise para o mês em recorte, em aproximadamente 18,5 milhões de reais, sendo o saldo de **Participações Societárias** o principal responsável por esse cenário.

5.4.2 Balanço Patrimonial

I. Ativo Circulante



CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Circulante	12.243	12.068	-1%	11.993	-1%
Caixa e equivalentes de caixa	12.160	11.985	-1%	11.910	-1%
Contas a receber	-	-	-	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	-	-
Estoques	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	83	83	0%	83	0%
Despesas do exercício seguinte	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Outros Ativos	-	-	-	-	-

Conforme evidenciado no gráfico superior e no quadro ao lado, constata-se que a variação ocorrida no **Ativo Circulante** nos meses anteriores se mantém em Novembro, resultando na redução da conta em R\$75,00.

Essa diminuição persiste tendo a conta de **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** como a única fonte, uma vez que sua subconta relacionada ao saldo mantido junto ao **Banco Santander** apresenta uma queda, ocasionando, assim como no mês

Outubro, uma redução de 1% no saldo desse grupo.

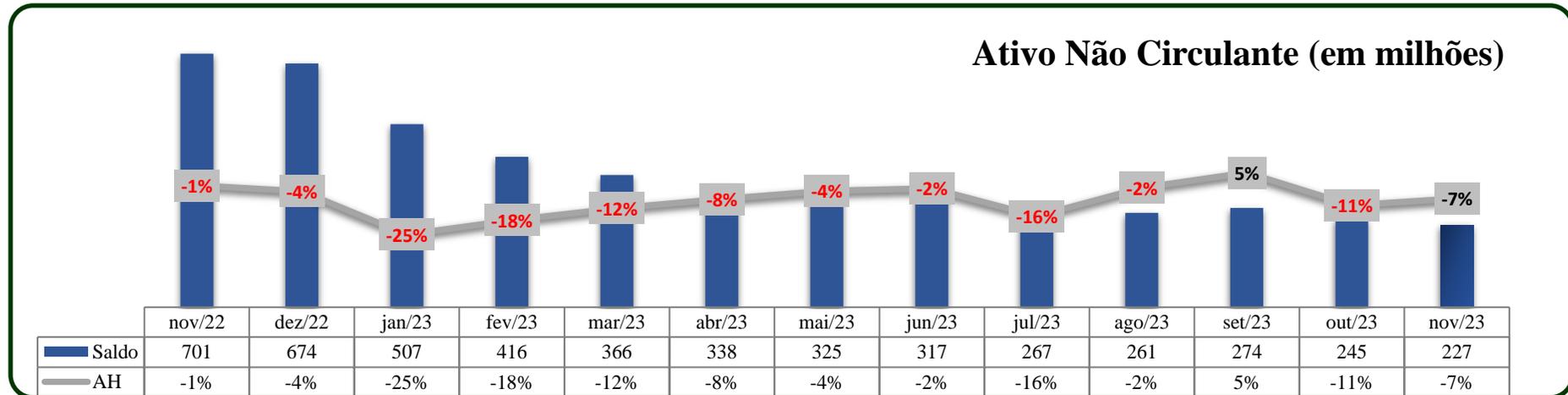
Composição do Ativo Circulante



	nov/22	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23
■ Tributos a recuperar	0%	0%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
■ Caixa e equivalentes de caixa	100%	100%	99%	99%	99%	99%	99%	99%	99%	99%	99%	99%	99%

No mês de Novembro de 2022, a conta de **TRIBUTOS A RECUPERAR** não representava uma parte significativa do grupo, retomando a composição de aproximadamente 1% em Janeiro do presente ano, tendo todo seu saldo alocado na subconta denominada **IRRF a Recuperar Mútuo**, que corresponde ao Imposto de Renda Retido na Fonte proveniente de transações de mútuo, e que possui a capacidade de ser compensado com o imposto devido pela entidade tributada de acordo com os regimes de lucro real, presumido ou arbitrado, mantendo-se inalterado até o mês em análise. Os 99% restante no grupo, tem a conta de **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** como responsável, contendo saldos nas subcontas vinculadas ao **Banco do Brasil** e **Santander**.

I. Ativo Não Circulante



CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Ativo Não Circulante	274.295.307	245.008.092	-11%	226.840.683	-7%
Sociedades Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-
Contas a Receber	49.250.652	49.552.545	1%	49.811.818	1%
Tributos Diferidos	-	-	-	-	-
Depósitos Compulsório	-	-	-	-	-
Tributos a Recuperar	10.834.965	10.834.965	0%	10.834.965	0%
Investimento	214.209.690	184.620.582	-14%	166.193.900	-14%
Intangível	-	-	-	-	-

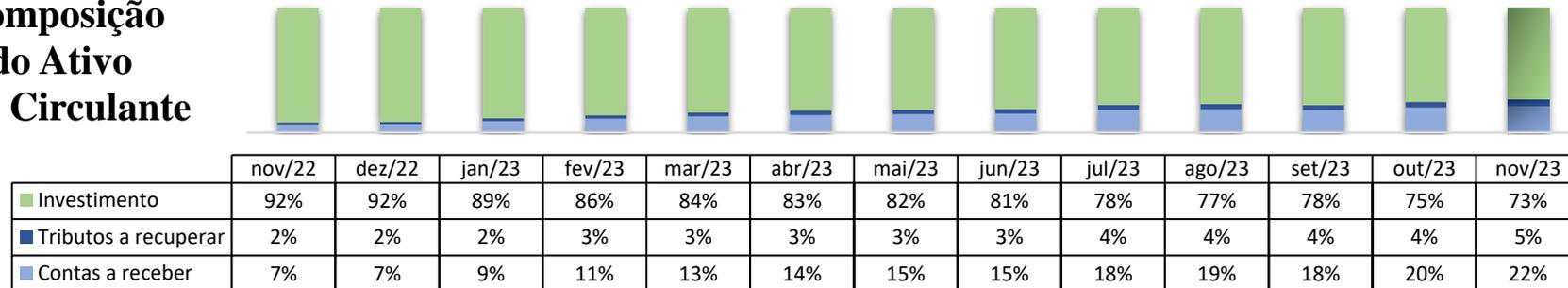
No Ativo Não Circulante, a redução identificada foi mais vez reduzindo o saldo do grupo, proveniente de uma de suas três subcontas que compõem o saldo.

Em **CONTAS A RECEBER**, observa-se que o aumento permanece no mês de Novembro, sendo de aproximadamente 259 mil reais atualmente. Esse aumento é oriundo da movimentação em sua subconta **Variações Monetárias**, que registrou

um acréscimo de 6% em seu saldo. Por outro lado, a conta de **INVESTIMENTOS**, que mantém relação direta com duas das empresas do grupo (SUPERVIA e FLOSPE), continua em uma persistente redução, contribuindo para a queda do total grupo. Essa diminuição mantém-se na mesma média observada no mês anterior, sendo resultado da subconta de **Participações Societárias Controladas – Valor Patrimonial**, que diminuiu seu saldo em mais de 18,4 milhões de reais no mês em análise.

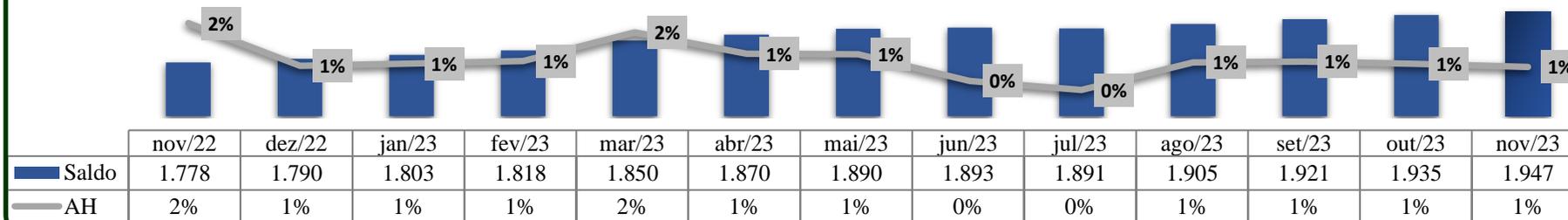
Analisando o gráfico apresentado, constata-se que a conta de **INVESTIMENTOS**, continua a figurar como o principal componente do **Ativo Não Circulante**, embora tenha diminuindo sua significância ao longo dos meses, chegando a 73% em Novembro. Isso impulsionou as **CONTAS A RECEBER** a aumentarem sua proporção para 22%, devido à constância nos aumentos que vêm sendo observados. Apenas a conta de **TRIBUTOS A RECUPERAR**, mantém-se em conformidade com as médias ocorridas anteriormente, representando agora 5% do grupo.

**Composição
do Ativo
Não Circulante**



II. Passivo Circulante

Passivo Circulante (em milhões)

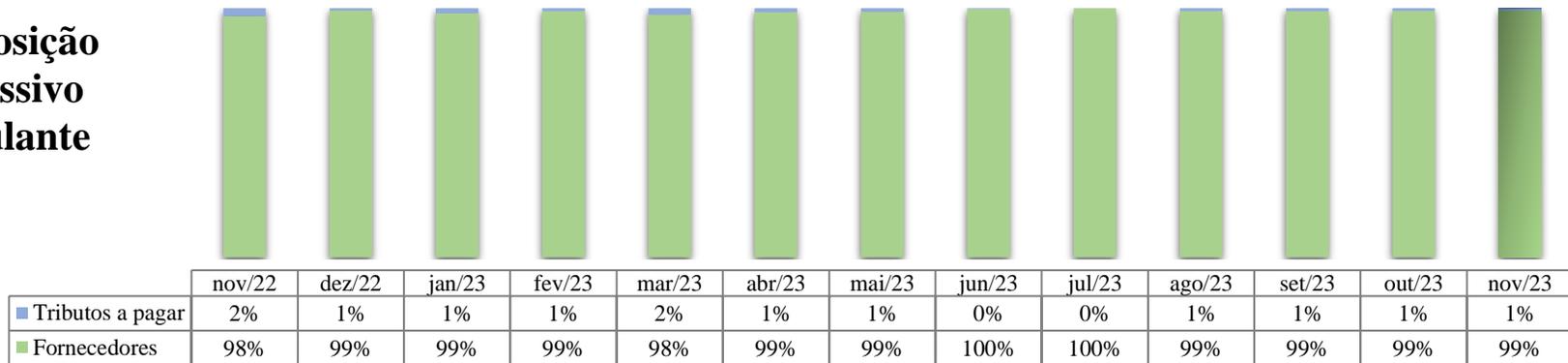


CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Passivo Circulante	1.920.894	1.934.932	1%	1.947.195	1%
Fornecedores	1.906.148	1.920.894	1%	1.935.139	1%
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	-	-	-	-	-
Tributos a pagar	14.746	14.038	-5%	12.056	-14%
Dividendos propostos	-	-	-	-	-
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-	-	-	-	-
Parcelamentos	-	-	-	-	-
Concessão a pagar	-	-	-	-	-
Adiantamentos Teleféricos	-	-	-	-	-
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-

Conforme evidenciado no gráfico acima e no quadro correspondente, o total desse grupo é constituído exclusivamente por duas contas. A primeira delas, **FORNECEDORES**, registra por mais um mês, um acréscimo de aproximadamente 14,2 mil reais, mantendo-se com saldo apenas em sua subconta de **Fornecedores – Moeda Nacional**, que experimentou um aumento de 1%. Por sua vez, a segunda conta, **TRIBUTOS A PAGAR**, continua a

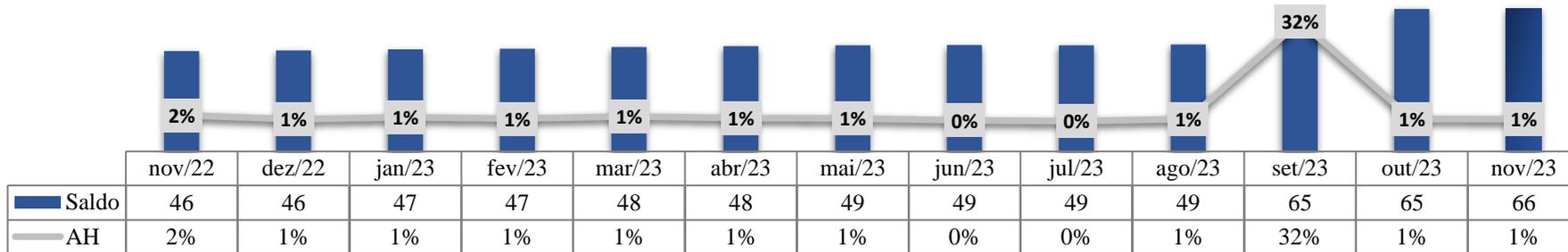
apresentar um saldo reduzido, tendo diminuído em Novembro mais de 1,9 mil reais, resultado da soma das reduções em suas subcontas vinculadas a PIS e COFINS s/ Receita Operacional.

**Composição
do Passivo
Circulante**



III. Passivo Não Circulante

Passivo Não Circulante (em milhões)



CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Passivo Não circulante	64.822.406	65.220.491	1%	65.572.497	1%
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-
Parcelamentos	-	-	-	-	-
Concessão a Pagar	-	-	-	-	-
Tributos a Pagar	-	-	-	-	-
Provisão para contingências	-	-	-	-	-
Tributos Diferidos	-	-	-	-	-
Sociedades Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-	-	-	-	-
Passivo a Descoberto em Controladas	15.571.704	15.667.896	1%	15.760.629	1%
Outros Passivos não circulantes	49.250.702	49.552.595	1%	49.811.868	1%

seguinte a tendência observada nos meses anteriores.

Conforme evidenciado no quadro das obrigações de longo prazo registradas no **Passivo Não Circulante**, até o mês de Agosto, a única conta que apresentava saldo era a de **OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES**. Desde 2021, essa conta tem evidenciado variações consistentes exclusivamente no saldo de sua subconta denominada **Variações Monetárias RJ**, que neste momento, evidencia um aumento de aproximadamente 259 mil reais,

Entretanto, a recém criada conta intitulada **PASSIVO A DESCOBERTO EM CONTROLADAS**, criada no mês de Setembro, também contribui para a variação de 1% no saldo do grupo. Isso ocorre devido ao aumento de mais de 92 mil reais na subconta de **Participações Societárias Controladas – Flospe**.

IV. Patrimônio Líquido

CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Patrimônio Líquido	207.564.250	177.864.737	-14%	159.332.984	-10%
Capital Social	1.043.586.811	1.043.586.811	0%	1.043.586.811	0%
Reserva de Capital	10.338.331	10.338.331	0%	10.338.331	0%
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros a realizar	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-
Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados	(846.360.892)	(876.060.405)	4%	(894.592.158)	2%
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-

A única modificação registrada no grupo refere-se à conta de **RESULTADOS ACUMULADOS**, a qual mantém uma trajetória de aumentos, impulsionada pelo incremento observado na subconta do **Resultado do Exercício Corrente**. Essa subconta evidenciou um aumento de aproximadamente 18,5 milhões de reais em prejuízo ao término deste mês. Essa ocorrência resultou no acréscimo do saldo de prejuízo contabilizado pelo grupo, culminando em uma redução em torno de 10%

ao fim.

V. Das Obrigações Fiscais/Tributárias

CERTIDÃO	STATUS
Certidão de Tributos Relativos a Dívida Ativa da União	Situação Regular (Validade: 29/04/2024)
Certificado Regularidade FGTS	Situação Regular (Validade: 15/11/2023 – 14/12/2023)
Certidão Trabalhista	Sem documento
Certidão de Regularidade Fiscal do Estado	Sem documento
Certidão de Dívida Ativa do Estado	Sem documento
Certidão Negativa de ISS	Situação regular (Validade: 08/2023 – 02/2024)
Certidão da Procuradoria Geral do Município	Situação Regular (Validade: 10/2023 – 02/2024)
Relatório Situação Fiscal	Situação Regular (Validade: 03/10/2023 – 31/03/2024)

Em relação ao Passivo Fiscal/Tributário, apresentados os documentos relacionados no quadro acima, onde não foram apurados quaisquer passivos inscritos ou não em dívida ativa.

5.4.3 Indicadores

Os indicadores de solvência aqui apresentados tiveram como base todo o material fornecido pela recuperanda. Dessa forma, foi possível proceder a elaboração dos Índices Tradicionais de Liquidez, bem como o modelo de previsão de insolvência de KANITZ⁴, analisando o último trimestre (Setembro, Outubro e Novembro), informando sobre a atual posição econômico-financeira da recuperanda.

⁴ Kanitz, S. C. (1974, dezembro). Como prever falências. *Exame*, pp.95-103.

a) **Liquidez Corrente**

O índice de liquidez corrente apura a proporção das obrigações assumidas perante terceiros, a curto prazo, em relação ao AC, pela fórmula LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$, de maneira que o resultado é quanto a empresa dispõe em (R\$) para cada R\$ 1,00 de obrigações assumidas. Para fins de análise do indicador as despesas antecipadas foram reclassificadas para o resultado, visto não configurarem capacidade de pagamento.

Índice de Liquidez	set/23	out/23	nov/23
Corrente	0,01	0,01	0,01

b) **Liquidez Imediata**

O índice de liquidez imediata visa demonstrar a relação entre as obrigações assumidas a curto prazo em relação as disponibilidades, calculando da seguinte maneira: $LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$

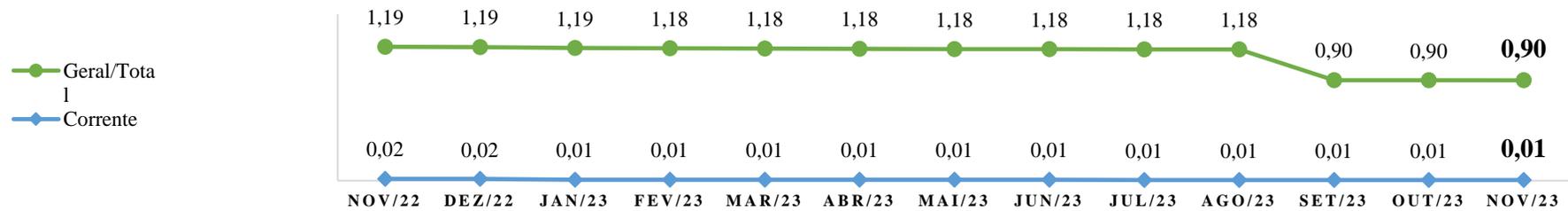
Índice de Liquidez	set/23	out/23	nov/23
Imediata/Instantânea	0,01	0,01	0,01

c) **Liquidez Geral**

O índice de liquidez geral demonstra a relação de todo o ativo realizável a curto e longo prazo em relação as exigibilidades em curto e longo prazo, sendo calculado pela fórmula: $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realiz. a Long Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigiv. a Long Prazo}}$

Índice de Liquidez	set/23	out/23	nov/23
Geral/Total	0,90	0,90	0,90

ÍNDICES DE LIQUIDEZ



Com base nos indicadores e no gráfico mencionados, a **Liquidez Corrente**, permanece inalterada desde a redução registrada em Novembro de 2022. Por outro lado, a **Liquidez Geral**, até o mês de Agosto, sustentava-se acima de 1. Após a queda ocorrida em Setembro, o índice permaneceu inalterado até o presente mês, em grande parte devido tanto à diminuição dos Ativos quanto ao aumento dos Passivos. Isso evidencia uma contínua redução na habilidade de cumprir obrigações a curto prazo. É relevante destacar também, que a maioria dos ativos utilizados como garantias, representando a capacidade de pagamento, não se convertem em recursos prontamente disponíveis para a quitação de passivos. Em vez disso, constituem direitos contabilizados sujeitos a uma concretização incerta.

d) Grau de Endividamento

O Endividamento busca demonstrar a proporção que o capital de terceiros possui em relação ao capital próprio da empresa, calculado pela fórmula $E = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$.

Para fins de análise, o PL da empresa foi reduzido das despesas antecipadas, que sofreram reclassificação do ativo, visto não configurarem capacidade de pagamento.

Índice de Liquidez	set/23	out/23	nov/23
Grau de Endividamento	32%	38%	42%

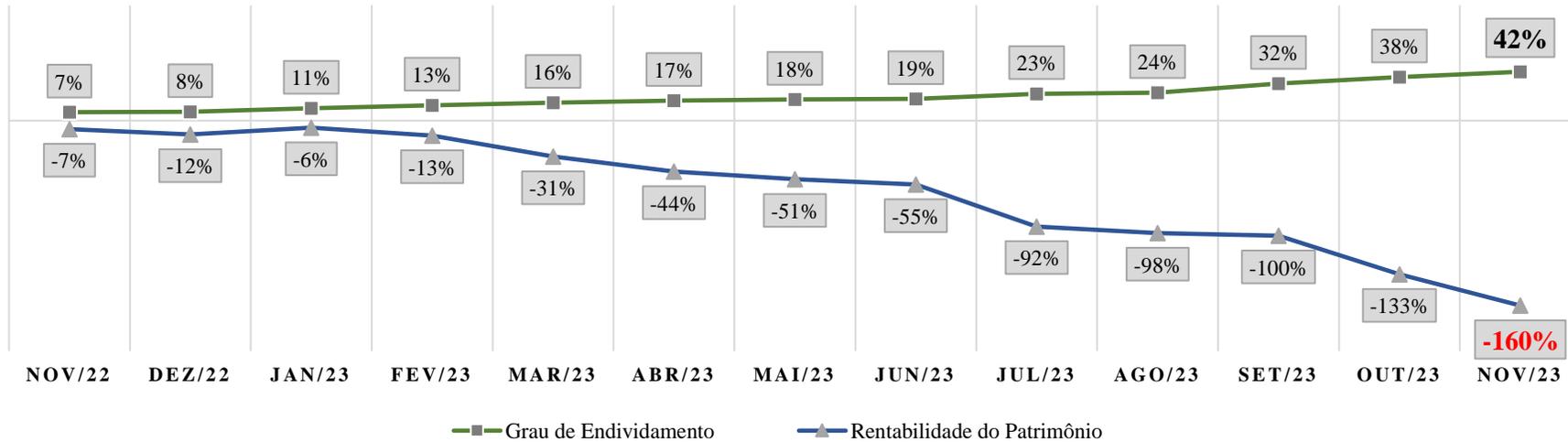
e) Rentabilidade do Patrimônio (ROE)

O indicador em questão calcula o retorno em lucro gerado em relação ao patrimônio líquido, exprimindo o quanto a empresa é eficiente em ser rentável com os recursos disponíveis, calculado pela fórmula $ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$.

Para fins de análise, o PL da empresa foi reduzido das despesas antecipadas, que sofreram reclassificação do ativo, visto não configurarem capacidade de pagamento.

Índice de Liquidez	set/23	out/23	nov/23
Rentabilidade do Patrimônio	-100%	-133%	-160%

INDICADORES COMBINADOS



O **Índice de Endividamento** tem como propósito evidenciar a proporção do capital de terceiros em relação ao capital próprio. A análise do gráfico atual revela que, embora tenha variado em alguns meses, o indicador de endividamento, que no mesmo mês do exercício anterior, situava-se em cerca de 7%, iniciou um aumento significativo em Janeiro, e atingindo os 42% no mês atual, o que representa a deterioração na estrutura de financiamento da empresa, sugerindo uma maior dependência de recursos provenientes de terceiros.

Além disso, o indicador de **Rentabilidade do Patrimônio**, cujo objetivo é avaliar a relação entre o resultado do período e o capital investido, apresentou consideráveis variações ao longo do ano. Os meses do trimestre atual foram identificados previamente como os períodos mais desafiadores, evidenciando uma redução contínua na rentabilidade desde Fevereiro, sendo o mês corrente marcado pelo pior índice já registrado.

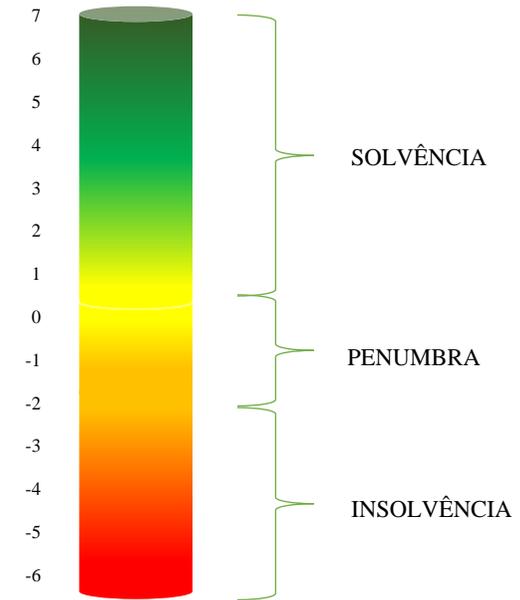
f) Termômetro de Kanitz

O Termômetro de Kanitz ou Fator de Insolvência, consiste na análise de um conjunto de índices, de maneira que possibilita obtenção de um indicador, que, aplicado aos parâmetros estabelecidos, indica em que estágio econômico-financeiro a empresa se encontra, obedecendo os seguintes critérios:

Solvência – Considera-se Solvente a empresa que, depois de calculado o índice de solvência, obtiver acima de 0 (zero), indicando total solvência econômica.

Penumbra – Se o resultado do índice variar entre 0 e -2 significa que a empresa possui situação estável, mas devendo ficar em alerta quanto ao seu grau de insolvência.

Insolvência – Caracteriza-se insolvente a empresa que apresentar índice entre -3 e -7, o que indica risco iminente de falência.

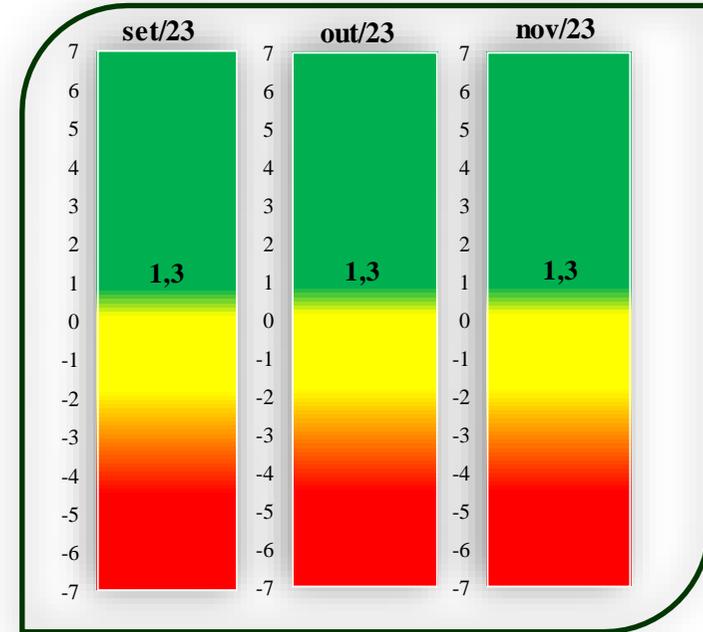


O cálculo desse índice se dá pela fórmula Previsão de Insolvência = $0,05 \times \frac{LL}{PL} + 1,65 \times$

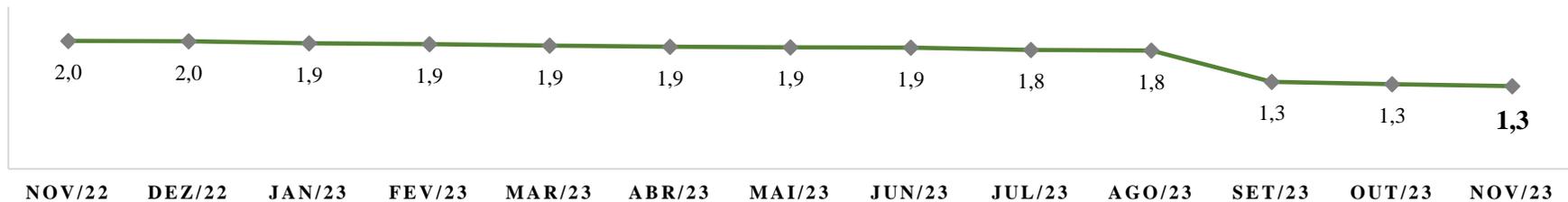
$\frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Total} + 3,55 \times \frac{AC-Estoques}{PC} + 1,33 \times \frac{AC}{PC} - 1,06 \times \frac{Passivo\ Total}{PL}$, e o resultado aplicado ao termômetro infra, gera a informação necessária à interpretação da situação compreendida na análise.

Aplicando o modelo de previsão de insolvência ou termômetro de KANITZ, nos exercícios em questão, constatou-se a solvência da recuperanda no trimestre analisado onde se mantém com o índice estável, indicando estabilidade.

Dessa forma, constata-se, devido as variações no Ativo e Passivo se manterem na mesma média como no mês anterior, os índices permanecem sem alterações no trimestre analisado, indicando a continuidade da solvência para o período em questão, conforme evidenciado no gráfico ao lado.

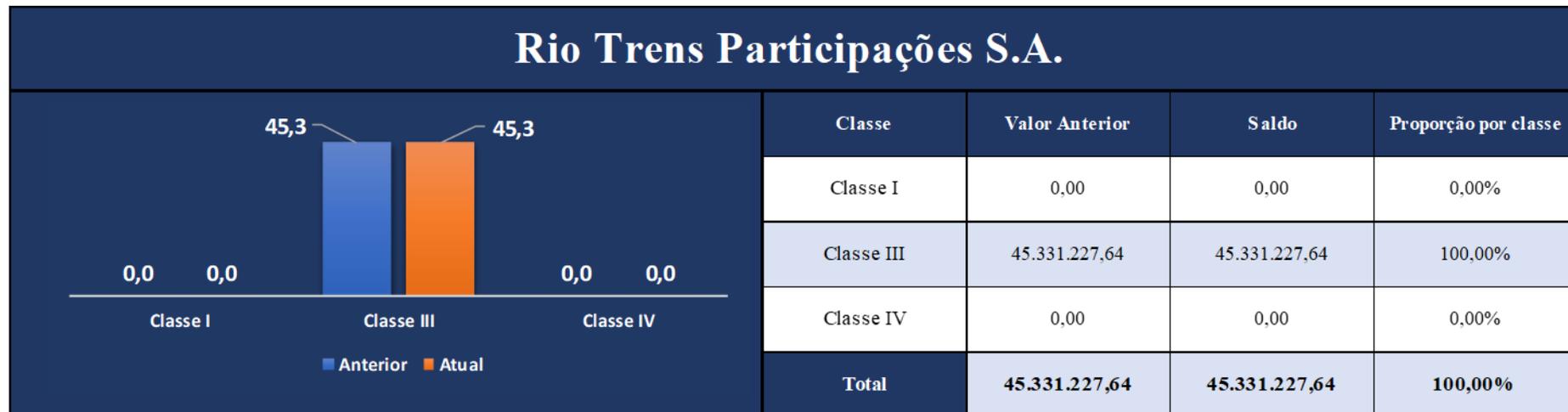


EVOLUÇÃO DA PREVISÃO DE INSOLVÊNCIA



5.5 Lista de Credores

Após a consolidação da relação de credores realizada por esta Administração Judicial, não houve alteração dos créditos em questão, ficando da seguinte maneira:



5.6 Pagamentos realizados

Conforme expresso no Plano de Recuperação Judicial, os credores deveriam encaminhar à Recuperanda e-mail descrevendo a modalidade de pagamento de sua preferência. A relação dos e-mails recebidos encontra-se no **ANEXO VII** deste instrumento, com os dados encaminhados pela Recuperanda. Não havendo pagamento registrado para a presente competência.

5.7 Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial

A Recuperanda, em fl. 9166, apresenta a última versão do PRJ, tendo sido aprovado em 31/05/2022 da seguinte maneira:

- i. CLASSE I - (Trabalhista), votaram sim, pela aprovação do plano, 14 credores correspondentes a 93,33% dos votos por cabeça e 1 credor votou pela não aprovação do plano (6,67% do total de votos por cabeça);
- ii. CLASSE III - (Quirografária), votaram sim, pela aprovação do plano, 23 credores correspondentes a 88,46% dos votos por cabeça e 84,07% dos votos por crédito. Votaram pela não aprovação, 3 credores correspondentes a 11,54% do total de votos por cabeça e 15,93% dos votos por crédito;
- iii. CLASSE IV - (Microempresa), votaram sim, pela aprovação do plano, 13 credores, correspondentes a 100% do total de votos por cabeça e por crédito.

Conforme informado por esta Administrador Judicial em petição de fl. 9337, esclarece que foram apresentadas ressalvas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (fl. 9359 - DOC. 5), pela XP Debêntures Incentivadas CP Master FIM (fl. 9360 - DOC. 6) e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (fl. 9361 - DOC. 7).

O i. Parquet, em fl. 9436, manifesta-se sobre o PRJ, onde informa que cabe realizar análises a respeito de legalidade do plano de recuperação, sem a indevida incursão na matéria à viabilidade econômico-financeira do plano, sendo assim, no que toca à previsão dos pagamentos devidos aos trabalhistas e as cláusulas do PRJ 10.4.1, 10.8, 10.6, 10.7, 10.13 e 11.3. Ao final o MP pugna pela Homologação do PRJ aprovado em AGC com a prolação de sentença de concessão da Recuperação Judicial, afastadas acima impugnadas.

6. Supervia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

02.735.385/0001-60 - (16/09/1998)

Rua da América, 210 – Parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.220-590.

Atividades:

49.12-4-02 – Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana

Capital Social: R\$ 1.206.027.130,51

Quadro de Sócios e Administradores:

Presidente – Gustavo Nunes da Silva Rocha

Diretor – Flavio da Costa Vaz

Principal empresa do “Grupo SuperVia”, a recuperanda fora constituída com o objetivo de executar a atividade principal da concessão, que é a exploração do transporte ferroviário dentro do estado. Sendo ela a responsável pela execução da atividade central do grupo, sua operação é a maior do grupo, considerando que as demais executam atividades adjacentes ao cerne da concessão, mas de menor expressão.

6.1 Da Análise Societária

Em relação a análise societária, foram solicitados à recuperanda os últimos atos registrados no órgão competente para que fosse procedida a presente análise, e os documentos ao lado foram os únicos recebidos no mês em questão.

Ata AGO SPV 2021-2022_Aprovação das DFs_Acionistas
SPV_RCA_09_24.05.23 PD 17
SPV_RCA_14_25.07.23 PD 23

Documentos fornecidos pela recuperanda.

00005624521	11/08/2023	Carta de Renúncia de Administrador	4
00005610933	03/08/2023	Alteração	6
00005515652	06/06/2023	Alteração	7
00005419136	12/04/2023	Carta de Renúncia de Administrador	4
00005385508	23/03/2023	Procuração (Quando arquivada individualmente)	4

JUCERJA: Consulta realizada em Novembro/2023

isso, apenas as informações recebidas por parte da recuperanda foram consideradas para elaboração do presente item.

Conforme consulta realizada no site da mencionada Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro no mês de Outubro de 2023, foi percebido que apenas a ATA de AGO que trata da eleição do novo presidente foi disponibilizada nos documentos do mês em análise, porém, é possível notar a existência de uma Carta de Renúncia, que não foi disponibilizada à esta Administração. Com

Os documentos arquivados e disponibilizados anteriormente seguem detalhados infra, demonstrando a data da realização das Assembleias, bem como do seu efetivo registro no órgão competente, possibilitando traçar a linha do tempo em relação aos acontecimentos, além de detalhar suas deliberações:

Data do Documento	Data do Arquivamento	Tipo de Documento	Deliberações
30/04/2021	28/07/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	<p>- Aprovar prestação de contas da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, cabendo ressaltar que em decorrência da necessidade de ajustes relativos aos exercícios anteriores foi reapresentado e aprovado o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, e demonstração do fluxo de caixa de 2019, com vista a destinar o prejuízo do exercício findo em 31/12/2019 da Companhia, no montante de R\$ 13.852.701,42 excedentes ao prejuízo já destinado no montante de R\$ 16.827.959,38 para compor a conta de prejuízos acumulados, com total recomposto de prejuízo em 2019 de 30.680.660,80, após, foi igualmente aprovada a destinação do prejuízo do exercício findo em 31/12/2020 da Companhia, no montante de R\$ 110.734.465,20 para compor prejuízos acumulados, passando o saldo a ser de R\$ 386.523.474,25, não havendo, portanto, distribuição de dividendos, sendo dispensada pelo acionista a leitura de tais documentos, por serem de conhecimento geral;</p> <p>- Aprovar Remuneração Global aplicável aos diretores da Companhia referente à atuação em todas as empresas do grupo econômico até o limite máximo de R\$ 10.000.000,00, desde que a remuneração individual variável devida a cada diretor relacionada às realizações do exercício fiscal que encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2021 seja previamente alinhada com o Conselho de Administração da Companhia;</p> <p>- Considerar sanada a não observância dos prazos do artigo 144 e parágrafos da Leis 6.404/76, nos termos do § 4º daquele mesmo dispositivo.</p>

05/05/2021	27/07/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	- Aprovar a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, pelo que a composição do referido Conselho de Administração, com mandato unificado até 30 de abril de 2024, manteve-se da seguinte forma: Kazuhisa Ota, Alexandre Carmona Côrtes, Kazuki Hama e Jaime Leôncio Singer, cabendo ressaltar que a eleição do Sr. Conselheiro Jaime foi aprovada considerando o procedimento excepcional de manifestação quanto a sua eleição por parte dos acionistas indiretos FI-FGTS e BNDESPAR, considerando o fato de tal conselheiro ter sido previamente indicado para integrar o Conselho de Administração desta Companhia em janeiro deste ano, sendo eleito em 29/01/2021.
28/05/2021	03/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	- Dar conhecimento do pedido de renúncia da composição do Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista a renúncia apresentada pelo Conselheiro Kazuki Hama; - Aprovar a consolidação da composição o Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista a renúncia do conselheiro Kazuki Hama, permanecendo o Conselho de Administração com a seguinte formatação, com mandato unificado até 30 de abril de 2024: Kazuhisa Ota, Alexandre Carmona Côrtes e Jaime Leôncio Singer.
07/06/2021	09/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	- Aprovação, por unanimidade, a autorização do ajuizamento de pedido de recuperação judicial da Companhia e de suas subsidiárias SC Empreendimentos e Participações S.A., Teleféricos do Rio de Janeiro S.A. e Hotel Central S.A, nos termos do art. 122, IX, da Lei das S.A.
18/06/2021	10/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	- Aprovação da eleição do Sr. Hitoshi Ueda, para o cargo de membro do efetivo do Conselho de Administração da Companhia; - Conhecimento da renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, apresentado pelo Sr. Jaime Leôncio Singer; - Aprovação da Consolidação do Conselho de Administração da Companhia, com a seguinte formatação, tendo em vista as alterações previstas nesta data, com mandato unificado até 30 de abril de 2024: Kazuhisa Ota, Alexandre Camona Côrtes e Hitoshi Ueda.

23/07/2021	03/08/2021	ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DOS DEBENTURISTAS	<ul style="list-style-type: none">- Declarar o Vencimento antecipado da Emissão, em decorrência do Evento de inadimplemento ensejado pelo pedido de Recuperação Judicial da Emissora, em 07 de junho de 2021, que tramita nos autos de nº 0125467-49.2021.8.19.0001, perante a 2ª Vara Empresarial da Comarca do rio de Janeiro - RJ ("Pedido de RJ" e "RJ"), conforme disposto nas cláusulas 6.1.1 caput e item (iii) de 6.2.1 e seguintes da Escritura da Emissão;- Aprovar a contratação de assessor legal, conforme propostas, que serão disponibilizadas aos Debenturistas mediante pedido por e-mail ao contencioso@pentagonotrustee.com.br e envio dos documentos comprobatórios de sua titularidade, para a defesa dos interesses dos Debenturistas no âmbito da RJ e de qualquer processo judicial ou extra judicial envolvendo a execução do crédito decorrente da Emissão no âmbito da RJ...;- Ratificar todos os atos praticados pelo Agente Fiduciário (os quais serão disponibilizados aos Debenturistas mediante pedido por e-mail ao contencioso@pentagonotrustee.com.br e envio dos documentos comprobatórios de sua titularidade...;- Aprovar, caso seja aplicável na data de deliberação desta AGD, possível Execução das Garantias da Emissão, assim como as medidas a serem tomadas para Execução das Garantias da Emissão, caso aprovada, as quais deverão ser a enviadas pelo Assessor legal da RJ, após sua contratação, ao Agente Fiduciário, que enviará para conhecimento dos Debenturistas, mediante pedido por e-mail ao contencioso@pentagonotrustee.com.br e envio dos documentos comprobatórios de sua titularidade;- Autorizar o Agente Fiduciário, para em conjunto com a Emissora, adotar todas as providências e praticar todos os atos necessários para o cumprimento integral das deliberações referentes aos itens da Ordem do Dia.
------------	------------	---	--

6.1.1 Da Administração da Recuperanda

No primeiro nexa recebido, referente a reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 24 de Maio de 2023, e nomeado “SPV_RCA_09_24.05.23” foi acostada a carta de renúncia do Diretor Financeiro, Sr. **Fernando Augusto Ginjas Pinto** e confirmada a eleição de seu substituto, Sr. **Flavio da Costa Vaz** no referido cargo. Já o documento recebido atualmente, refere-se a ATA que trata a oficialização da carta de renúncia do Sr. **Antonio Carlos Sanches**, ocorrida em Abril e a eleição do Sr. **Gustavo Nunes da Silva Rocha**, para o cargo de atual Diretor Presidente da Companhia. Com efeitos a partir de Julho de 2023, a composição da Diretoria Estatutária e Administrativa, passa a seguinte configuração:

Cargo	Nome	CPF
(a) Diretor Presidente	Gustavo Nunes da Silva Rocha	001.603.077-08
(b) Diretor Financeiro	Flavio da Costa Vaz	014.816.987-29
(a) Conselho de Administração	Masato Kaneko	116.005.521-10
(b) Conselho de Administração	Alexandre Carmona Côrtes	043.970.257-70
(b) Conselho de Administração	Hitoshi Ueda	229.146.198-20

6.1.2 Das atividades

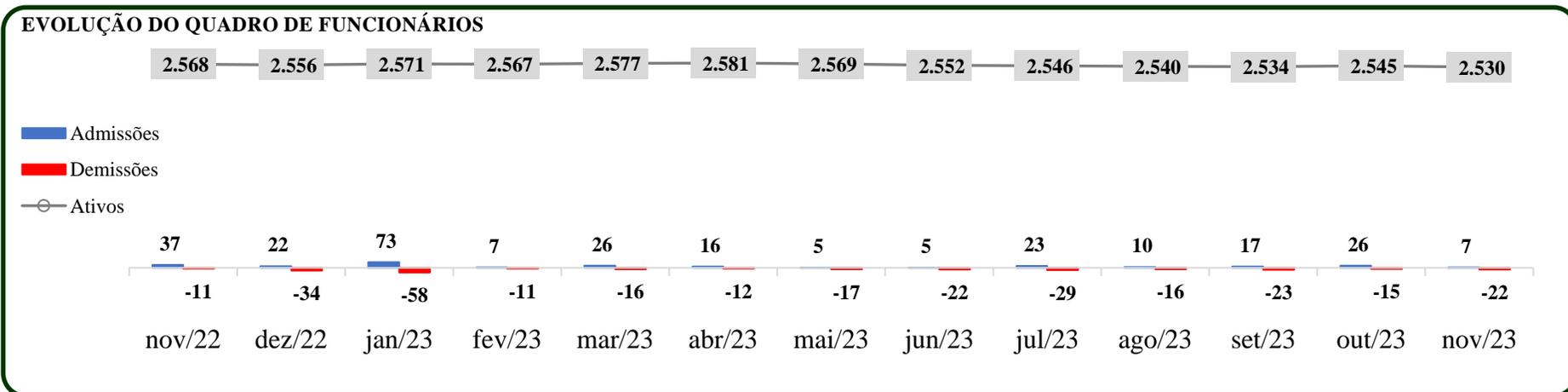
No artigo 3º do Estatuto Social, é apresentado como objeto social a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros, bem como atividades correlatas, incluindo as atividades de recuperação de parte do material rodante do sistema da Companhia Fluminense de Trens Urbanos – Flumitrens e a execução do Programa de Serviços de Obras. Compulsando os documentos fornecidos, não fora localizada alteração das atividades.

6.1.3 Da Sede e Filiais

A recuperanda tem sua sede administrativa à Rua da América, 210 – parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro, conforme artigo 2º de seu Estatuto. A recuperanda não indicou existência de filiais.

6.2 Do Quadro de Funcionários

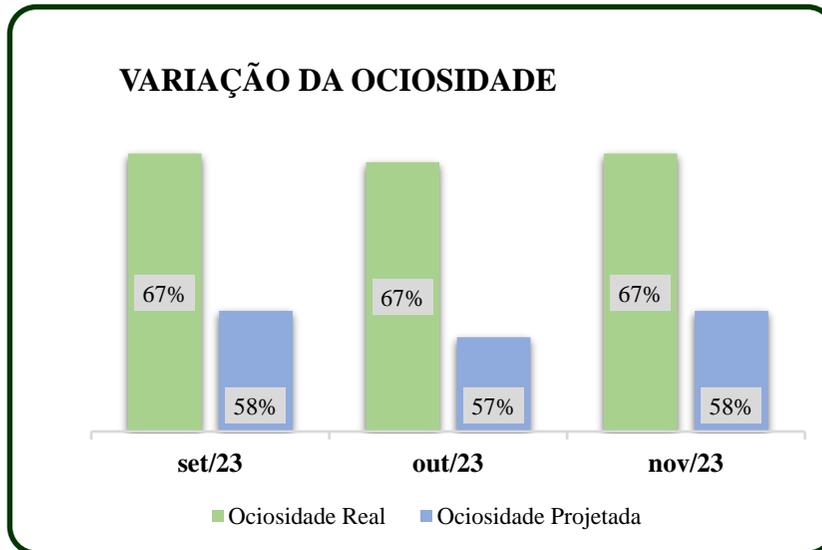
Conforme revelado pelo relatório de movimentação de funcionários disponibilizado pela Recuperanda a esta Administração Judicial, a análise do quadro de funcionários da empresa no mês de Novembro destaca uma dinâmica distinta em comparação ao mesmo período do ano anterior. No ano corrente, registram-se apenas 7 admissões, enquanto as demissões somaram um total de 22, apresentando uma inversão considerável em relação ao cenário observado no ano anterior, quando as admissões eram três vezes superiores ao número de demissões.



6.3 Das Operações das Recuperandas

Das Recuperandas que compõem o “Grupo SuperVia”, a Supervia executa a principal operação do grupo, transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana, sendo ela a responsável pela maior movimentação de recursos. Considerando tal fato, todos os subitens deste tópico têm como base de análise os dados fornecidos pela recuperanda.

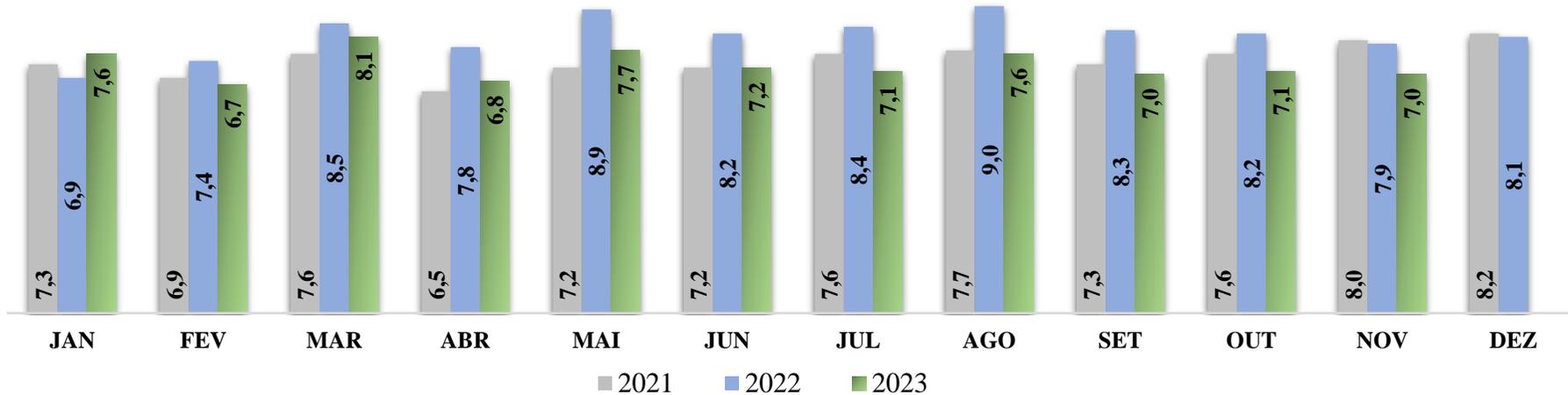
6.3.1 Da capacidade



De acordo com o relatório de Gestão de Desempenho fornecido pela recuperanda, que abrange toda a sua frota operacional composta por 164 TUE's, com ocupação de 100% durante o horário de pico em cada linha comercial nos dias úteis, mantendo o perfil horário para o restante do dia, a proporção entre dias úteis e não úteis, a média de capacidade máxima de passageiros em 2021 foi de 21,2 milhões, tendo transportado uma média mensal de 7,4 milhões de passageiros. Em 2022, a média mensal aumentou para 8,1 milhões de passageiros. Entretanto, ao comparar o mês de Novembro de 2023 com o mesmo mês do ano anterior, observa-se uma queda de quase 1 milhão na quantidade de passageiros transportados. Essa redução é notória,

especialmente considerando a expectativa para o ano atual, que era de aproximadamente 2 milhões a mais do que realmente foi transportado, resultando em uma ociosidade consideravelmente superior à planejada. Ao analisar o trimestre representado no gráfico, verifica-se que a ociosidade permaneceu nas mesmas médias, sendo a expectativa, em todos os meses, 9% abaixo disso.

PAX TRANSPORTADOS



O gráfico em destaque ilustra as movimentações de acordo com o relatório “Pax Transportados” fornecido pela recuperanda, cujo propósito é quantificar o número de passageiros transportados. Ao realizar uma análise comparativa do mês de Novembro, nos exercícios 2021, 2022 e 2023, constata-se que no ano corrente foi novamente registrado o menor número de passageiros transportados nesse mês. Esse número é inferior em 2 milhões ao planejado pela empresa, cerca de 1 milhão a menos do que foi registrado em 2022, e cerca de 400 mil passageiros a menos em comparação ao ano de 2021.

6.4 Da análise Contábil-Financeira

A presente análise tem por objetivo fornecer informações acerca da posição contábil financeira da recuperanda, considerando como base todos os documentos solicitados por esta Administração Judicial e fornecidos pela recuperanda, que disponibilizou: Balanço Patrimonial (.xlsx), Balancetes (.xlsx), Demonstração do Resultado do Exercício (.xlsx), Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido (.xlsx), Demonstração

do Resultado Abrangente (.xlsx), Demonstração de Fluxo de Caixa (.xlsx), Composição do Passivo (.xlsx) e ECD⁵ e ECF⁶ (.pdf e .sped). De posse dos documentos, esta Administração Judicial procedeu a presente análise.

6.4.1 Da Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	nov/20	nov/21	nov/22	nov/23
Receita bruta de serviços prestados	44.862.882	45.225.472	73.344.345	56.336.078
Bilheteria	34.675.748	37.568.747	58.048.046	45.901.526
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais	1.608.504	1.556.506	1.504.563	1.698.527
Outras receitas	-	-	-	-
Receita de construção	8.578.630	6.100.219	13.791.736	8.736.024
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	(874.753)	(1.024.960)	(1.131.030)	(1.300.136)
Receita líquida de serviços prestados	43.988.128	44.200.512	72.213.314	55.035.942
Custos dos serviços prestados	(33.205.848)	(29.218.564)	(49.631.082)	(50.095.049)
Custo de construção	(8.578.630)	(6.100.219)	(13.791.736)	(8.736.024)
Lucro Bruto	2.203.650	8.881.728	8.790.497	(3.795.131)
Receitas (despesas) operacionais	(1.733.294)	(3.817.865)	(9.477.511)	(2.703.057)
Com vendas	(16.800)	(21.472)	(80.899)	(18.920)
Gerais e administrativas	(7.873.003)	(5.326.348)	(9.706.332)	(3.809.008)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	6.156.510	1.529.955	309.721	1.124.871
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	470.356	5.063.863	(687.014)	(6.498.187)
Resultado de participações societárias	(203.376)	(8.941)	(62.546)	(302.501)
Equivalência patrimonial	(203.376)	(8.941)	(62.546)	(302.501)
Resultado financeiro	(2.063.826)	(2.015.271)	(10.790.890)	(10.379.083)
Despesas financeiras	(6.552.666)	(2.358.528)	(11.496.518)	(12.447.758)
Receitas financeiras	4.488.840	343.257	705.628	2.068.674
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.796.845)	3.039.651	(11.540.451)	(17.179.772)
Imposto de renda e contribuição social	194.573	(1.111.925)	3.467.769	(1.246.910)
Do exercício	-	-	-	-
Diferidos	194.573	(1.111.925)	3.467.769	(1.246.910)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.602.272)	1.927.726	(8.072.682)	(18.426.682)

⁵ Escrituração Contábil Digital 2020

⁶ Escrituração Contábil Fiscal 2020

Esta Administração Judicial, visando apresentar as informações de maneira que facilite a comparabilidade da demonstração, confrontou os dados de quatro exercícios, sendo eles 2020, 2021, 2022 e 2023, referente ao mesmo período, possibilitando para o usuário da informação comparar os resultados da Recuperanda em períodos de *lockdown*, circulação reduzida e retomada da normalidade na circulação.

Ao realizar uma análise isolada do mês de Novembro nos últimos quatro anos, constata-se que no ano de 2020, além de registrar a menor receita proveniente de **BILHETERIA**, também apresentou o segundo pior **Lucro Bruto**, fato diretamente associado aos **CUSTOS**, destacando-se principalmente as subcontas de **Energia Elétrica, Material Rodante, Mão de Obra e Salários e Ordenados**.

Apesar do acréscimo no saldo relacionado às **OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS** geradas nesse período, as **DESPESAS OPERACIONAIS** excederam esse montante, ultrapassando 7,8 milhões de reais, destacando-se principalmente os gastos com **Condenações Não Contingenciadas – Cível**, totalizando mais de 5 milhões de reais, e com os **Salários e Ordenados**, que atingiram cerca de 1,7 milhão de reais.

As **RECEITAS FINANCEIRAS** desse exercício registraram o maior montante entre os quatro anos analisados, alcançando um saldo superior a 4 milhões de reais, decorrente da **Variação Monetária Ativa – Depósito**. No entanto, o **Resultado Financeiro** permaneceu negativo, uma vez que as **DESPESAS FINANCEIRAS** escrituradas totalizaram 6 milhões de reais, devido aos **Juros de Financiamento Ativo e Despesas c/ Instrumentos Financeiros**. Sendo assim, ao final do exercício, apurou-se o menor saldo em termos de prejuízo, com um déficit de cerca de 1,6 milhão de reais.

Em 2021, destaca-se o aumento 2,8 milhões de reais na receita proveniente de **BILHETERIA**. Entretanto, as quedas registradas na **RECEITA DE CONTRUÇÃO** e a elevação de 874 mil reais de **IMPOSTOS E DEDUÇÕES**, resultaram em um aumento pouco expressivo de 212 mil reais na **Receita Líquida**. Apesar desse cenário, o **Lucro Bruto** apresentado foi o segundo melhor entre os exercícios analisados, fruto da redução de 2,4 milhões nos **CUSTOS DE CONTRUÇÃO** e 3,9 nos **CUSTOS DE SERVIÇOS PRESTADOS**, atribuída a significativas quedas em subcontas como: **Energia Elétrica**, que registrou uma redução superior a 4 milhões de reais seu saldo, e nas subcontas de **Mão de Obra, Auditoria – Exterior** e **Outros Impostos**, as quais zeraram os saldos anteriormente existentes.

No grupo das **Receitas (Despesas) Operacionais**, apesar da redução de 2,5 milhões de reais nas **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**, decorrente das **Condenações Não Contingenciadas – Cível** e **Reversão Prov. Contingência – Cível** e **Trabalhista**, destaca-se a contribuição da subconta de **Publicidade e Propaganda**, que reduziu as **DESPESAS COM VENDAS** em aproximadamente 5 mil reais, e adicionalmente, as **OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS** apresentaram uma redução de cerca de 4,7 milhões de reais. Apesar disso, a diminuição dos **CUSTOS** e **DESPESAS FINANCEIRAS** mencionados anteriormente, contribuiram para um melhor resultado no mês em termos de **Lucro Operacional**, visto que esse resultado representa a redução do saldo acumulado, de outubro para novembro.

Além do melhor saldo, ainda que negativo, de **EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL**, e da redução de 4,1 milhões de reais no saldo de **Variação Monetária Ativa – Depósitos Judiciais** que compõem as **RECEITAS FINANCEIRAS**, a queda nas **DESPESAS FINANCEIRAS** devido à redução nas **Variações Monetárias** e **Juros s/ Financiamento Ativo**, foi determinante para que o exercício fosse o único a apresentar saldo positivo ao final do período em recorte, mesmo diante dos impostos escriturados.

No exercício de 2022, evidenciou-se um aumento de 20 milhões de reais na **Receita Líquida**, impulsionado principalmente pelo montante registrado na conta de **BILHETERIA**, influenciado principalmente pelo saldo de 25 milhões de reais registrado na subconta de **Receita Tarifária de Reequilíbrio** (Criada para registrar a compensação financeira, prevista no contrato de concessão, por parte do governo do Rio de Janeiro, destinada à reestruturação e manutenção necessárias após a pandemia). Além disso, contribuiu para esse aumento o acréscimo de 7,6 milhões de reais na **RECEITA DE CONTRUÇÃO**.

Entretanto, é perceptível um acréscimo superior a 28 milhões de reais nos **CUSTOS** ocorridos no exercício, decorrente tanto do saldo em **CUSTO DE CONSTRUÇÃO**, quanto dos saldos elevados em algumas das principais subcontas dos **CUSTOS DE SERVIÇOS PRESTADOS**, como **Energia Elétrica, Consultoria, Provisão p/ Perda de Estoque, PJ – Serviço de Obra Civil e Salários e Ordenados**.

Apesar de apresentar o segundo melhor **Lucro Bruto** observado, reflexo da redução do saldo acumulado, o cenário se deteriora tanto pelo aumento de 4,4 milhões de reais nas **DESPESAS OPERACIONAIS**, quanto pela queda de 1,2 nas **OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**. No que tange às subcontas presentes nas **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**, responsável por maior parte da redução ocorrida, as principais reduções foram relacionadas a **Suprimento – TI, Advogados – Eventual, Reversão Prov. Contingência – Cível e de Depósitos Judiciais e PJ – Limpeza e Higienização**.

Além disso, as **DESPESAS FINANCEIRAS** aumentaram em mais de 9 milhões de reais, devido às **Variações Monetárias** tanto sobre a subconta de **Outras Obrigações**, quanto a de **Demais Credores**, e pelos **Juros Financeiros** que se elevaram em mais de 3,3 milhões de reais. Mesmo com o saldo de **Variações Monetárias – Depósitos Judiciais**, que aumentaram em 362 mil as **RECEITAS FINANCEIRAS**, e do saldo positivo apresentado nos **IMPOSTOS**, não foram suficientes para evitar o prejuízo de 8 milhões de reais apurados no mês em destaque.

No ano de 2023, constata-se uma significativa redução de 12,1 milhões de reais na conta de **BILHETERIA** em comparação com o saldo apurado no exercício anterior. Tal decréscimo decorre tanto da queda de aproximadamente 5,5 milhões de reais nas vendas de **Bilhetes** em si, quanto do encerramento da conta que alocava a **Tarifária de Reequilíbrio** (Criada para registrar a compensação financeira, prevista no contrato de concessão, por parte do governo do Rio de Janeiro, destinada à reestruturação e manutenção necessárias após a pandemia) recebida até Dezembro de 2022.

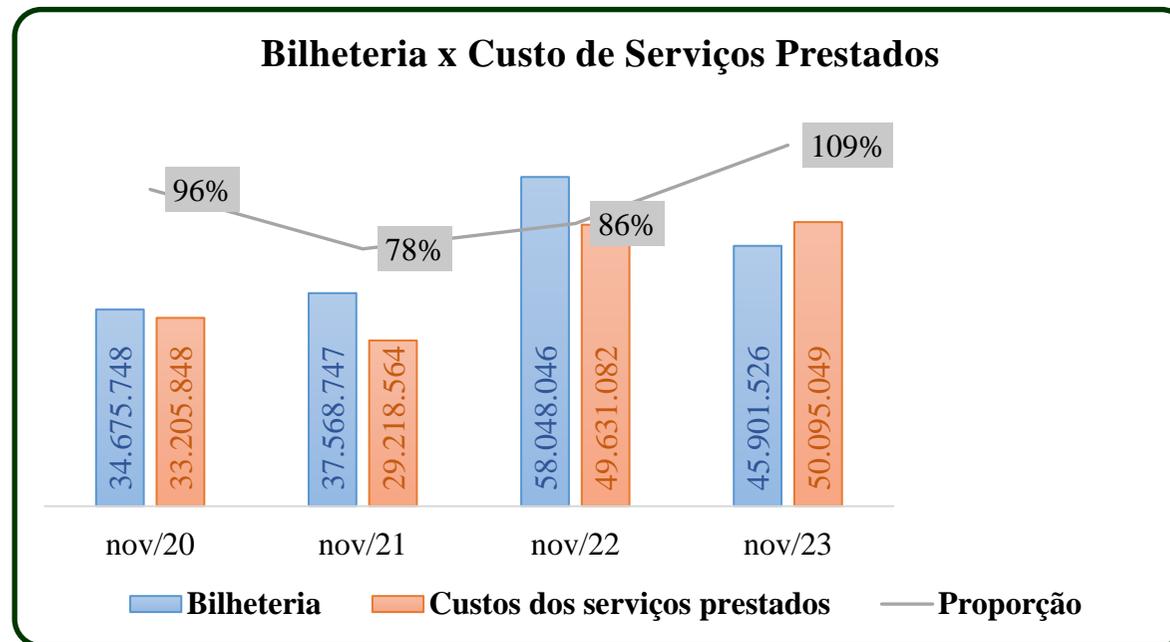
Com uma queda expressiva de 17 milhões na Receita Líquida, e os maiores **CUSTOS DE SERVIÇOS PRESTADOS** já registrados, devido aos aumentos referente a **Serviços de Manutenção, Desp. com Prov. PECLD e Participação de Resultado e Aviso Prévio**, o **Lucro Bruto**, apurado nesse exercício para o mês em tela, pode ser considerado o pior dentre os quatro anos analisados, apesar de reduzir os **CUSTOS DE CONSTRUÇÃO** em cerca de 5 milhões de reais.

Apesar da redução nas **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS** devido às quedas em subcontas como **Desp. Prov. PECLD e Reversão Prov. Contingência** da esfera cível, que zeraram seus saldos, e aquelas que sofreram reduções consideráveis, como **Consultoria, Limpeza e Higienização e Suprimentos**, e das **OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS** se elevarem em mais de 800 mil reais, o exercício teve o pior **Lucro Operacional** registrado, principalmente pelo saldo negativo escriturado no **Lucro Bruto**.

Quanto ao **Resultado Financeiro**, mesmo com a melhora de 1,3 milhões de reais nas **RECEITAS FINANCEIRAS** pelo resultado positivo nas **Variações Monetárias Ativa – Depósito Judicial**, os **Juros Financeiros** gerados nas **DESPESAS FINANCEIRAS**, mantiveram a conta na média do exercício anterior, aumentando ainda cerca de 950 mil reais. Adicionalmente, os impostos escriturados no exercício, contribuíram para o maior prejuízo escriturado, alcançando mais de 18,4 milhões de reais.

É válido mencionar que, ao ser questionado a respeito das movimentações ocorridas na DRE, nas contas relacionadas aos **Impostos Diferidos** (Imposto de Renda e Contribuição Social) da Supervia ao longo de todo exercício de 2023, a resposta da Recuperanda foi a seguinte:

“A Supervia decidiu por não constituir Ativo Diferido em 2022, mantendo somente o saldo histórico de aproximadamente R\$477 milhões. Com relação a 2023, a companhia voltou a constitui-lo, com exceção do Ativo Diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa.”



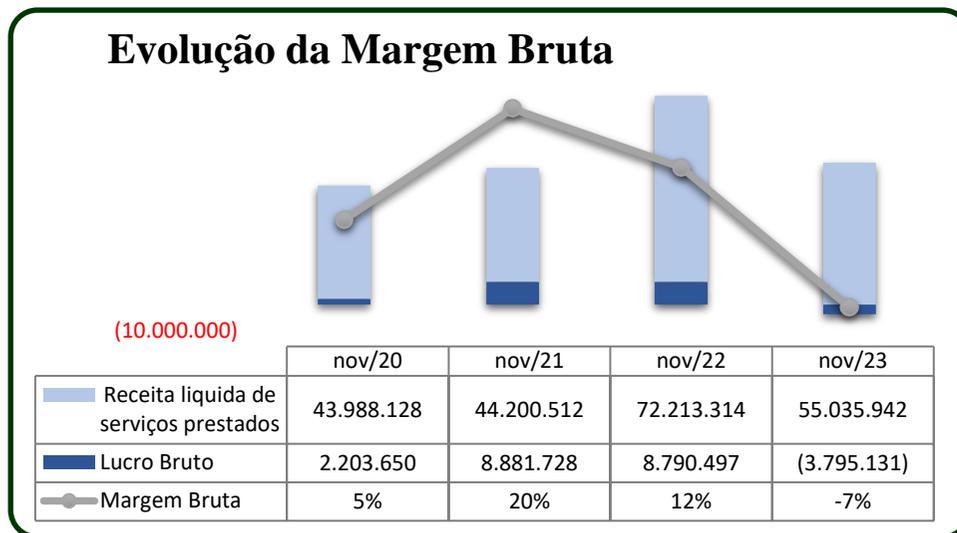
Conforme apresentado no presente gráfico, os exercícios de 2021 e 2022 foram os que apuraram os menores custos em relação a receita de bilheteria gerada, contudo, a receita em 2022 foi em grande parte impactada pela entrada de recursos derivados de reequilíbrio tarifário, aportados pelo Governo Estadual, iniciados em Agosto de 2022, e não apenas pelo aumento de passageiros transportados.

Dessa maneira, se fosse desconsiderado o pagamento do reajuste tarifário, e a receita tratada apenas pela operação seria de pouco mais de 33 milhões de reais, o que mudaria o cenário da presente comparação em que os custos representam 78% da receita para aproximadamente 150% da receita, o que indicaria que apenas pela operação o exercício de 2022 não cobriria seus custos no mês em destaque, assim como ocorreu no exercício de 2023, que conforme observado,

foi o único a apresentar custos maiores que as receitas de bilheteria geradas, sendo motivado pelo fato da Tarifa de Reequilíbrio ter sido recebida apenas no período de Agosto – Dezembro de 2022.

Frisa-se que, conforme demonstrado no item “6.3. Das Operações da Recuperanda” no presente relatório, o volume de passageiros transportados em 2021 foi 14% maior que o mesmo período de 2023, o que corrobora a queda de receita relacionada apenas a venda de bilhetes, todavia, os custos relacionados a prestação dos serviços comparando os mesmos períodos (2021 x 2023) sofreram aumentos de 71% no mês em destaque.

No Gráfico abaixo, é apresentado a evolução da **Receita Líquida** em relação ao **Lucro Bruto** apurado, sendo possível calcular a **Margem Bruta**, um dos principais indicadores para medir a lucratividade da empresa.



Em Novembro de 2020, registrou-se o segundo menor Lucro Bruto gerado, resultando em uma Margem Bruta de 5%, motivada pelo fato de os Custos comprometerem 95% da receita total gerado no mês em destaque.

No ano de 2021, com o único exercício a encerrar com lucro, observa-se a melhor Margem Bruta gerada, atingindo os 20%. Além do aumento na receita em comparação ao exercício anterior, os custos ocorridos nesse exercício foram os menores

dentre os demais.

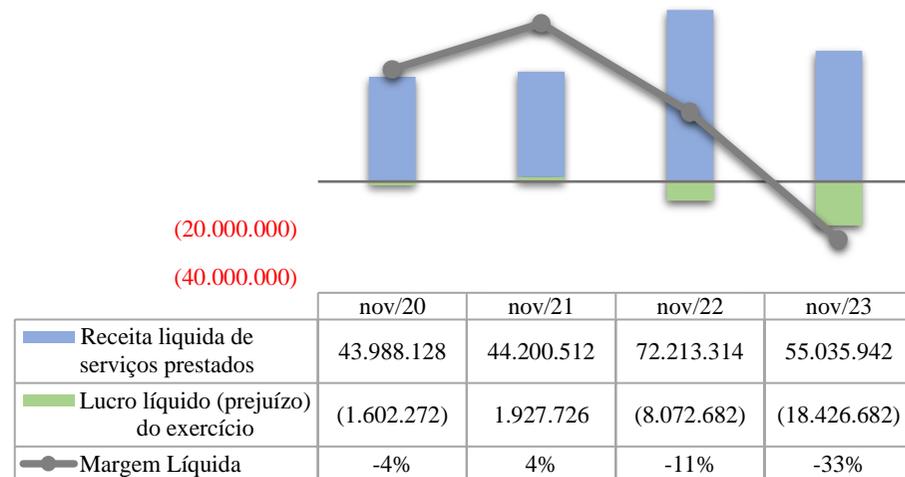
Apesar do considerável aumento nos Custos, a Margem Bruta de 2022 manteve-se positiva, apresentando 12% nesse exercício. Embora tenha registrado o maior saldo, inflado devido à Tarifa Recebida, nas receitas líquidas, os custos comprometerem cerca de 69% das mesmas. Ressalta-se que esse cenário não se deve ao aumento do volume de vendas de bilhetes, mas sim ao aporte do Estado em forma de reequilíbrio tarifário, como mencionado anteriormente.

Apenas no ano de 2023, foi apresentada uma Margem Bruta negativa, devido à combinação da diminuição de mais de 17 milhões de reais nas receitas e ao aumento nos custos, que foi o maior entre os exercícios, resultando na impossibilidade de as receitas suprirem os custos escriturados.

Já a **Margem Líquida** indica a proporção do resultado líquido da empresa em relação a sua receita líquida total, ou seja, quanto do total faturado num determinado período representa o resultado líquido da empresa.

Ao analisar a demonstração do resultado apresentada no gráfico ao lado, é evidente que a Recuperanda demonstrou variações irregulares no período em questão, apresentando margem positiva apenas no exercício de 2021, estando os demais, por apresentarem prejuízo ao fim, com Margem Líquida negativa.

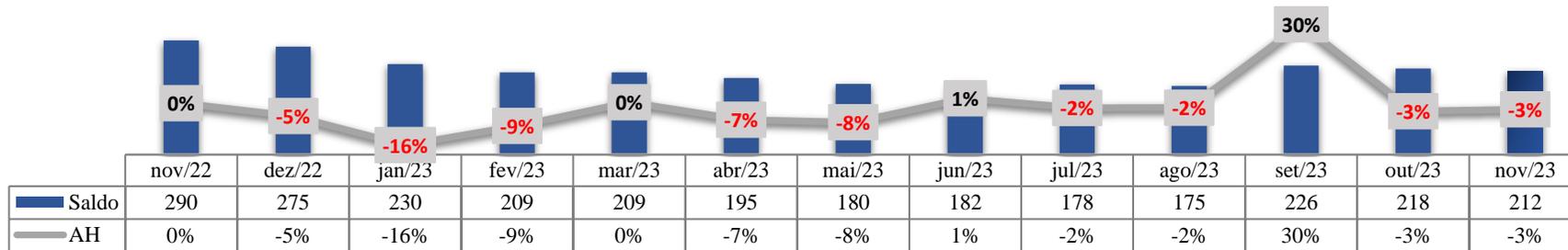
Evolução da Margem Líquida



6.4.2 Balanço Patrimonial

I. Ativo Circulante

Ativo Circulante (em milhões)

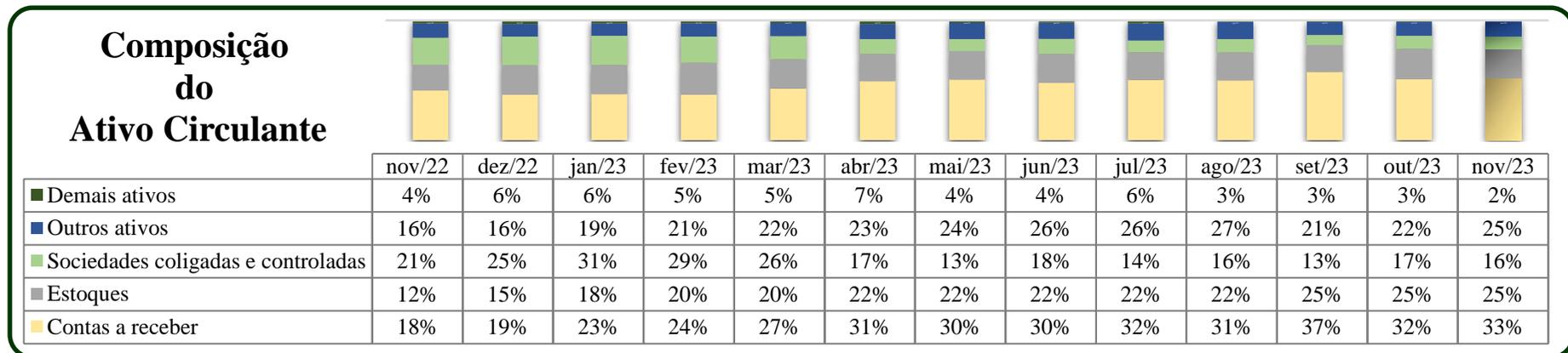


CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Ativo Circulante	226.298.626	218.425.799	-3%	212.423.904	-3%
Caixa e equivalentes de caixa	98.364	318.811	224%	168.067	-47%
Contas a receber	83.751.448	70.229.808	-16%	69.993.843	0%
Dividendos a receber	-	-	-	-	-
Estoques	56.622.331	55.414.629	-2%	53.355.812	-4%
Tributos a recuperar	455.074	455.087	0%	80.358	-82%
Despesas do exercício seguinte	170.504	139.034	-18%	49.382	-64%
Adiantamentos a Fornecedores	7.009.919	6.901.235	-2%	3.313.560	-52%
Sociedades coligadas e controladas	30.165.414	36.497.756	21%	32.977.849	-10%
Bens disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Outros ativos	48.025.571	48.469.440	1%	52.485.033	8%

Ao analisar o gráfico supra e o quadro representando o trimestre no **Ativo Circulante** ao lado, observa-se que, em Novembro, a variação no total do grupo foi semelhante à ocorrida em Outubro, porém, com variações bastante significativas dentro de cada conta existente, destacando-se as seguintes:

- a. A conta **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** dessa vez, reduziu pela metade seu saldo anteriormente registrado, principalmente devido à queda em sua subconta relacionada ao saldo no Banco Bradesco, já que é sua principal subconta, e reduziu mais de 165 mil reais esse mês.
- b. A conta destinada ao registro dos **ESTOQUES** da empresa, continuou reduzindo por mais um mês, apresentando cerca de 4% de redução em Novembro. Esse declínio foi motivado pela diminuição conjunta de aproximadamente 2 milhões de reais nas subcontas **Estoque de Almojarifado e Transitória de Materiais em Trânsito**.
- c. De todas as contas presentes no grupo, a dos **TRIBUTOS A RECUPERAR** foi a que mais apresentou variação negativa, diminuindo em 82%, alcançando o menor saldo já registrado, em razão da subconta de COFINS Retido de Clientes reduzir 280 mil reais e a de **PIS Retido de Clientes**, apresentar saldo zerado pela primeira vez.
- d. Após o aumento registrado em Dezembro de 2022 nas contas de **DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE**, observa-se uma trajetória de declínio recorrente desde então. O decréscimo em Novembro permanece ligado principalmente à subconta de **Seguros a Apropriar**, que reduziu 79 mil reais neste mês, seguida pelas **Outras Despesas Antecipadas**, que pela primeira vez desde sua criação em Março de 2021, apresentou saldo zerado.
- e. A conta de **ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES**, reduziu seu saldo pela metade em relação ao mês anterior, devido à soma das reduções que ocorreram em suas únicas subcontas, de **Adto. Fornecedores – Moeda Nacional e Estrangeira**, que chegaram a cair mais de 3,5 milhões de reais.

- f. Na conta relacionada às **SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS**, a única subconta ainda mantendo saldo é a vinculada à **Flospe Empreendimentos e Participações S/A**, empresa pertencente ao Grupo SuperVia, que registrou um acréscimo de mais de 3,5 milhões de reais desta vez.
- g. Na conta **OUTROS ATIVOS**, mantém-se o crescimento que vinha ocorrendo nos meses anteriores, apresentando uma variação mais significativa em Novembro. Esse aumento é impulsionado principalmente pela subconta de **Adto. Por 13º Salário**, com um acréscimo de 3,6 milhões de reais, tornando esse o maior saldo dessa conta em 2023, e a subconta de **Fundo Modicidade Tarifária**, criada com a finalidade de promover melhorias extraordinárias nos serviços de acessibilidade, sustentabilidade, segurança operacional e ampliação da integração, e mantém-se na média de crescimento anterior, elevando-se em cerca de 424 mil reais.



É relevante destacar que apesar de não apresentar variação significativa em seu saldo, as **CONTAS A RECEBER** se mantém como a principal conta existente no grupo, e passa a representar 32% da composição. Seguindo-a, notamos que a conta de **ESTOQUES** mantém os 25% que vem sendo registrados desde o mês de Setembro, e com o aumento ocorrido em **OUTROS ATIVOS**, a relevância dessa conta passou a compor 25%

do grupo. As contas de menor relevância, representando os 2% restantes, foram agregadas e classificadas no grupo de **Demais Ativos**, a fim de aprimorar a análise.

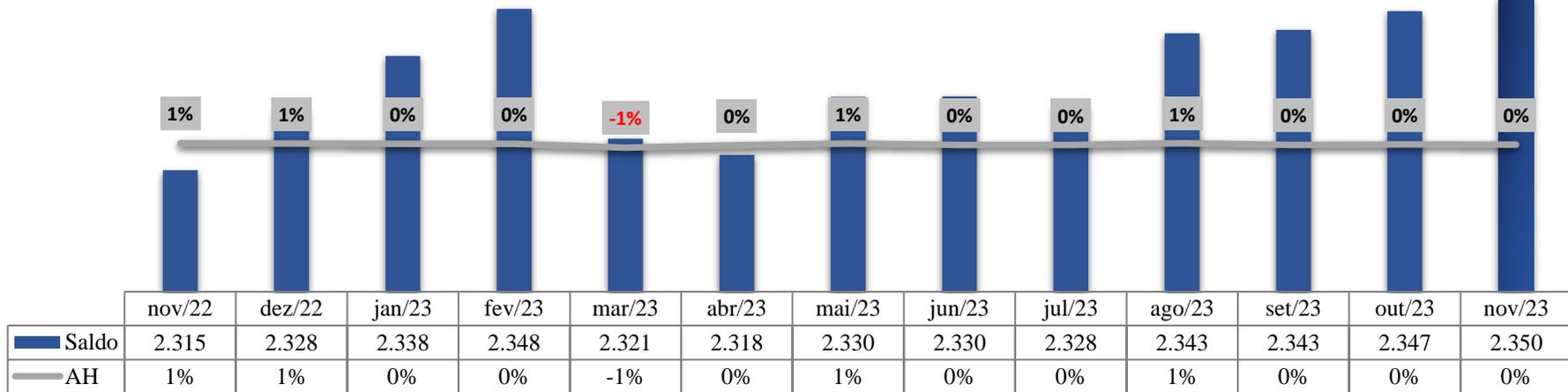
Por outro lado, a conta de **SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS**, que havia aumentado novamente sua participação no grupo no mês anterior, voltou a reduzir sua importância dentro desse conjunto, chegando aos 16% em Novembro. É fundamental ressaltar que essa conta deve ser registrada no **Ativo Circulante** somente quando os valores decorrerem de transações usuais entre as organizações. Em situações distintas, os lançamentos de saldos relacionados a relações não usuais devem ser alocados no **Ativo Não Circulante**, conforme estabelecido no Artigo 179 da Lei 6.404/76⁷.

⁷ Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

II - No ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.

II. Ativo Não Circulante

Ativo Não Circulante (em bilhões)



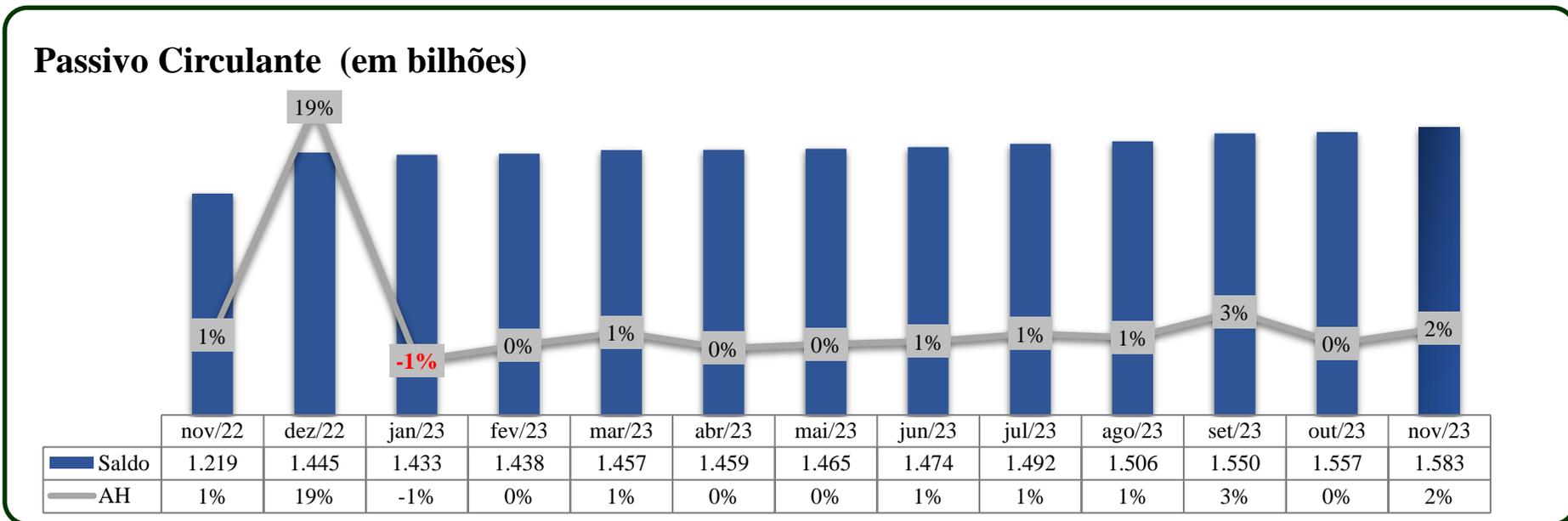
CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Ativo Não Circulante	2.343.463.295	2.347.332.087	0%	2.350.170.510	0%
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Contas a receber	109.332.626	110.984.472	2%	116.357.517	5%
Tributos Diferidos	488.936.468	494.076.065	1%	494.659.481	0%
Depósitos compulsórios	21.761.166	21.866.808	0%	16.690.569	-24%
Investimento	-	-	0%	-	0%
Intangível	1.723.433.035	1.720.404.741	0%	1.722.462.942	0%

Conforme evidenciado nos saldos representados no gráfico acima e quadro ao lado, as alterações ocorridas nos saldos que compõem o **Ativo Não Circulante** resultaram em um aumento superior a 2,8 milhões de reais. Apesar de as contas não exercerem uma influência significativa no

resultado global do grupo, é pertinente destacar as seguintes:

A partir da análise do gráfico do gráfico acima, é possível observar que ao longo de todo o período examinado, a conta que representa a maior parcela do **Ativo Não Circulante**, embora não tenha apresentado variações significativas durante o trimestre, continua sendo a conta **INTANGÍVEL**, onde estão registrados os ativos relacionados ao Contrato de Concessão. Além dessa conta, merece destaque a relevância da conta **TRIBUTOS DIFERIDOS** dentro desse grupo, mantendo sua importância em 21%. As outras duas contas que contribuem para a composição são **CONTAS A RECEBER** e **DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS**, representam, respectivamente, 5% e 0,7% do total.

III. Passivo Circulante



CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Passivo Circulante	1.549.663.705	1.557.158.226	0%	1.582.861.273	2%
Fornecedores	75.932.520	69.882.982	-8%	70.647.540	1%
Empréstimos e financiamentos	1.176.322.719	1.185.136.951	1%	1.207.618.029	2%
Debêntures	-	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	36.379.480	38.178.343	5%	40.110.511	5%
Tributos a pagar	7.290.413	6.724.403	-8%	6.422.548	-4%
Dividendos propostos	-	-	-	-	-
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-	-	-	-	-
Parcelamentos	282.332	-	-100%	-	-
Concessão a pagar	648.576	-	-100%	-	-
Adiantamentos Teleféricos	-	-	-	-	-
Sociedades coligadas e controladas	131.705.936	133.143.350	1%	134.471.219	1%
Outros passivos	121.101.731	124.092.198	2%	123.591.426	0%

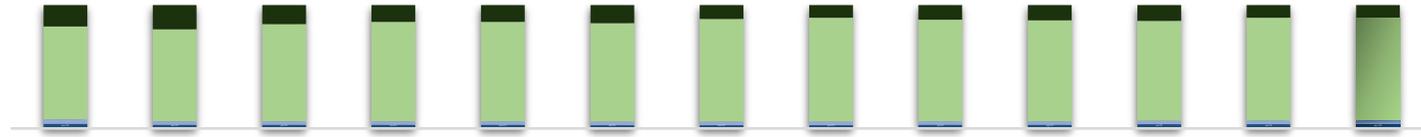
Considerando as informações apresentadas no quadro ao lado, o acréscimo de 25 milhões de reais, foi suficiente para variar em 2% o saldo do **Passivo Circulante**. As subcontas presentes na composição do grupo e responsáveis pelo aumento ocorrido em Novembro, são as seguintes:

- a. Na conta de **FORNECEDORES**, após a queda ocorrida no mês anterior, a conta voltou a apresentar aumentos, sendo a subconta de **Provisão de Fornecedores** o principal fator dessa elevação, apresentando um saldo que cresceu em mais de 1 milhão de reais, apesar da queda no saldo de **Fornecedores – Moeda Nacional**.

- b. Nos **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**, a variação percentual que vinha se mantendo numa constante, dobrou no mês de Novembro, apresentando aumento de 2%. Além do acréscimo de 8,5 milhões de reais resultante dos juros registrados na subconta **Juros Banco BNDES – I**, a conta também apresentou pela primeira vez, desde Junho de 2022, um empréstimo que gerou um saldo de aproximadamente 14 milhões de reais na subconta relacionada ao Banco Itaú.

- c. Na conta de **SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS**, as subcontas de **Provisão 13º Salário** e **Participação de Empregados** mantiveram-se como as principais responsáveis pelas variações que elevaram o saldo da conta, por mais um mês, em cerca de 1,9 milhões de reais.
- d. Em **TRIBUTOS A PAGAR**, as variações verificadas nas suas subcontas resultaram novamente, em queda do saldo principal. Com a redução impulsionada pelas diminuições nas subcontas de **INSS a Recolher – PF** e **CSLL/COFINS/PIS na Fonte**, a conta diminuiu em 4%, aproximadamente 300 mil reais.
- e. O acréscimo registrado na conta **SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS**, permanece relacionado às subcontas de financiamento e juros associados à **DIP Finance Gumi**, uma modalidade de financiamento para empresas que se encontram em RJ. A soma dessas subcontas resultou em um aumento no saldo final de 1,3 milhão de reais, mantendo a média de variação registrada ao longo do trimestre.
- f. O fato da subconta de **Fretes a Pagar – Importação** ter zerado seu saldo, registrado antes com 823 mil reais, não apresentou significativo impacto ao final do saldo dos **OUTROS PASSIVOS**, que mesmo com uma redução de 500 mil reais, não demonstrou variação percentual após alguns meses se elevando.

Composição do Passivo Circulante

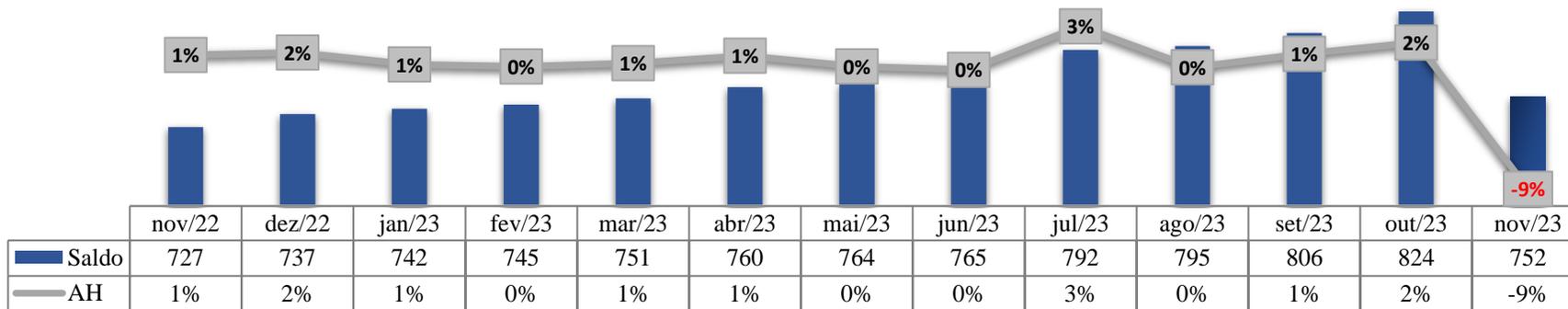


	nov/22	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23
Demais passivos circulantes	4%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Outros passivos	9%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	8%	8%	8%
Sociedades coligadas e controladas	10%	9%	8%	8%	8%	9%	9%	9%	9%	9%	8%	9%	8%
Parcelamentos	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Debêntures	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Empréstimos e financiamentos	72%	76%	77%	77%	77%	78%	78%	78%	78%	78%	76%	76%	76%
Fornecedores	6%	6%	5%	5%	5%	5%	5%	4%	5%	5%	5%	4%	4%

Ao longo de todo o período analisado, a conta de **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS** continua figurando como a principal componente do **Passivo Circulante**, mantendo por mais um mês, representando 76% do grupo. Assim como os **OUTROS PASSIVOS**, a conta de **SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS**, representa agora 8% do grupo, seguidas pela conta de **FORNECEDORES** representando 4%.

IV. Passivo Não Circulante

Passivo Não Circulante (em milhões)

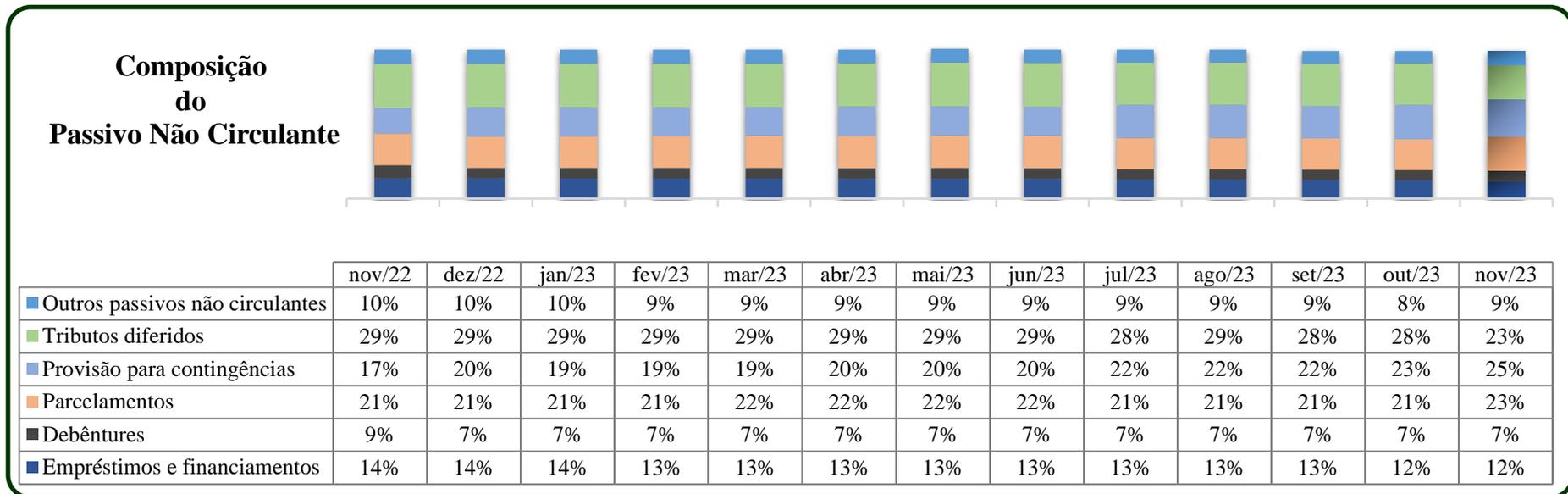


CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Passivo Não circulante	805.888.525	823.979.079	2%	813.539.240	-1%
Fornecedores	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	101.265.631	101.374.198	0%	87.557.337	-14%
Debêntures	55.572.047	55.968.913	1%	56.315.835	1%
Parcelamentos	168.711.389	170.021.384	1%	171.146.435	1%
Concessão a pagar	-	-	-	-	-
Tributos a pagar	-	-	-	-	-
Provisão para contingências	175.031.455	190.074.096	9%	190.074.096	0%
Tributos diferidos	228.630.659	230.029.054	1%	231.859.380	1%
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-	-	-	-	-
Passivo a Descoberto em Controladas	7.666.048	7.727.916	1%	8.030.417	4%
Outros passivos não circulantes	69.011.296	68.783.518	0%	68.555.740	0%

O **Passivo Não Circulante** evidenciou uma redução de 10,4 milhões de reais, marcando a primeira queda dentro do período analisado, conforme demonstrado no gráfico acima. As contas responsáveis por essa redução de 1% e outras variações ocorridas, foram as seguintes:

- a. O saldo de 13,9 milhões realocado para os **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS** do **Passivo Circulante**, resultou em uma diminuição no total desta conta, levando a uma queda de 14% no saldo, o que não ocorria desde Março de 2023.
- b. A conta de **DEBÊNTURES**, por mais um mês seguido, apresenta variação de 1% em seu saldo, originada pelo aumento de aproximadamente 303 mil reais em sua subconta destinada aos **Juros** em questão.
- c. Na conta destinada ao registro de **PARCELAMENTOS**, observou-se um aumento na mesma média do mês anterior, elevando a conta em 1,1 milhão de reais. Suas subcontas de **Variações Monetárias – RJ** e **Variações Monetárias – Light (Acordo)**, continuaram a crescer em cerca de 6% cada uma.
- d. Em relação aos **TRIBUTOS DIFERIDOS**, a tendência de aumento de 1% em cada uma de suas subcontas existentes foi mantida. A subconta de **Imposto de Renda Diferido - Passivo** registrou um aumento de 1,3 milhão de reais, enquanto a subconta **Contribuição Social Diferida – Passivo** aumentou em torno de 484 mil reais.

- e. A conta de **PASSIVO A DESCOBERTO EM CONTROLADAS**, criada em Setembro, apresentou um novo aumento de 302 mil reais no mês de Novembro, proveniente de sua única subconta com saldo, denominada **Participações Societárias e Controladas – SC**.



Como evidenciado no gráfico, a conta de **TRIBUTOS DIFERIDOS**, que mantinha uma média de 28% desde Novembro de 2022, reduziu sua importância no grupo para 23%. Da mesma forma, a conta de **PARCELAMENTOS** ficou atrás da conta de **PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**, representando agora 25% da composição, mesmo sem apresentar variação considerável neste mês. Apenas a conta dos **OUTROS PASSIVOS** elevou sua significância dentro do grupo para 9%, enquanto as demais, como **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS** e **DEBÊNTURES**, mantiveram a importância, representando 7% e 12%, respectivamente.

V. Patrimônio Líquido

A única modificação observada no referido grupo, diz respeito à conta de **RESULTADOS ACUMULADOS**, na qual foi registrada a apuração do **Resultado do Exercício**, acarretando um prejuízo adicional de 18 milhões de reais. Esse acréscimo resultou em uma redução percentual de aproximadamente 10% esse mês.

CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Patrimônio Líquido	214.209.690	184.620.582	-14%	166.193.900	-10%
Capital Social	1.186.086.966	1.186.086.966	0%	1.186.086.966	0%
Reserva de Capital	11.467	11.467	0%	11.467	0%
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-
Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados	(971.888.743)	(1.001.477.851)	3%	(1.019.904.533)	2%

VI. Das Obrigações Fiscais/Tributárias

Em relação regularidade Fiscal/Tributária, foram confrontados todos os documentos fornecidos pela recuperanda, com documentos e relatórios que puderam ser emitidos pelos órgãos competentes, a fim de consolidar a informação da maneira mais transparente possível.

A. Fazenda Nacional

Em relação aos débitos oriundos da Fazenda Nacional, a recuperanda apresentou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, com ressalva indicando existirem débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal e débitos inscritos em dívida ativa registrados nos sistemas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Conforme quadro ao lado, com informações extraídas do Relatório de Situação Fiscal⁸, emitido em 26/10/2023 e válido até 23/04/2024, existem débitos objetos de processos de execução que se encontram com exigibilidade suspensa. Cabe ressaltar que os documentos não apresentam informações detalhadas do débito.

Nº	PROCESSO	SITUAÇÃO
1	12448.723.546/2018-08	Parcelamento Ativo
2	11080.732.912/2018-55	SUSPENSO – Julgamento do Recurso Voluntário
3	11080.734.271/2018-73	SUSPENSO – Julgamento da Impugnação
4	12448.905.855/2022-72	DEVEDOR - AG. PGTO/Manifestação Inconformidade (Crédito)
5	12448.905.856/2022-17	DEVEDOR - AG. PGTO/Manifestação Inconformidade (Crédito)
6	12448.905.857/2022-61	DEVEDOR - AG. PGTO/Manifestação Inconformidade (Crédito)
7	12448.911.495/2014-38	DEVEDOR – Em Julgamento Recurso (Crédito)
8	12448.911.640/2014-81	DEVEDOR – Em Julgamento Recurso (Crédito)
9	12448.911.641/2014-25	DEVEDOR – Em Julgamento Recurso (Crédito)
10	12448.911.642/2014-70	DEVEDOR – Em Julgamento Recurso (Crédito)
11	12448.911.643/2014-14	DEVEDOR – Em Julgamento Recurso (Crédito)
12	12448.911.644/2014-69	DEVEDOR – Em Julgamento Recurso (Crédito)
13	17227.720.721/2021-11	SUSPENSO – Julgamento da Impugnação

Além dos débitos supra, a recuperanda apresentou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas⁹ expedida em 05/10/2023 e válida até 02/04/2024, onde constam inscrições em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas em 35 processos que tramitam no Tribunal Regional do Trabalho – 1ª Região. O referido documento não faz menção de valores, possuindo apenas informações dos processos, impossibilitando esta Administração de atualizar o status dos processos.

⁸ ANEXO II – Relatório Situação Fiscal Supervia

⁹ ANEXO III – Relação de inscrições em Certidão Positiva de Débitos

B. Fazenda Estadual

NATUREZA	set/23	Qtd.	out/23	Qtd.	Variação	nov/23	Qtd.	Variação
MULTA CECA	195.504	3	195.504	3	0%	197.097	3	1%
MULTA CONTRATUAL AGETRANSP	22.663.086	93	22.663.086	93	1%	22.949.480	93	1%
TAXA DE INCÊNDIO	382	2	382	2	1%	386	2	1%
TAXA DE REGULAÇÃO - AGETRANSP	1.726.563	5	1.726.563	5	0%	1.734.742	5	0%
MULTA PROCON	2.336.072	25	2.379.323	26	2%	2.408.584	26	1%
TOTAL	26.921.606	128	26.921.606	12	0%	27.290.289	129	1%

Com relação às dívidas ativas tributárias com o Estado, a recuperanda forneceu Certidão Negativa de Débitos¹⁰ expedida em 17/10/2023 e válida até 15/01/2024, todavia, em consulta ao *site* do próprio órgão, esta Administração Judicial gerou relatório atualizado das inscrições. Na pesquisa realizada para o presente relatório, as variações identificadas foram apenas relacionadas aos juros gerados.

C. Fazenda Municipal

A recuperanda não forneceu dados acerca de débitos de ISS para o relatório atual, contudo a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, em Certidão de Regularização do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza expedida em 21/03/2023 e válida até 21/09/2023, fornecida

¹⁰ ANEXO VI – Certidão Negativa de Débitos

pela recuperanda para o relatório atual, apresenta ocorrência de débito referente ao processo de nº 000000719095 – N.D, em cobrança na PG/PDA.

NATUREZA	set/23	Qtd.	out/23	Qtd.	nov/23	Qtd.	Variação (%)
ISS	2.724.893,89	1	2.724.893,89	1	2.724.893,89	1	0%
Taxa de Inspeção Sanitária	676,31	1	676,31	1	696,11	1	3%
Multa Adm (Fundação GeoRio)	737,21	1	737,21	1	752,81	1	2%
Multa Adm (S.M. Saúde)	17.277,21	3	17.277,21	3	17.647,61	3	2%
Multa Adm (S.M. Urbanismo)	165.127,40	104	165.127,40	104	164.986,3	103	0%
Multa Administrativa	1.207.652,89	89	1.207.652,89	89	1.631.660,83	90	2%
TOTAL	4.116.364,91	199	4.116.364,91	199	4.540.637,55	199	1%

Em certidão da Procuradoria Geral do Município emitida em 20/09/2023 e válida até Março de 2024, foram apuradas as mesmas 199 ocorrências de inscrições em dívida ativa, e como podemos notar no quadro resumido acima, o valor somado das CDA's, se manteve como no mês anterior, por ter sido considerado apenas o mesmo documento recebido anteriormente, com a variação em 1%, se comparado ao mês de Setembro e apresentando agora o montante de R\$4.540.637,55. Essa variação é atribuída tanto aos juros ocorridos, quanto pela inclusão de uma nova Multa Administrativa no valor de R\$1.743,91, que ainda se encontra na fase de cobrança amigável, além disso, também foi possível notar a extinção de uma Multa Adm (SM. Urbanismo) no valor de R\$3.628,68.

VII. Das contingências apresentadas

Prognóstico de Perda	Cível		
	out/23	nov/23	Variação
Provável	277.464.145	276.638.209	0%
Possível	505.308.097	484.441.362	-4%
Remota	100.058.228	101.415.189	1%
TOTAL	882.830.470	862.494.760	-2%

Prognóstico de Perda	Trabalhista		
	out/23	nov/23	Variação
Provável	40.256.066	37.073.841	-8%
Possível	71.292.892	72.039.890	1%
Remota	700.514	700.514	0%
TOTAL	112.249.472	109.814.244	-2%

Prognóstico de Perda	Imobiliário		
	out/23	nov/23	Variação
Provável	633.916	2.032.228	-20%
Possível	247.564	11.219.670	206%
Remota	83.418	83.418	0%
TOTAL	964.898	13.335.316	112%

Prognóstico de Perda	Tributário		
	out/23	nov/23	Variação
Provável	2.281.597	9.718.037	326%
Possível	15.669.399	56.173.266	258%
Remota	123.668	123.668	0%
TOTAL	18.074.663	66.014.971	265%

A Recuperanda apresentou relatórios nos quais são delineadas as contingências nas esferas Cíveis, Imobiliárias, Trabalhistas e Tributárias, acompanhadas de suas respectivas estimativas de perda. Ao analisar os quadros acima expostos, é possível constatar que as categorias vinculadas às esferas **Imobiliárias** e **Tributárias**, apesar de constituírem as de menor expressão dentre as apresentadas, foram aquelas que experimentaram os aumentos mais significativos em seus saldos, principalmente pelas variações percentuais observadas em suas projeções para perdas prováveis e possíveis.

Considerando os valores das ações abrangidas no conjunto das contingências, a totalização de seus montantes atinge a cifra de R\$1.051.659.291 (Um bilhão, cinquenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil e duzentos e noventa e um reais) no mês de Novembro. Deste total, aproximadamente 325,4 milhões de reais são designados como **perda provável**, pouco mais de 623,8 milhões como **perda possível** e apenas 102 milhões de reais apresentam chance **remota de perda**.

6.4.3 Indicadores

Os indicadores de solvência aqui apresentados tiveram como base todo o material fornecido pela recuperanda. Dessa forma, foi possível proceder a elaboração dos Índices Tradicionais de Liquidez, bem como o modelo de previsão de insolvência de KANITZ¹¹, analisando o último trimestre (Setembro, Outubro e Novembro), informando sobre a atual posição econômico-financeira da recuperanda.

a) Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente apura a proporção das obrigações assumidas perante terceiros, a curto prazo, em relação ao AC, pela fórmula $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$, de

Índice de Liquidez	set/23	out/23	nov/23
Corrente	0,15	0,14	0,13

maneira que o resultado é quanto a empresa dispõe em (R\$) para cada R\$ 1,00 de obrigações assumidas. Para fins de análise do indicador as despesas antecipadas foram reclassificadas para o resultado, visto não configurarem capacidade de pagamento.

b) Liquidez Imediata

¹¹ Kanitz, S. C. (1974, dezembro). Como prever falências. *Exame*, pp.95-103.

O índice de liquidez imediata visa demonstrar a relação entre as obrigações assumidas a curto prazo em relação as disponibilidades, calculando

da seguinte maneira: $LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$.

Índice de Liquidez	set/23	out/23	nov/23
Imediata	0,00	0,00	0,00

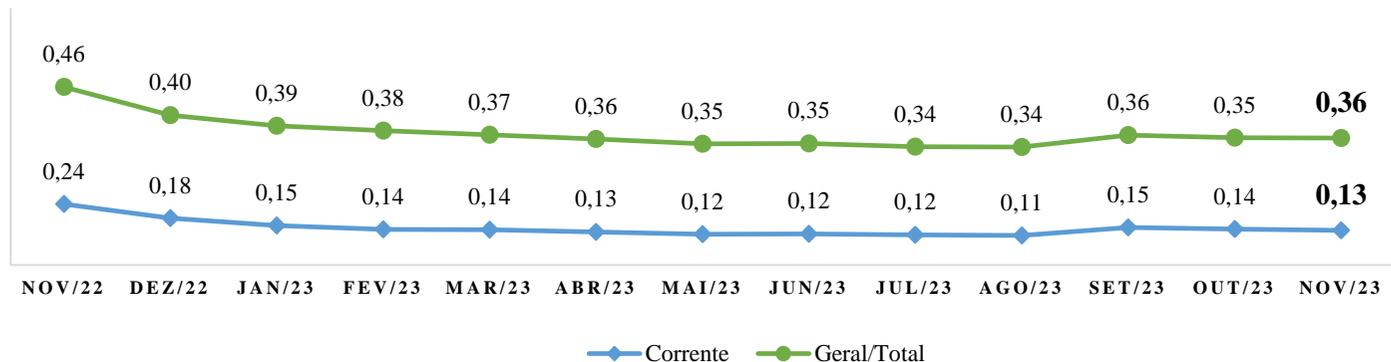
c) Liquidez Geral

O índice de liquidez geral demonstra a relação de todo o ativo realizável a curto e longo prazo em relação as exigibilidades em curto e longo prazo, sendo calculado pela

fórmula $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realiz. a Long Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigiv. a Long Prazo}}$. Para fins de análise do indicador as

Índice de Liquidez	set/23	out/23	nov/23
Geral/Total	0,36	0,35	0,36

ÍNDICES DE LIQUIDEZ



despesas antecipadas foram reclassificadas para o resultado, visto não configurarem capacidade de pagamento.

Conforme indicado nos índices supra, e representado no gráfico acima, o valor registrado no **Ativo Circulante**, em todos os períodos é inferior ao valor do **Passivo Circulante**. É importante destacar que a capacidade de pagamento da recuperanda, volta a diminuir conforme é perceptível na análise do gráfico, já que como pudemos notar nas análises anteriores, os saldos de seus principais grupos, passaram por algumas variações negativas, sendo necessária uma posição de cautela.

d) Grau de Endividamento

O Endividamento busca demonstrar a proporção que o capital de terceiros possui em relação ao capital próprio da empresa, calculado pela fórmula $E = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$. Para fins de análise, o PL da empresa foi reduzido das despesas antecipadas, que sofreram reclassificação do ativo, visto não configurarem capacidade de pagamento.

Indicador	set/23	out/23	nov/23
Grau de Endividamento	1099%	1289%	1405%

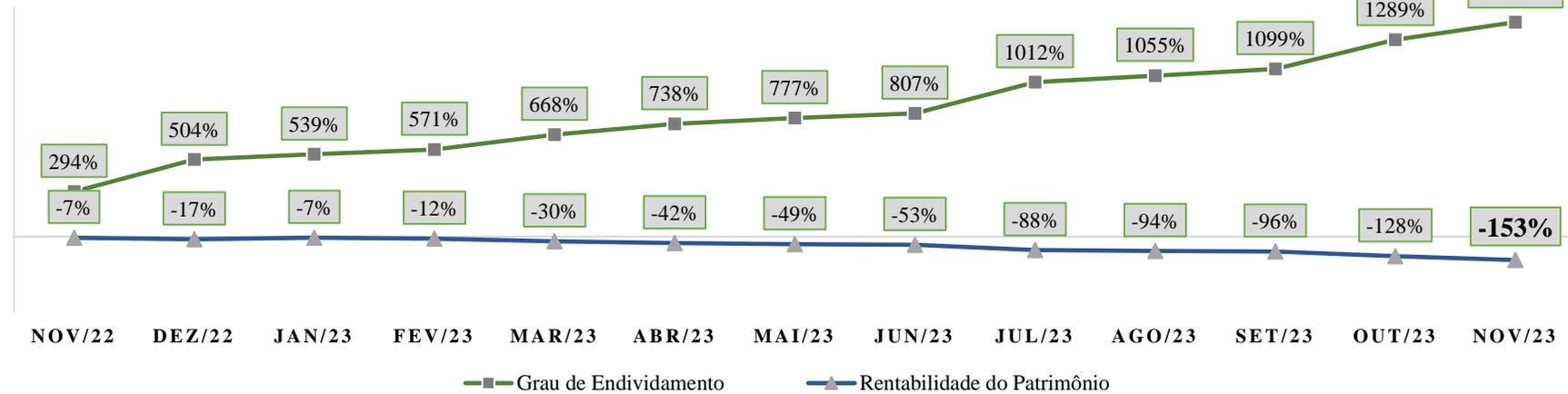
e) Rentabilidade do Patrimônio (ROE)

O indicador em questão calcula o retorno em lucro gerado em relação ao patrimônio líquido, exprimindo o quanto a empresa é eficiente em ser rentável com os recursos disponíveis, calculado pela fórmula $ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$. Para fins de

análise, o PL da empresa foi reduzido das despesas antecipadas, que sofreram reclassificação do ativo, visto não configurarem capacidade de pagamento.

Indicador	ago/23	set/23	out/23
Rentabilidade do Patrimônio	-96%	-128%	-153%

INDICADORES COMBINADOS



Observando o gráfico supra é possível perceber que a recuperanda apresenta um grau de endividamento elevado, onde o capital de terceiros é quase três vezes superior ao capital próprio. Importante frisar que, esse índice segue aumentando constantemente, chegando em Outubro com a maior porcentagem já registrada, muito embora grande parte seja originada em virtude de financiamentos realizados para a manutenção das atividades, como o DIP por exemplo, que fora autorizado no período Recuperacional. Acerca da Rentabilidade do Patrimônio, não houve indicativo de rentabilidade em nenhum dos períodos analisados, demonstrando nenhum retorno do capital investido pelos acionistas, e apresentando considerável piora com o passar dos meses.

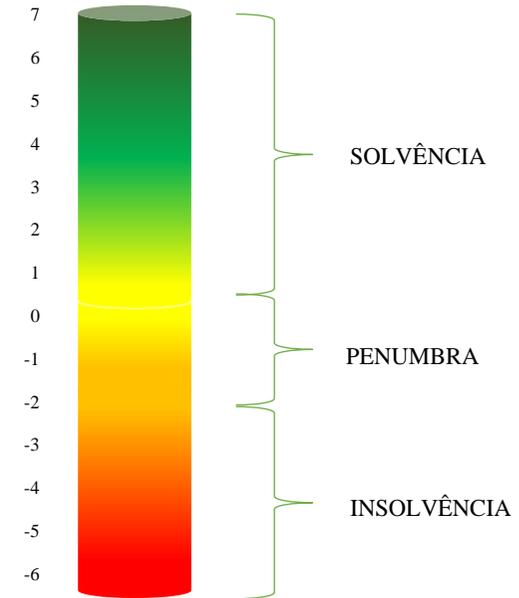
f) Termômetro de Kanitz

O Termômetro de Kanitz ou Fator de Insolvência, consiste na análise de um conjunto de índices, de maneira que possibilita obtenção de um indicador, que, aplicado aos parâmetros estabelecidos, indica em que estágio econômico-financeiro a empresa se encontra, obedecendo os seguintes critérios:

Solvência – Considera-se Solvente a empresa que, depois de calculado o índice de solvência, obtiver acima de 0 (zero), indicando total solvência econômica.

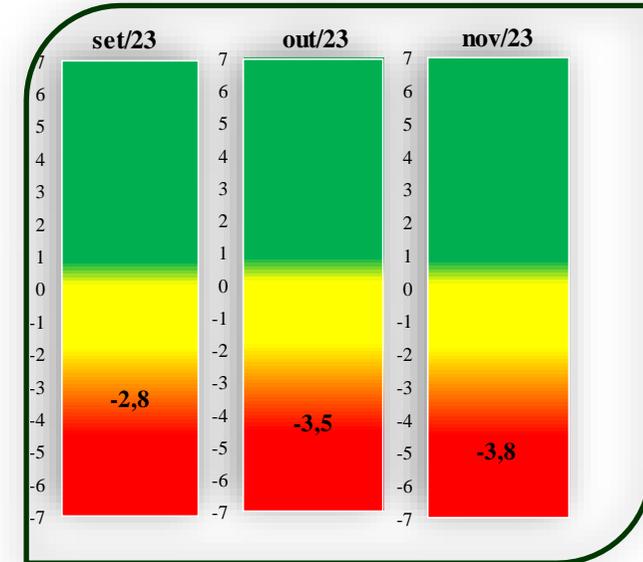
Penumbra – Se o resultado do índice variar entre 0 e -2 significa que a empresa possui situação estável, mas devendo ficar em alerta quanto ao seu grau de insolvência.

Insolvência – Caracteriza-se insolvente a empresa que apresentar índice entre -3 e -7, o que indica risco iminente de falência.

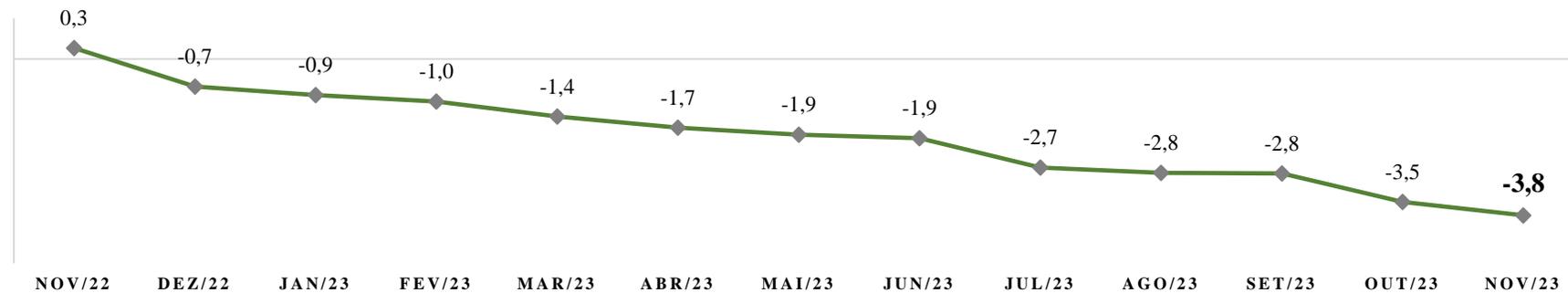


O cálculo desse índice se dá pela fórmula $Previsão\ de\ Insolvência = 0,05 \times \frac{LL}{PL} + 1,65 \times \frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Total} + 3,55 \times \frac{AC-Estoques}{PC} + 1,33 \times \frac{AC}{PC} - 1,06 \times \frac{Passivo\ Total}{PL}$, e o resultado aplicado ao termômetro infra, gera a informação necessária à interpretação da situação compreendida na análise.

Aplicando o modelo de previsão de insolvência ou termômetro de KANITZ no trimestre, constatou-se que a recuperanda permanece registrando um declínio considerável, se enquadrando, desde julho, **em um cenário de insolvência**.



EVOLUÇÃO DA PREVISÃO DE INSOLVÊNCIA



6.5 Lista de Credores

Considerando a atual fase processual, esta Administração Judicial promoveu a consolidação da relação de credores da recuperanda, detalhada ao **ANEXO VI**¹² deste instrumento. Analisando as alterações ocorridas pela consolidação, demonstradas na imagem infra, sendo os valores destacados em **vermelho** os valores consolidados por esta Administração Judicial e os valores destacados em **verde** o saldo remanescente de cada classe. Sendo mais bem apreciado no ANEXO VI onde é detalhado todos os créditos referentes a cada credor e suas devidas liquidações.



¹² ANEXO VI – Lista de Credores Consolidada por Recuperanda

6.6 Pagamentos realizados

Conforme expresso no Plano de Recuperação Judicial, os credores deveriam encaminhar à Recuperanda e-mail descrevendo a modalidade de pagamento de sua preferência. A relação dos e-mails recebidos encontra-se no **ANEXO VII** deste instrumento, com os dados encaminhados pela Recuperanda.

Segundo o último relatório de pagamento fornecido pela Recuperanda, foram pagos 26 credores no montante de R\$367.308,49 (trezentos e sessenta e sete mil trezentos e oito reais e quarenta e nove centavos) no mês de Novembro, dos quais 20 integram a **CLASSE I**, 2 integram a **CLASSE IV** e apenas 1 de **CLASSE III**, cujos montantes coincidem com os recibos de pagamento disponibilizados à esta Administração Judicial, estando a relação completa de tais recibos disponíveis no **ANEXO VIII** deste instrumento.

CLASSE	QNTD.	VALOR
Classe I (Trabalhista)	20	285.400,13
Classe III (Quirografário)	1	8.604,91
Classe IV (ME e EPP)	2	73.303,45
TOTAL		367.308,49

6.7 Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial

A Recuperanda, em fl. 9166, apresenta a última versão do PRJ, tendo sido aprovado em 31/05/2022 da seguinte maneira:

- iv. CLASSE I - (Trabalhista), votaram sim, pela aprovação do plano, 14 credores correspondentes a 93,33% dos votos por cabeça e 1 credor votou pela não aprovação do plano (6,67% do total de votos por cabeça);
- v. CLASSE III - (Quirografária), votaram sim, pela aprovação do plano, 23 credores correspondentes a 88,46% dos votos por cabeça e 84,07% dos votos por crédito. Votaram pela não aprovação, 3 credores correspondentes a 11,54% do total de votos por cabeça e 15,93% dos votos por crédito;
- vi. CLASSE IV - (Microempresa), votaram sim, pela aprovação do plano, 13 credores, correspondentes a 100% do total de votos por cabeça e por crédito.

Conforme informado por esta Administrador Judicial em petição de fl. 9337, esclarece que foram apresentadas ressalvas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (fl. 9359 - DOC. 5), pela XP Debêntures Incentivadas CP Master FIM (fl. 9360 - DOC. 6) e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (fl. 9361 - DOC. 7).

O i. Parquet, em fl. 9436, manifesta-se sobre o PRJ, onde informa que cabe realizar análises a respeito de legalidade do plano de recuperação, sem a indevida incursão na matéria à viabilidade econômico-financeira do plano, sendo assim, no que toca à previsão dos pagamentos devidos

aos trabalhistas e as cláusulas do PRJ 10.4.1, 10.8, 10.6, 10.7, 10.13 e 11.3. Ao final o MP pugna pela Homologação do PRJ aprovado em AGC com a prolação de sentença de concessão da Recuperação Judicial, afastadas acima impugnadas.

7. FLOSPE Empreendimentos e Participações S.A.

14.787.226/0001-99 - (25/10/2011)

Av. Paulista, 1842, andar 9 conj. 97 – parte, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01.310-945.

Atividades:

70.20-4-00 – Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria específica (Dispensado*).

Capital Social: R\$ 500,00

Quadro de Sócios e Administradores:

Presidente – Gustavo Nunes da Silva Rocha

Diretor – Flavio da Costa Vaz

Conselheiro de Administração – Alexandre Carmona Cortes

Conselheiro de Administração – Masato Kaneko

Conselheiro de Administração – Hitoshi Ueda

Coligada da SuperVia, a empresa constituída em 2011, tem por objetivo auxiliar no gerenciamento dos recursos, bem como investimentos relacionados a todo o “Grupo SuperVia”.

7.1 Da Análise Societária

Em relação a análise societária, foram solicitados à recuperanda os últimos atos registrados no órgão competente para que fosse procedida a presente análise, e o documento ao lado foi o único recebido no mês em questão. Desta forma, apenas as informações recebidas por parte das Recuperandas foram consideradas para elaboração do presente item.



Documentos fornecidos pela recuperanda.

7.1.1 Da Administração da Recuperanda

O documento recebido atualmente, refere-se a ATA que trata a oficialização da carta de renúncia do Sr. Antonio Carlos Sanches, ocorrida em Abril e a eleição do Sr. Gustavo Nunes da Silva Rocha, para o cargo de atual Diretor Presidente da Companhia. Com efeitos a partir de Julho de 2023, a composição da Diretoria Estatutária e Administrativa, passa a seguinte configuração:

Cargo	Nome	CPF
(a) Diretor Presidente	Gustavo Nunes da Silva Rocha	001.603.077-08
(b) Diretor Financeiro	Flavio da Costa Vaz	014.816.987-29
(a) Conselho de Administração	Masato Kaneko	116.005.521-10
(b) Conselho de Administração	Alexandre Carmona Côrtes	043.970.257-70
(b) Conselho de Administração	Hitoshi Ueda	229.146.198-20

7.1.2 Das atividades

No artigo 3º do Estatuto Social, é apresentado como objeto social a prestação de serviços de assessoria de gestão, incluindo:

Objeto Social
(a) Orientação e assistência operacional para a gestão de negócios;
(b) Consultoria na negociação de contratos e aquisição e venda de bens e serviços, conforme as especificações técnicas fornecidas por seus clientes;
(c) Controle orçamentário de empreendimentos e gestão de recursos necessários à respectiva implantação, podendo <i>inter alia</i> , para tanto, assumir a condição de depositário fiel de recursos e bens de terceiros;
(d) A participação no capital de outras sociedades prestadoras de serviços afins, correlatos e/ou complementares.

Nos documentos disponibilizados pela recuperanda, não foi identificado alteração de objeto social.

7.1.3 Da Sede e Filiais

A recuperanda tem sua sede administrativa à Avenida Paulista, 1.842, 9º Andar, conjunto 97 (parte), Edifício Cetenco Plaza Torre Norte, Bela Vista, CEP 01.310-200, São Paulo - SP, conforme artigo 2º de seu Estatuto. A recuperanda não indicou existência de filiais.

7.2 Do Quadro de Funcionários

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente ao seu quadro de funcionários.

7.3 Das operações das Recuperandas

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente a suas operações.

7.4 Da análise Contábil-Financeira

A presente análise tem por objetivo fornecer informações acerca da posição contábil financeira da recuperanda, considerando como base todos os documentos solicitados por esta Administração Judicial e fornecidos pela recuperanda, que disponibilizou: Balanço Patrimonial (.xlsx), Balancetes (.xlsx), Demonstração do Resultado do Exercício (.xlsx), Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido (.xlsx), Demonstração do Resultado Abrangente (.xlsx), Demonstração de Fluxo de Caixa (.xlsx), Composição do Passivo (.xlsx) e ECD¹³ e ECF¹⁴ (.pdf e .sped). De posse dos documentos, esta Administração Judicial procedeu a presente análise.

¹³ Escrituração Contábil Digital 2020

¹⁴ Escrituração Contábil Fiscal 2020

7.4.1 Da Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	nov/20	nov/21	nov/22	nov/23
Receita bruta de serviços prestados	32.200	32.200	37.926	39.994
Bilheteria	-	-	-	-
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais	-	-	-	-
Outras receitas	32.200	32.200	37.926	39.994
Receita de construção	-	-	-	-
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	(4.589)	(4.589)	(5.404)	(5.699)
Receita líquida de serviços prestados	27.612	27.612	32.522	34.295
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-
Custo de construção	-	-	-	-
Lucro Bruto	27.612	27.612	32.522	34.295
Receitas (despesas) operacionais	(28.082)	(28.125)	(208.544)	(35.310)
Com vendas	-	-	-	-
Gerais e administrativas	(28.082)	(28.125)	(208.544)	(35.310)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(470)	(513)	(176.022)	(1.016)
Resultado de participações societárias	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	-	-
Resultado financeiro	(21.814)	(11.168)	(2.624)	(91.717)
Despesas financeiras	(21.895)	(11.325)	(2.746)	(92.134)
Receitas financeiras	81	157	122	416
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(22.284)	(11.682)	(178.647)	(92.733)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Do exercício	-	-	-	-
Diferidos	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(22.284)	(11.682)	(178.647)	(92.733)

Esta Administração Judicial, visando apresentar dados mais relevantes para o presente relatório, procedeu com a análise dos mesmos períodos em exercícios diferentes, possibilitando a comparabilidade do mesmo mês em épocas distintas.

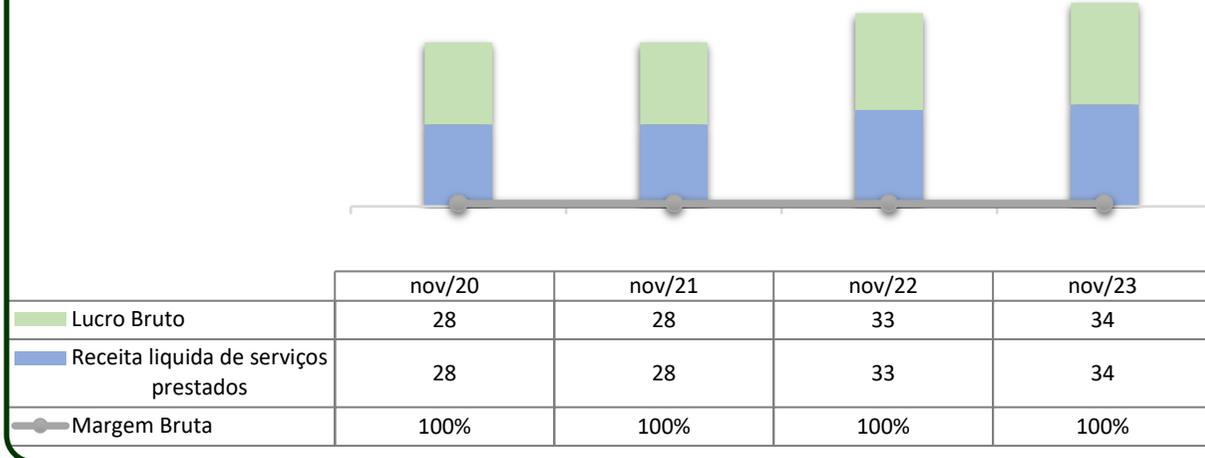
Inicialmente, destaca-se que a receita apurada nos exercícios de 2020 e 2021 permanece constando, indicando variação apenas nos exercícios de 2022 e 2023. Essa estabilidade reflete diretamente na Receita Líquida de Serviços Prestados, não alterando seu valor em relação ao Lucro Bruto, uma vez que não há apuração de custos em nenhum dos exercícios.

No entanto, o panorama muda ao considerarmos o **Lucro Operacional**. No exercício de 2020, apesar de apresentar a menor **Receita Líquida** gerada, assim como em 2021, registra o melhor saldo dentre todos os exercícios posteriores. A principal influência reside nas **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**, que no segundo exercício apresenta um aumento de R\$161,00 nas subcontas de **Manutenção de Software** e **Multas**, em comparação com 2020. Contudo, o saldo de 19 mil reais registrado na subconta de **Atualização de Tributos**, principal componente das **DESPESAS FINANCEIRAS** de 2020, resultou em um prejuízo de 22,2 mil reais ao final do exercício. Já em 2021, a subconta mencionada sofre uma redução de 8,1 mil reais, sendo suficiente para tornar o prejuízo de 11,6 mil reais apresentado ao final do exercício, o menor dentre os quatro anos analisados.

No exercício de 2022, observa-se um acréscimo na **Receita Líquida de Serviços Prestados** e seus **Impostos** em relação ao exercício anterior, resultando em um **Lucro Bruto** aproximado de 32 mil reais. Contudo, apesar do melhor **Resultado Financeiro** apresentado, devido à redução na Atualização de Tributos, as **DESPEAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS** registraram o aumento mais significativo. Isso se deve aos valores agora apresentados em algumas subcontas que não possuíam saldo anteriormente, como, por exemplo, **Taxas e Tributos Federais**, principalmente, **Consultoria – Exterior, Energia Elétrica e Corretagem de Câmbio**, sendo esse o principal motivo que levou ao exercício finalizar com o maior prejuízo registrado, sendo de aproximadamente 179 mil reais.

Já em 2023, novamente houve variação na escrituração da **Receita Líquida de Serviços Prestados**, especificamente nas subcontas de **Serviços Prestados** e nos **Impostos**, resultando no melhor **Lucro Bruto** apurado. Apesar da queda de mais de 80% nas **DESPEAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**, principalmente devido às **Taxas e Tributos Federais** terem zerado seus saldos novamente, assim como as outras subcontas citadas no exercício anterior, o fator determinante para o registro do segundo maior prejuízo foi o saldo escriturado no **Resultado Financeiro**, que apesar da maior **RECEITA** apresentada, pelo resultado da **Varição Monetária Ativa – Tributos**, também demonstra a maior **DESPESA** existente, tanto pelo aumento em torno de 52 mil reais nas **Atualizações de Tributos**, quanto pelo saldo de 37 mil reais agora existente na subconta de IOF s/ **Operações Financeiras**, antes zerado.

Evolução da Margem Bruta (R\$ mil)



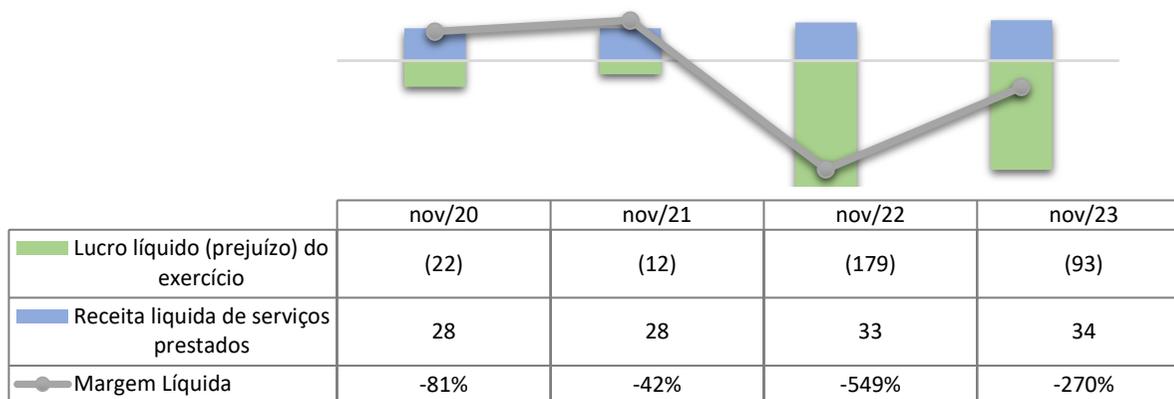
Destaca-se que, até a apuração do Lucro Bruto, a única dedução realizada foi dos impostos sobre o serviço, não sendo apurado custos para os serviços prestados.

Considerando a evolução da **Receita Líquida** em relação ao **Lucro Bruto** apurado, é possível calcular a **Margem Bruta**, um dos principais indicadores para medir a lucratividade da empresa.

Assim como nos períodos anteriormente analisados, com os dados fornecidos pela recuperanda, foi apurada uma Margem Bruta de 100%. Essa margem permanece constante em todos os períodos analisados, uma vez que não há apuração de custos ao longo desses períodos.

Já a Margem Líquida, indica a proporção do **Resultado Líquido** da empresa em relação a sua receita líquida total, ou seja, quanto do total faturado num determinado período representa ao resultado líquido da empresa.

Evolução da Margem Líquida (R\$ mil)



Ao analisarmos os resultados mensais ao longo dos últimos quatro anos, é evidente que em 2022, a Margem Líquida registrou seu pior desempenho, devido à obtenção do pior **Resultado Líquido** entre todos os exercícios. Essa situação decorreu principalmente dos saldos registrados nas subcontas que compõem as **Despesas Gerais e Administrativas**.

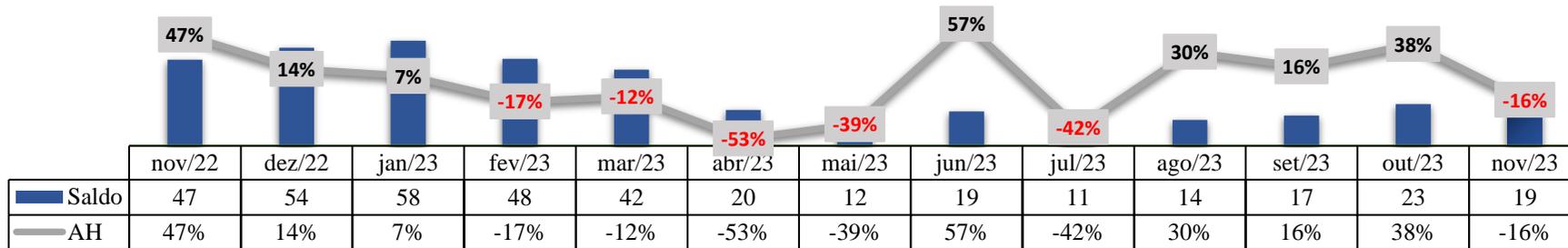
Nos demais anos, o panorama também não se mostra favorável, dada a persistência de prejuízos em todos os exercícios, com a

diferença de que, no exercício de 2023, a fonte para o prejuízo escriturado foram as Despesas Financeiras.

7.4.2 Balanço Patrimonial

I. Ativo Circulante

Ativo Circulante (em milhões)



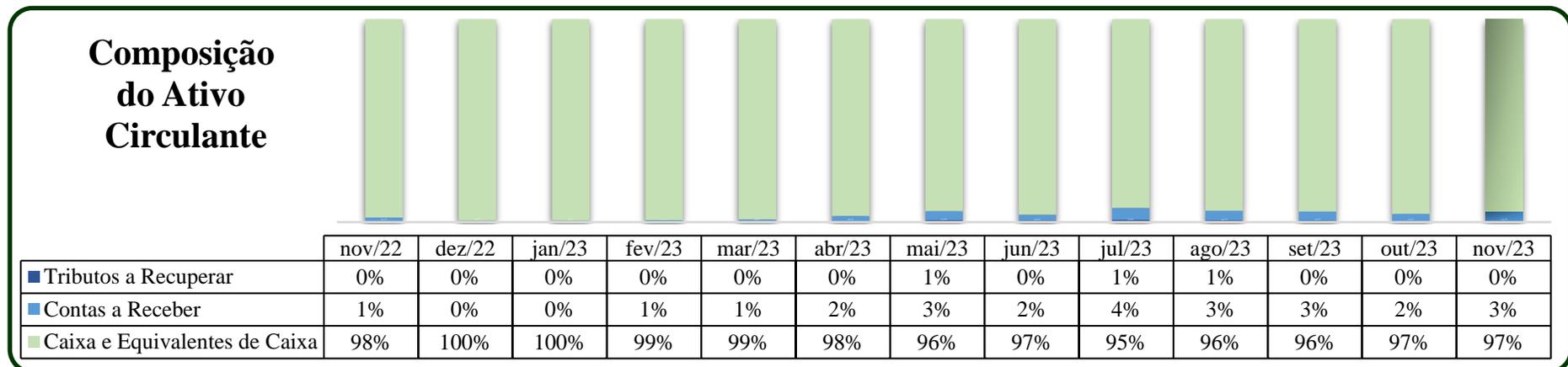
CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Circulante	16.545.431	22.814.376	38%	19.234.535	-16%
Caixa e equivalentes de caixa	15.962.081	22.194.307	39%	18.578.186	-16%
Conta Reserva	-	-	-	-	-
Contas a receber	505.728	543.262	7%	580.796	7%
Dividendos a receber	-	-	-	-	-
Estoques	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	77.192	76.378	-1%	75.554	-1%
Despesas do exercício seguinte	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	430	430	0%	-	-100%
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-

No mês de Novembro, o Ativo Circulante retoma a trajetória de redução após os aumentos ocorridos no último trimestre, sendo a conta de **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** a principal responsável por essa variação. O aumento de 1,4 milhão de reais notado nas **Aplicações Financeiras** do Banco Itaú não foi suficiente para conter a queda de 16% no grupo, que teve como fonte a principal subconta existente, relacionada às

Aplicações Financeiras no Banco Santander, a qual diminuiu mais de 5 milhões de reais em seu saldo.

Ademais, destaca-se a conta de **ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES**, que zerou pela primeira vez no mês em análise, após apresentar saldo de R\$400 em todos os exercícios anteriores. As demais contas mantiveram variações anteriores, como é o caso das **CONTAS A RECEBER**, que segue na mesma média de crescimento, apresentando um aumento de 7% no mês. A subconta **Cliente - Receita Acessória** é a única responsável por essa elevação constante, registrando um acréscimo contínuo de aproximadamente 37 mil reais em todos os meses do trimestre.

Quanto aos **TRIBUTOS A RECUPERAR**, que já apresentavam reduções nos meses anteriores, permanecem com a queda de 1% em sua subconta relativa ao **IRPJ a Recuperar**.



Conforme evidenciado no gráfico apresentado acima, é possível observar que, durante o período sob análise, a conta preponderante na composição do **Ativo Circulante** desde Julho de 2022 é **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**. Essa conta chegou a representar a totalidade do grupo em determinados meses, apresentando, contudo, reduções ao longo do período. Atualmente, apesar da redução ocorrida, a referida conta continua representando cerca de 96,6%, seguida pelas **CONTAS A RECEBER**, que com o aumento de 37 mil reais em seu saldo, passou a compor 3% do grupo. Em contrapartida, devido à redução constante nos **TRIBUTOS A RECUPERAR**, essa conta permanece contribuindo com menos de 1% do grupo.

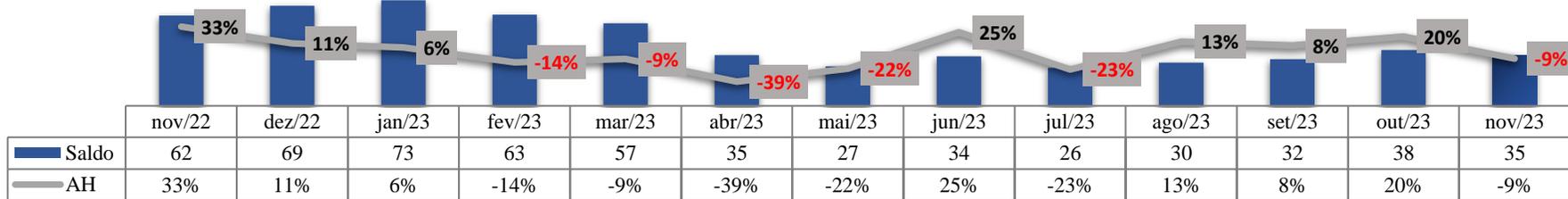
II. Ativo Não Circulante

CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Não Circulante	50	50	0%	50	0%
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Conta Reserva	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-
Tributos Diferidos	-	-	-	-	-
Depósitos compulsórios	50	50	0%	50	0%
Investimento	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	-	-	-

O **Ativo Não Circulante** permanece estável, sem variações em seus saldos ao longo dos períodos analisados. A conta de **DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS** mantém-se como a única a apresentar um saldo de R\$ 50,00, originário de sua subconta de **Depósitos - Banco do Brasil**, da mesma forma que ocorreu nos meses anteriores.

III. Passivo Circulante

Passivo Circulante (em milhões)

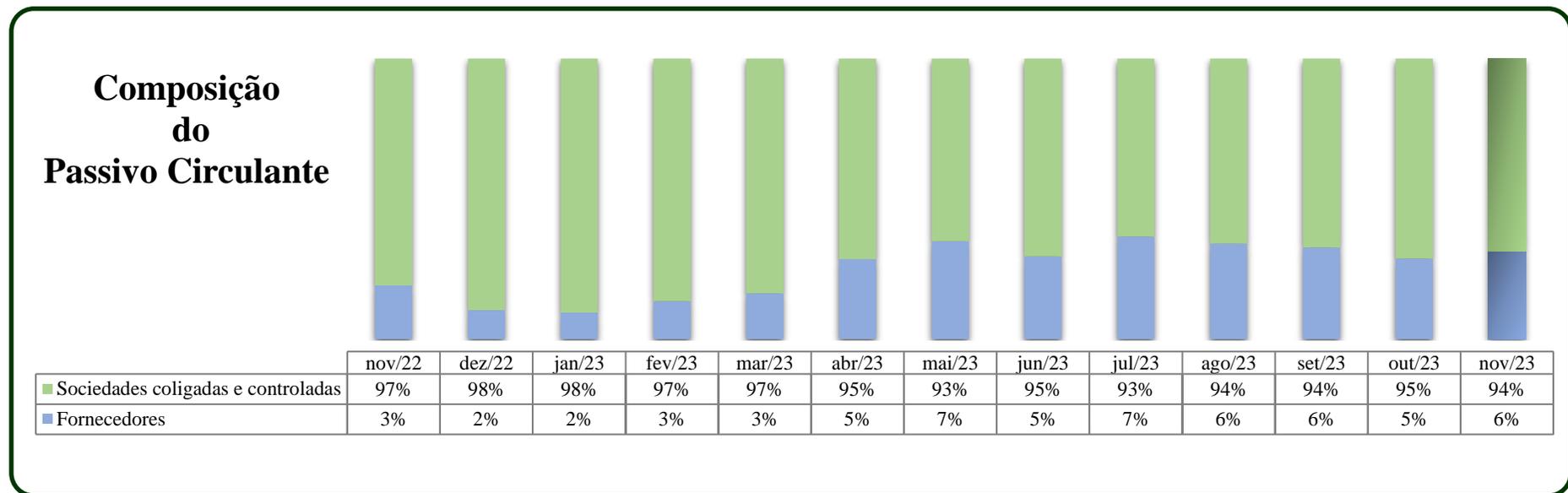


CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Passivo Circulante	38.482.322	38.482.322	20%	34.995.214	-9%
Fornecedores	1.948.045	1.948.045	2%	2.011.645	2%
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	-	-	-	-	-
Tributos a pagar	3.726	3.726	0%	5.719	54%
Dividendos propostos	-	-	-	-	-
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-	-	-	-	-
Parcelamentos	-	-	-	-	-
Concessão a pagar	-	-	-	-	-
Adiantamentos Teleféricos	-	-	-	-	-
Sociedades coligadas e controladas	30.165.414	36.497.757	21%	32.997.850	-10%
Outros passivos	-	-	-	-	-

No mês de Novembro, o **Passivo Circulante** demonstrou uma redução, o que não ocorria desde o mês de Julho, sendo essa redução advinda principalmente da conta de **SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS**, que diminuiu mais de 3,5 milhões de reais em sua subconta referente à sua coligada **SuperVia Concessionária S.A.**

Por mais um mês consecutivo, a conta de **FORNECEDORES** apresenta aumento de aproximadamente 30 mil reais na subconta de **Fornecedores – Moeda Nacional**, sua única subconta com saldo.

Na conta que relaciona os **TRIBUTOS A PAGAR** este mês, a variação foi a mais significativa de todo ano, com seu saldo praticamente dobrado devido ao registro, pela primeira vez, na subconta de **ISS s/ Faturamento a Pagar**, que estava sem apresentar saldo desde Fevereiro de 2022.



Na análise da composição do **Passivo Circulante**, torna-se evidente a relevância da conta **SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS**. Ao longo do período de Novembro/22 a Novembro/23, essa conta representa consistentemente mais de 90% da composição do grupo. Em virtude da redução ocorrida no mês em análise, sua relevância no grupo diminuiu para 94%, o que, por sua vez, faz a conta de **FORNECEDORES** voltar a compor 6% do grupo.

IV. Passivo Não Circulante

A empresa não registrou saldo em suas obrigações de longo prazo, dentro do período analisado.

V. Patrimônio Líquido

O **Patrimônio Líquido** permanece com poucas variações significativas, mantendo a conta **RESULTADOS ACUMULADOS** como representante de 100% de seu total. Os prejuízos continuam aumentando ao longo dos meses, mantendo-se com um saldo superior a 15,7 milhões de reais no mês em análise. Essa variação segue impactando o resultado do grupo em 1%, evidenciando a carência de receitas suficientes para cobrir todas as despesas correntes do mês.

CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Patrimônio líquido	(15.571.704)	(15.667.896)	1%	(15.760.629)	1%
Capital social	50	50	0%	50	0%
Reserva de capital	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros a realizar	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	(15.571.754)	(16.667.946)	1%	(15.760.679)	1%
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-

I. Das Obrigações Fiscais/Tributárias

Em relação ao Passivo Fiscal/Tributário, apresentados os documentos relacionados no quadro abaixo, onde foi possível identificar as seguintes informações:

CERTIDÃO	STATUS
Certidão de Tributos Relativos a Dívida Ativa da União	Certidão Positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (Validade: 29/04/2024)
Certificado Regularidade FGTS	Situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. (Validade: 27/11/2023 – 26/12/2023)
Certidão Trabalhista	Sem documento
Certidão de Regularidade Fiscal do Estado	Sem documento
Certidão de Dívida Ativa do Estado	Sem documento
Certidão Negativa de ISS	Situação regular (Validade: 25/07/2023 – 21/01/2024)
Certidão da Procuradoria Geral do Município	Situação regular (Validade: 21/01/2024)
Relatório Situação Fiscal	Certidão com apontamento de parcelamento com exigibilidade suspensa (Validade: 16/10/2023 – 13/04/2024)

A. Fazenda Nacional

Conforme Relatório de Situação Fiscal emitido em 04/07/2023, a única anotação encontrada é relativa ao parcelamento de Multa no processo de nº 11080.729.037/2018-24, que se encontra com sua exigibilidade suspensa.

B. Fazenda Estadual

Não foram apresentados documentos que permitissem emitir relatório sobre a situação Fiscal/Tributária Estadual da recuperanda

C. Fazenda Municipal

Não foram apresentados documentos que permitissem emitir relatório sobre a situação Fiscal/Tributária Municipal da recuperanda

7.4.3 Indicadores

Os indicadores de solvência aqui apresentados tiveram como base todo o material fornecido pela recuperanda. Dessa forma, foi possível proceder a elaboração dos Índices Tradicionais de Liquidez, bem como o modelo de previsão de insolvência de KANITZ¹⁵, analisando o último trimestre (Julho, Agosto e Setembro), informando sobre a atual posição econômico-financeira da recuperanda.

a) Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente apura a proporção das obrigações assumidas perante terceiros, a curto prazo, em relação ao AC, pela fórmula $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$ de maneira que o resultado é quanto a

empresa dispõe em (R\$) para cada R\$ 1,00 de obrigações assumidas. Para fins de análise do indicador as despesas antecipadas foram reclassificadas para o resultado, visto não configurarem capacidade de pagamento.

Índice de Liquidez	set/23	out/23	nov/23
Corrente	0,52	0,59	0,55

¹⁵ Kanitz, S. C. (1974, dezembro). Como prever falências. *Exame*, pp.95-103.

b) **Liquidez Imediata**

O índice de liquidez imediata visa demonstrar a relação entre as obrigações assumidas a curto prazo em relação as disponibilidades, calculando da seguinte maneira: $LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$.

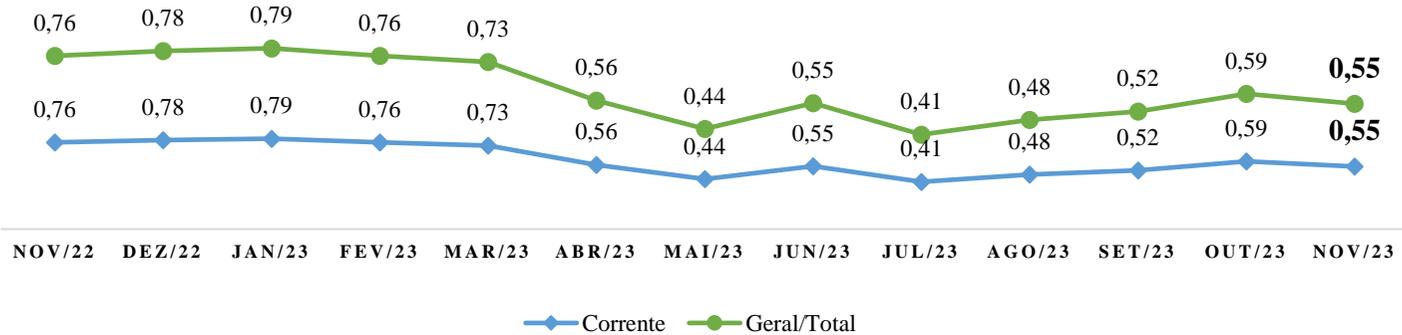
Índice de Liquidez	set/23	out/23	nov/23
Imediata	0,50	0,58	0,53

c) **Liquidez Geral**

O índice de liquidez geral demonstra a relação de todo o ativo realizável a curto e longo prazo em relação as exigibilidades em curto e longo prazo, sendo calculado pela fórmula $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realiz. a Long Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigiv. a Long Prazo}}$.

Índice de Liquidez	set/23	out/23	nov/23
Geral/Total	0,52	0,59	0,55

ÍNDICES DE LIQUIDEZ



Conforme indicado nos índices acima e representado nas demonstrações anteriores, o valor registrado no **Passivo Circulante** continua a superar o valor do **Ativo Circulante** em todos os períodos analisados. Essa situação é principalmente resultado do saldo da conta **SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS** no Passivo Circulante, onde 100% de seu valor provém da subconta Supervia Concessionária S.A, o que a torna, a conta de maior saldo no grupo.

A queda ocorrida nas **Aplicações Financeiras** no Banco Santander contribuiu para a redução significativa do Ativo Circulante, impactando assim a tendência dos índices, que vinham apresentando melhoras desde o mês de Julho do presente ano.

d) Grau de Endividamento

O Endividamento busca demonstrar a proporção que o capital de terceiros possui em relação ao capital próprio da empresa, calculado pela fórmula $E = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$. Para fins de análise, o PL da

empresa foi reduzido das despesas antecipadas, que sofreram reclassificação do ativo, visto não configurarem capacidade de pagamento.

Indicador	set/23	out/23	nov/23
Grau de Endividamento	***	***	***

e) Rentabilidade do Patrimônio (ROE)

O indicador em questão calcula o retorno em lucro gerado em relação ao patrimônio líquido, exprimindo o quanto a empresa é eficiente em ser rentável com os recursos disponíveis, calculado pela fórmula $ROE =$

$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$. Para fins de análise, o PL da empresa foi reduzido das despesas antecipadas, que sofreram reclassificação do ativo, visto não configurarem capacidade de pagamento.

Indicador	set/23	out/23	nov/23
Rentabilidade do Patrimônio	***	***	***

O indicador de Endividamento demonstra valores fora do padrão de análise, devido a apresentação de Patrimônio Líquido negativo em todos os períodos analisados, assim como o indicador de Rentabilidade do Patrimônio, que além do Patrimônio Líquido ser negativo, apresenta prejuízo nos exercícios.

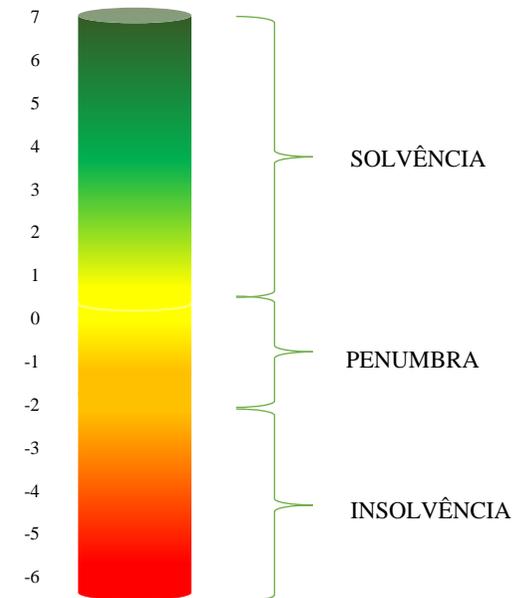
f) Termômetro de Kanitz

O Termômetro de Kanitz ou Fator de Insolvência, consiste na análise de um conjunto de índices, de maneira que possibilita obtenção de um indicador, que, aplicado aos parâmetros estabelecidos, indica em que estágio econômico-financeiro a empresa se encontra, obedecendo os seguintes critérios:

Solvência – Considera-se Solvente a empresa que, depois de calculado o índice de solvência, obtiver acima de 0 (zero), indicando total solvência econômica.

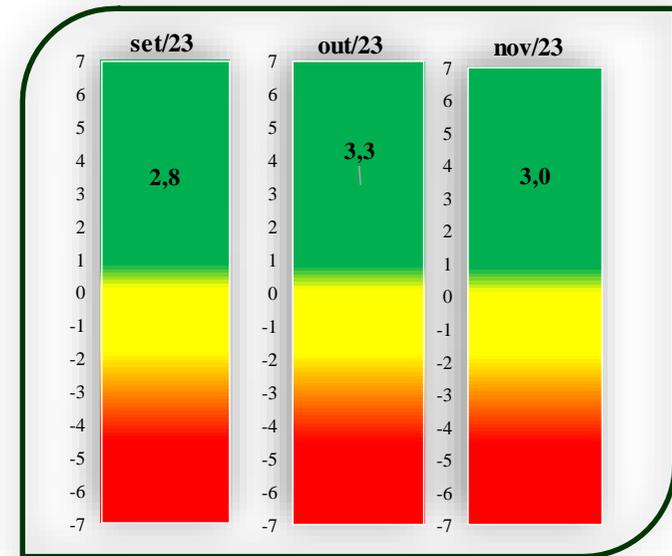
Penumbra – Se o resultado do índice variar entre 0 e -2 significa que a empresa possui situação estável, mas devendo ficar em alerta quanto ao seu grau de insolvência.

Insolvência – Caracteriza-se insolvente a empresa que apresentar índice entre -3 e -7, o que indica risco iminente de falência.

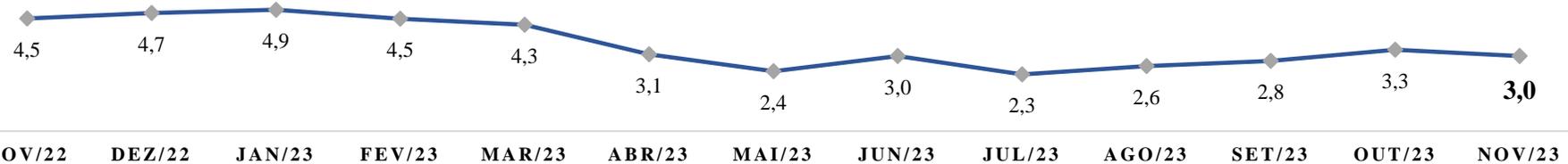


O cálculo desse índice se dá pela fórmula $Previsão\ de\ Insolvência = 0,05 \times \frac{LL}{PL} + 1,65 \times \frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Total} + 3,55 \times \frac{AC-Estoques}{PC} + 1,33 \times \frac{AC}{PC} - 1,06 \times \frac{Passivo\ Total}{PL}$, e o resultado aplicado ao termômetro infra, gera a informação necessária à interpretação da situação compreendida na análise.

Aplicando o modelo de previsão de insolvência ou termômetro de KANITZ, no exercício citado, a solvência da recuperanda voltou a reduzir devido às diminuições mencionadas anteriormente, contudo, ainda se mantém dentro da margem de solvência. Contata-se que em nenhum mês do trimestre analisado a recuperanda esteve próxima da região de penumbra, indicando que, apesar das variações, a empresa permanece em um patamar que não sugere iminência de insolvência.

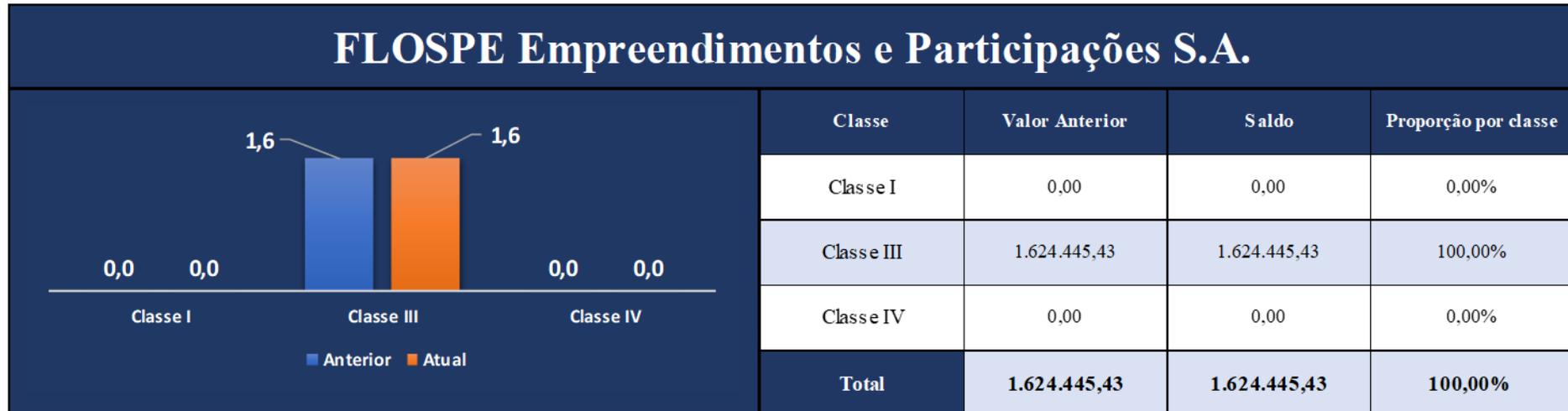


EVOLUÇÃO DA PREVISÃO DE INSOLVÊNCIA



7.5 Lista de Credores

De acordo com o informado pela recuperanda, na lista de credores apresentada na inicial, apenas a Supervia figurou o presente quadro, até mesmo após a consolidação da relação de credores realizada por esta Administração Judicial, conforme quadro infra:



7.6 Pagamentos realizados

Mesmo com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e sua homologação, dentro do período em destaque, não houve pagamentos previstos para o mês em tela.

7.7 Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial

A Recuperanda, em fl. 9166, apresenta a última versão do PRJ, tendo sido aprovado em 31/05/2022 da seguinte maneira:

- i. CLASSE I - (Trabalhista), votaram sim, pela aprovação do plano, 14 credores correspondentes a 93,33% dos votos por cabeça e 1 credor votou pela não aprovação do plano (6,67% do total de votos por cabeça);

- ii. CLASSE III - (Quirografária), votaram sim, pela aprovação do plano, 23 credores correspondentes a 88,46% dos votos por cabeça e 84,07% dos votos por crédito. Votaram pela não aprovação, 3 credores correspondentes a 11,54% do total de votos por cabeça e 15,93% dos votos por crédito;

iii. CLASSE IV - (Microempresa), votaram sim, pela aprovação do plano, 13 credores, correspondentes a 100% do total de votos por cabeça e por crédito.

Conforme informado por esta Administrador Judicial em petição de fl. 9337, esclarece que foram apresentadas ressalvas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (fl. 9359 - DOC. 5), pela XP Debêntures Incentivadas CP Master FIM (fl. 9360 - DOC. 6) e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (fl. 9361 - DOC. 7).

O i. Parquet, em fl. 9436, manifesta-se sobre o PRJ, onde informa que cabe realizar análises a respeito de legalidade do plano de recuperação, sem a indevida incursão na matéria à viabilidade econômico-financeira do plano, sendo assim, no que toca à previsão dos pagamentos devidos aos trabalhistas e as cláusulas do PRJ 10.4.1, 10.8, 10.6, 10.7, 10.13 e 11.3. Ao final o MP pugna pela Homologação do PRJ aprovado em AGC com a prolação de sentença de concessão da Recuperação Judicial, afastadas acima impugnadas.

8. SC Empreendimentos e Participações S.A.

03.781.576/0001-21 - (24/04/2000)

Rua da América, 210 – Parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.220-590.

Atividades:

73.12-2-00 – Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação.

Capital Social: R\$ 100.000,00

Quadro de Sócios e Administradores:

Presidente – Gustavo Nunes da Silva Rocha

Diretor – Flavio da Costa Vaz

Como uma das subsidiárias da SuperVia, a empresa tem por objetivo a exploração de empreendimentos assessórios relacionado à concessão. Nesse caso, especificamente, toda operação relacionada a comunicação e propagando para os trens e *outdoors* da malha ferroviária, assim como as locações de estabelecimentos comerciais das estações, ou seja, atividades relacionadas às receitas não tarifárias do “Grupo SuperVia”.

8.1 Da Análise Societária

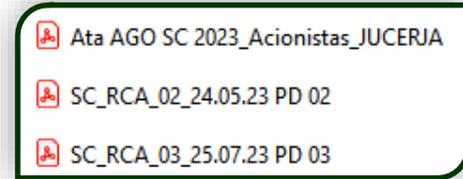
A recuperanda forneceu, a pedido desta Administração Judicial, os documentos arquivados que seguem detalhados infra, demonstrando a data da realização das Assembleias, bem como do seu efetivo registro no órgão competente, possibilitando traçar a linha do tempo em relação aos acontecimentos, além de detalhar suas deliberações.

Recuperanda	Data do Documento	Data do Arquivamento - JUCERJA	Tipo de Documento	Deliberações
SC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	29/04/2021	29/07/2021	ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	- Aprovação por unanimidade dos presentes do CA SC, a PD.CA SC - 01/21 SC Empreendimentos e Participações S.A. ("SC") - Recomendação para aprovação das Demonstrações Financeiras, Destinação do Resultado do Exercício Findo em 31/12/2020 e a PD.CA SC - 02/21 SC Empreendimentos e participações S.A. ("SC") - Reeleição da Diretoria Estatutária da SC, permanecendo como Diretor Presidente, o Senhor Antônio Carlos Sanches, e como Diretor Financeiro, o Sr. Fernando Augusto Ginjas Pinto, ambos para o mandato unificado com término em 30 de abril de 2024.

SC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/04/2021	11/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	<p>- Aprovação da prestação de contas da administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e a destinação do prejuízo do exercício findo em 31/12/2020 da Companhia, no montante de R\$ 2.867.984,20, não havendo, portanto, distribuição de dividendos, sendo dispensada pelo acionista a leitura de tais documentos, por serem de conhecimento geral;</p> <p>- Aprovar a remuneração global aplicável aos diretores da Companhia, referente à atuação em todas as empresas de seu grupo econômico, até o limite máximo de R\$ 10.000.000,00, desde que a remuneração individual variável devida a cada diretor relacionada às realizações do exercício fiscal que encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2021 seja previamente alinhada com o Conselho de Administração da Companhia;</p> <p>Reeleição dos membros do Conselho de Administração, com mandato unificado até 30 de dezembro de 2024, com a seguinte composição: Kazuhisa Ota, Alexandre Carmona Côrtes e Kazuki Hama.</p>
SC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	28/05/2021	10/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	<p>- Aprovação da eleição do Sr. Hitoshi Ueda, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia;</p> <p>- Aprovação da consolidação do Conselho de Administração com a seguinte formatação, tendo em vista as alterações previstas nesta ata, com mandato unificado até 30 de abril de 2024: Kazuhisa Ota, Alexandre Carmona Côrtes e Hitoshi Ueda.</p>
SC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	07/06/2021	11/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	<p>- Aprovação, por unanimidade, a autorização do ajuizamento de pedido de recuperação judicial da Companhia, nos termos do art. 122, IX, da Lei das S.A. Ficando consignado que a administração da Companhia fica autorizada a tomar todas as medidas necessárias e/ou convenientes para dar efetividade à deliberação ora aprovada.</p>

8.1.1 Da Administração da Recuperanda

Foram solicitados à recuperanda, os últimos atos registrados no órgão competente para que fosse procedida a presente análise, e os documentos ao lado foram os únicos recebidos no mês em questão.



Documentos fornecidos pela recuperanda.

+	00005749232	19/10/2023	Ata de Assembleia Geral Ordinária	13
+	00005624775	11/08/2023	Carta de Renúncia de Administrador	4
+	00005610433	02/08/2023	Alteração	6
+	00005515656	06/06/2023	Ata de Reunião do Conselho de Administração	7
+	00005437872	24/04/2023	Carta de Renúncia de Administrador	4

JUCERJA: Consulta realizada em Novembro/2023

Conforme consulta realizada no site da mencionada Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro no mês de Outubro de 2023, foi percebido que apenas a ATA de AGO que trata da eleição do novo presidente foi disponibilizada nos documentos do mês em análise, porém, é possível notar a existência de uma Carta de Renúncia, que não foi disponibilizada à esta Administração. Com isso, apenas as informações recebidas por parte da recuperanda foram consideradas para elaboração do presente item.

No primeiro anexo recebido, referente a reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 24 de Maio de 2023, e nomeado “SC_RCA_02_24.05.23” foi acostada a carta de renúncia do Diretor Financeiro, Sr. **Fernando Augusto Ginjas Pinto** e confirmada a eleição de seu substituto, Sr. **Flavio da Costa Vaz** no referido cargo. Já o documento recebido atualmente, refere-se a ATA que trata a oficialização da carta de renúncia do Sr. **Antonio Carlos Sanches**, ocorrida em Abril e a eleição do Sr. **Gustavo Nunes da Silva Rocha**, para o cargo de atual Diretor Presidente da Companhia. Com efeitos a partir de Julho de 2023, a composição da Diretoria Estatutária e Administrativa, passa a seguinte configuração:

Cargo	Nome	CPF
(a) Diretor Presidente	Gustavo Nunes da Silva Rocha	001.603.077-08
(b) Diretor Financeiro	Flavio da Costa Vaz	014.816.987-29
(a) Conselho de Administração	Masato Kaneko	116.005.521-10
(b) Conselho de Administração	Alexandre Carmona Côrtes	043.970.257-70
(b) Conselho de Administração	Hitoshi Ueda	229.146.198-20

8.1.2 Das atividades

No artigo 3º do Estatuto Social, é apresentado como objeto social a participação no capital de outras sociedades; locação e venda de espaços comerciais e terrenos recebidos em decorrência da concessão dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros do Estado do Rio de Janeiro, promoção, implantação e/ou comercialização, sob qualquer forma jurídica de empreendimentos econômicos; intermediação de negócios; contratação e parceria, visando a exploração publicitária de terceiros; prestação de serviços de comunicação através de cabos de fibra ótica;

administração de estacionamentos; e, prestação de serviços de propaganda, em especial, publicidade de trens, outdoors e outros ao longo da ferrovia. Nos documentos disponibilizados pela recuperanda, não foi identificado alteração de objeto social.

8.1.3 Da Sede e Filiais

A recuperanda tem sua sede administrativa à Rua da América, 210 – parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro, conforme artigo 2º de seu Estatuto. A recuperanda não indicou existência de filiais.

8.2 Do Quadro de Funcionários

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente ao seu quadro de funcionários.

8.3 Das operações das Recuperandas

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente a suas operações.

8.4 Da análise Contábil-Financeira

A presente análise tem por objetivo fornecer informações acerca da posição contábil financeira da recuperanda, considerando como base todos os documentos solicitados por esta Administração Judicial e fornecidos pela recuperanda, que disponibilizou: Balanço Patrimonial (.xlsx), Balancetes (.xlsx), Demonstração do Resultado do Exercício (.xlsx), Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido (.xlsx), Demonstração do Resultado Abrangente (.xlsx), Demonstração de Fluxo de Caixa (.xlsx), Composição do Passivo (.xlsx) e ECD¹⁶ e ECF¹⁷ (.pdf e .sped). De posse dos documentos, esta Administração Judicial procedeu a presente análise.

¹⁶ Escrituração Contábil Digital 2020

¹⁷ Escrituração Contábil Fiscal 2020

8.4.1 Da Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	nov/20	nov/21	nov/22	nov/23
Receita bruta de serviços prestados	-	-	-	-
Bilheteria	-	-	-	-
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	-
Receita de construção	-	-	-	-
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	-	-	-	-
Receita líquida de serviços prestados	-	-	-	-
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-
Custo de construção	-	-	-	-
Lucro Bruto	-	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais	(32.894)	(8.778)	(62.243)	(295.361)
Com vendas	-	-	-	-
Gerais e administrativas	(25.862)	(7.317)	(1.581)	(235.127)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(7.031)	(1.461)	(60.662)	(60.234)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(32.894)	(8.778)	(62.243)	(295.361)
Resultado de participações societárias	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	-	-
Resultado financeiro	(42.489)	(163)	(303)	(7.140)
Despesas financeiras	(42.697)	(390)	(620)	(6.728)
Receitas financeiras	208	227	317	(412)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(75.383)	(8.941)	(62.546)	(302.501)
Imposto de renda e contribuição social	(127.993)	-	-	-
Do exercício	(96.229)	-	-	-
Diferidos	(31.764)	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(203.376)	(8.941)	(62.546)	(302.501)

Conforme evidenciado no quadro acima, apresenta-se a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da empresa em recuperação judicial, considerando os valores mensalmente apurados, conforme demonstração fornecida pela mesma. A falta de registro de receitas na demonstração tem um impacto direto na apuração das margens bruta e líquida, uma vez que ambas são calculadas com base nas Receitas Líquidas de cada exercício.

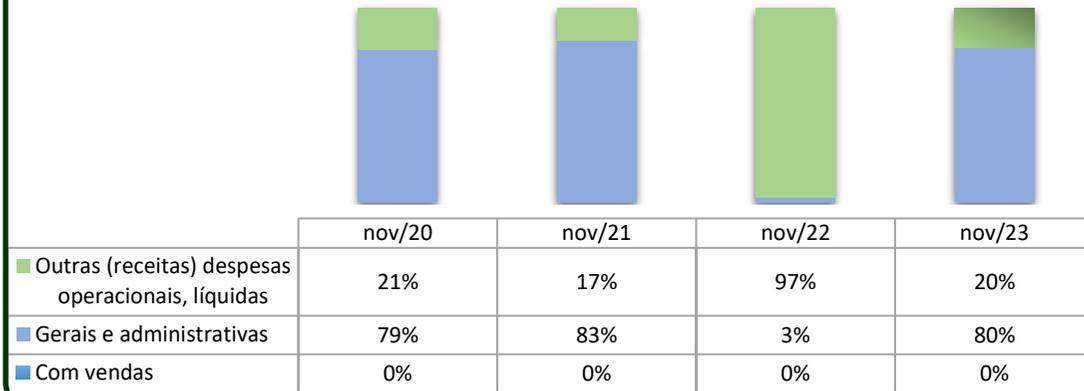
No exercício de 2020, percebe-se a escrituração do segundo melhor **Lucro Operacional**, decorrente do fato das **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS** apresentarem saldo apenas em suas subcontas de **Seguros** e **Multas**. Entretanto, o exercício registrou o maior saldo de **DESPESA FINANCEIRA** devido aos **Juros Financeiros**, ultrapassando 41 mil reais, somado ao saldo de 127 mil reais de **IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**, resultando em um prejuízo de 203 mil reais, o segundo pior cenário.

Em 2021, a significativa queda de 24 mil reais nas **Receitas (Despesas) Operacional** é resultado tanto da redução nas **Multas**, componente expressivo das **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**, quanto da diminuição nos **Bens Administrativos**, ocasionando uma redução de 5,5 mil reais nas **OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS** reduzirem em 5,5 mil reais. Com a redução do saldo dos **Juros Financeiros** em mais de 41,7 mil reais, esse exercício também demonstrou o menor saldo de **DESPESAS FINANCEIRAS**, e embora negativo, registrou o melhor resultado ao fim do exercício, comparado aos demais prejuízos ocorridos.

Em 2022, as **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS** continuam reduzindo, com as **Despesas Legais – Cíveis e Multas** como fontes das variações nesse período, reduzindo juntas, cerca de 5,7 mil reais, caracterizando o menor saldo registrado desse grupo. Entretanto, as **OUTRAS (RECEITAS) DESPESAS OPERACIONAIS** alcançaram o maior saldo dos quatro anos em análise, com um aumento de mais de 59 mil reais nos **Bens Administrativos**. Somado ao fato das **DESPESAS FINANCEIRAS** terem dobrado devido ao aumento nos **Juros Financeiros**, resultou em um prejuízo de 62,5 mil reais.

No exercício de 2023, o saldo das **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS** volta a se elevar, registrando um aumento de mais de 233 mil reais, impulsionado pela subconta de **Cartórios e Outros**, que passou a registrar saldo de 66,9 mil reais, e pela de **Consultoria**, que escriturou um saldo de 158 mil reais. Além disso, o saldo agora registrado nas **Variações Monetárias Passiva – Depósitos Judiciais** e o aumento dos **Juros Financeiros**, fizeram a conta das **DESPESAS FINANCEIRAS** elevar seu saldo em aproximadamente 7 mil reais, contribuindo, juntamente com o saldo negativo apresentado nas **RECEITAS FINANCIERAS** devido à queda na **Varição Monetária Ativa – Depósitos Judiciais**, para o registro de um prejuízo superior aos 300 mil reais, o pior entre os anos anteriormente analisados.

Composição da Despesa Operacional

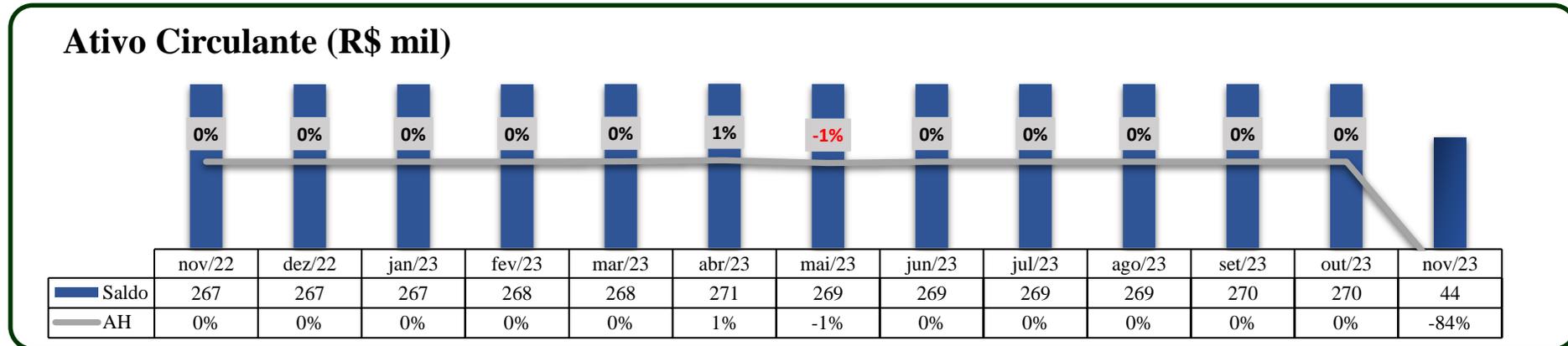


Conforme evidenciado no gráfico adjacente, ao analisar o mesmo período individualmente nos últimos quatro anos, as **Receitas (Despesas) Operacionais** consistem exclusivamente nas contas **GERAIS E ADMINISTRATIVAS** e **OUTRAS (RECEITAS) DESPESAS OPERACIONAIS**, sendo distribuídas de formas diferentes nos anos analisados.

Nos anos de 2020, 2021 e 2023, as **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS** se destacam por deter a maior parcela da composição, registrando saldos consideráveis na subconta de Multas, Despesas Legais – Cíveis e Cartórios e Outros. Apenas em 2022 as **OUTRAS (RECEITAS) DESPESAS OPERACIONAIS** predominam na composição, retendo a maior parte de seus saldos, especialmente na subconta de **Bens Administrativos**.

8.4.2 Balanço Patrimonial

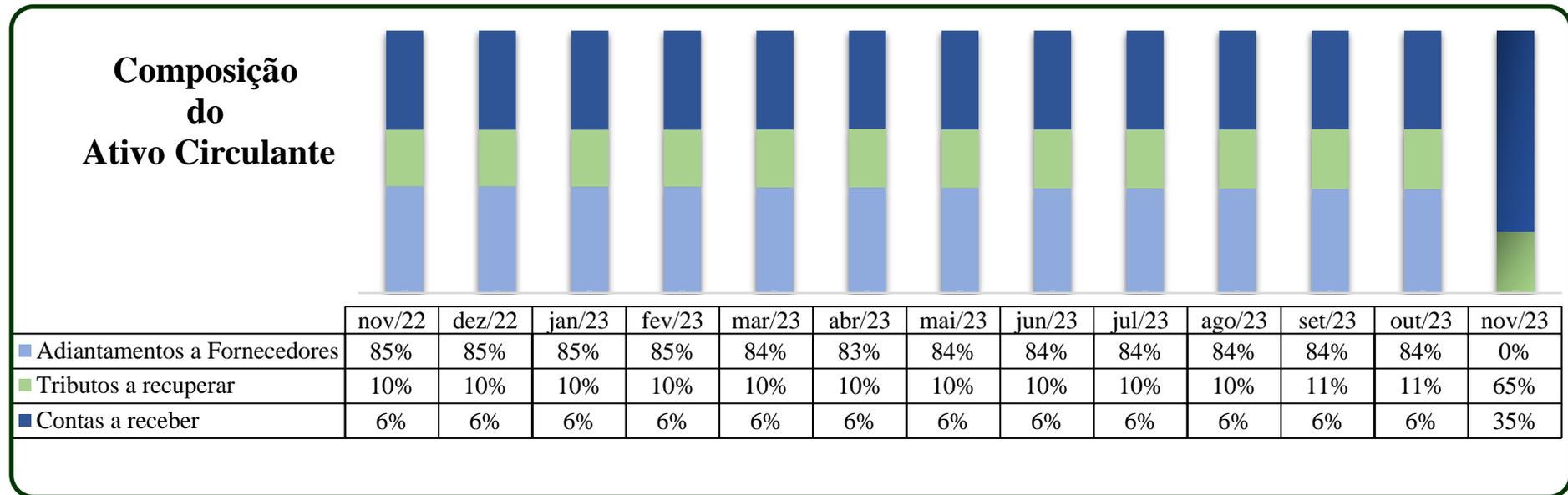
I. Ativo Circulante



CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Ativo Circulante	269.709	269.906	0%	43.987	-84%
Caixa e equivalentes de caixa	8	8	0%	8	0%
Contas a receber	15.252	15.252	0%	15.252	0%
Dividendos a receber	-	-	-	-	-
Estoques	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	28.322	28.519	1%	28.727	1%
Despesas do exercício seguinte	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	226.128	226.128	0%	-	-100%
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Bens disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-

No mês de Novembro, o Ativo Circulante experimentou a maior variação negativa já registrada, reduzindo seu saldo em mais de 84%. A conta de **ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES**, historicamente responsável pela maior parte do saldo do grupo desde o exercício de 2019, teve o saldo de sua subconta **Adto. A Fornecedores Moeda Nacional** completamente zerado nesse mês, após

passar a maioria dos períodos registrando mais de 200 mil reais. Entre as demais contas com saldos existentes no grupo, a segunda que apresentou variação foi a dos **TRIBUTOS A RECUPERAR**, que com a queda constante de aproximadamente R\$200,00 todos os meses em suas subcontas **IRPJ e CSLL a Recuperar**, reduziu seu saldo em 1%.



Conforme evidenciado no gráfico acima, a conta de **ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES** que durante todo os períodos analisados, representava a maior parte da composição do grupo, passou por uma brusca redução no mês de Novembro, apresentando agora saldo zerado nas subcontas que a compõem. Sendo assim, a conta dos **TRIBUTOS A RECUPERAR** ficou responsável por 65% da composição do grupo, e as **CONTAS A RECEBER**, com seu saldo de cerca de 15 mil reais, são responsáveis pelos 35% restantes.

II. Ativo Não Circulante

CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Não Circulante	24.414.399	24.354.315	0%	24.279.867	0%
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-
Tributos Diferidos	-	-	-	-	-
Depósitos compulsórios e judiciais	40.581	40.731	0%	26.517	-35%
Investimento	-	-	-	-	-
Intangível	24.373.818	24.313.584	0%	24.253.350	0%

No **Ativo Não Circulante**, é notável que a única variação constante, embora não afete o montante total do grupo, persiste na conta de **DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E JUDICIAIS**. Especificamente, sua subconta **Depósitos Judiciais – Trabalhistas**, que anteriormente registrava um saldo de 13,2 mil reais, apresentou nesse mês um saldo

zerado.

Importante ressaltar que a conta **INTANGÍVEL**, que representa 99,8% da composição do grupo, não apresenta variações substanciais em seu saldo final. No entanto, vale destacar que esta conta continua a sofrer uma diminuição de aproximadamente 60 mil reais devido às **Amortizações de Prédios, Salas e Edificações**, que são efetuadas de forma mensal.

III. Passivo Circulante

CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Circulante	31.617.820	31.637.465	0%	31.657.263	0%
Fornecedores	31.403.233	31.422.881	0%	31.442.683	0%
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-
Salários e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Tributos a Pagar	211.998	211.995	0%	211.991	0%
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-	-	-	-	-
Parcelamentos	-	-	-	-	-
Concessão a Pagar	-	-	-	-	-
Adiantamentos Teleféricos	-	-	-	-	-
Sociedades Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-
Outros Passivos	2.589	2.589	0%	2.589	0%

mês de Outubro.

O conjunto de contas que integra o **Passivo Circulante** é constituído por apenas três contas que apresentam saldos: **FORNECEDORES**, que figura como a maior expressividade no grupo, e mesmo com o acréscimo de 19,8 mil reais na subconta de **Fornecedores – Moeda Nacional**, não houve variação percentual no resultado total do grupo.

As demais contas abrangem os **TRIBUTOS A PAGAR** e os **OUTROS PASSIVOS**, cujos saldos permanecem relativamente estáveis em comparação ao

IV. Passivo Não Circulante

No **Passivo Não Circulante**, destaca-se a presença exclusiva da conta **TRIBUTOS A PAGAR**, que continua a apresentar um declínio de aproximadamente 17 mil reais, como nos meses anteriores. Essa redução se mantém na mesma média dos meses anteriores, sendo originadas pelas diminuições nos **Parcelamentos de IPTU e IRPJ/CSLL**. Essa variação tem contribuído para uma redução no saldo, totalizando 2% desde o mês de Fevereiro.

CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Não Circulante	732.336	714.672	-2%	678.008	-2%
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-
Parcelamentos	-	-	-	-	-
Concessão a pagar	-	-	-	-	-
Tributos a pagar	732.336	714.672	-2%	697.008	-2%
Provisão para contingências	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-

I. Patrimônio Líquido

CONTAS PATRIMONIAIS	set/23	out/23	A.H	nov/23	A.H
Patrimônio líquido	(7.666.048)	(7.727.916)	1%	(8.030.417)	4%
Capital social	1.000	1.000	0%	1.000	0%
Reserva de capital	-	-	-	-	-
Reserva Legal	200	200	0%	200	0%
Reserva de Lucros a realizar	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	(7.667.248)	(7.729.116)	1%	(8.031.617)	4%
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-

Conforme evidenciado no quadro anexo, o **Patrimônio Líquido** observa-se a presença de apenas três contas com saldos, sendo que duas delas mantiveram-se inalteradas. Nesse contexto, a única variação identificada no trimestre em análise, corresponde à conta de **RESULTADOS ACUMULADOS**, onde foi registrado um incremento de 4% em seu saldo no mês atual, decorrente do

aumento no saldo do Resultado do Exercício Corrente em mais de 300 mil reais. Essa variação reflete um prejuízo ainda mais expressivo do que o registrado no mês anterior, impactando diretamente aumentar em mais de 300 mil reais, refletindo um prejuízo ainda maior do que foi registrado no mês anterior.

II. Das Obrigações Fiscais/Tributárias

CERTIDÃO	STATUS
Certidão de Tributos Relativos a Dívida Ativa da União	Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Validade: 29/04/2024)
Certidão de FGTS	Certificado de Regularidade do FGTS – CRF (Validade: 16/11/2023 – 15/12/2023)
Certidão Trabalhista	Sem Documento
Certidão de Regularidade Fiscal do Estado	Sem Documento
Certidão de Dívida Ativa do Estado	Sem Documento
Certidão Negativa de ISS	Situação regular (Validade: Ago/2023 – Fev/2024)
Certidão Positiva Dívida Ativa Municipal	Situação regular (Validade: Set/2023 – Mar/2024)
Relatório Situação Fiscal	Certidão com apontamento de parcelamento com exigibilidade suspensa (Validade: 03/10/2023 - 31/03/2024)

Em relação ao Passivo Fiscal/Tributário, apresentados os documentos relacionados no quadro abaixo, onde foi possível identificar as seguintes informações:

A. Fazenda Nacional

Conforme Relatório de Situação Fiscal emitido em 04/07/2023 foram encontrados parcelamentos ativos, com exigibilidade suspensa, bem como processos fiscais com exigibilidade suspensa, da maneira como segue:

PARCELAMENTOS	
Processo	Receita
10768.402.429/2020-71	2362-IRPJ
10768.402.429/2020-71	2484-CSLL

PROCESSOS FISCAIS	
Processo	Situação
12448.917.658/2020-34	EM JULGAMENTO DA MANIFESTAÇÃO INCONFORMIDADE (CRÉDITO)
12448.917.759/2020-13	EM JULGAMENTO DA MANIFESTAÇÃO INCONFORMIDADE (CRÉDITO)

B. Fazenda Estadual

Não foram apresentados documentos que permitisse emitir relatório sobre a situação fiscal/tributária estadual da recuperanda.

C. Fazenda Municipal

O relatório de débitos com a **Fazenda Municipal** emitido 20/09/2023 e válido até Março de 2024 apresentados pela Recuperanda, somam a quantia de R\$ 1.749.568,73 (um milhão setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e sessenta e oito reais e setenta e três centavos) distribuídos conforme quadro ao lado.

CDA	PROCESSO	FASE	VALOR
01/052728/2010-00	0435363-92.2011.8.19.0001	Cobrança	477.268,17
01/051525/2011-00	0435363-92.2011.8.19.0001	Cobrança	449.864,71
01/048621/2012-00	0093802-83.2019.8.19.0001	Parcelamento Irregular	347.920,87
01/034695/2013-00	0315103-10.2016.8.19.0001	Parcelada	263.980,19
01/116568/2014-00	0315103-10.2016.8.19.0001	Parcelada	77.070,43
01/121595/2022-00	-	Inscrita	133.464,36
	TOTAL		1.749.568,73

8.4.3 Indicadores

Os indicadores de solvência aqui apresentados tiveram como base todo o material fornecido pela recuperanda. Dessa forma, foi possível proceder a elaboração dos Índices Tradicionais de Liquidez, bem como o modelo de previsão de insolvência de KANITZ¹⁸, analisando o último trimestre (Setembro, Outubro e Novembro), informando sobre a atual posição econômico-financeira da recuperanda.

a) Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente apura a proporção das obrigações assumidas perante terceiros, a curto prazo, em relação ao AC, pela fórmula $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$, de maneira que o resultado é quanto a empresa dispõe em (R\$) para cada R\$ 1,00 de obrigações assumidas. Para fins de análise do indicador as despesas antecipadas foram reclassificadas para o resultado, visto não configurarem capacidade de pagamento.

Índice de Liquidez	set/23	out/23	nov/23
Corrente	0,01	0,01	0,00

b) Liquidez Imediata

O índice de liquidez imediata visa demonstrar a relação entre as obrigações assumidas a curto prazo em relação as disponibilidades, calculando da seguinte maneira: $LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$.

Índice de Liquidez	set/23	out/23	nov/23
Imediata	0,00	0,00	0,00

¹⁸ Kanitz, S. C. (1974, dezembro). Como prever falências. *Exame*, pp.95-103.

c) Liquidez Geral

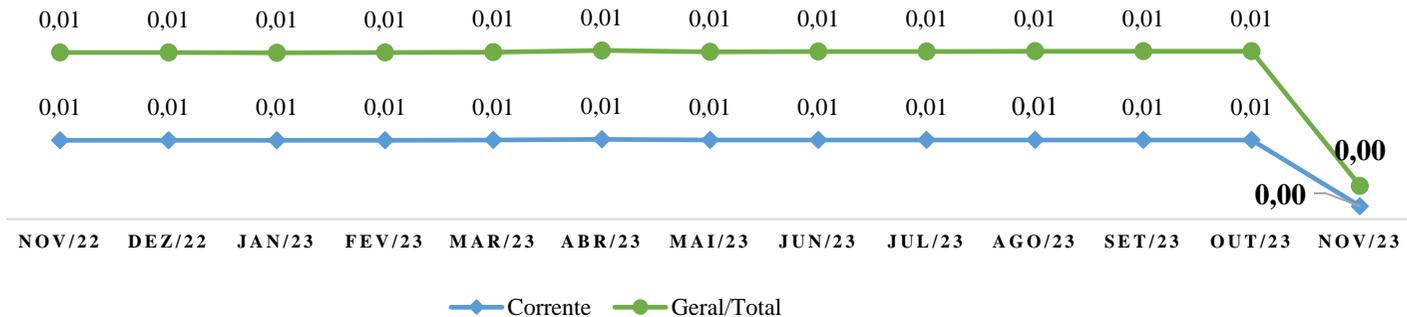
O índice de liquidez geral demonstra a relação de todo o ativo realizável a curto e longo prazo em relação as exigibilidades em curto e longo prazo, sendo calculado pela fórmula

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realiz. a Long Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigiv. a Long Prazo}}$$

não configurarem capacidade de pagamento.

Índice de Liquidez	set/23	out/23	nov/23
Geral/Total	0,01	0,01	0,00

**ÍNDICES
DE
LIQUIDEZ**



O índice de **Liquidez Corrente** desempenha um papel crucial na análise da capacidade de uma empresa de cumprir suas obrigações de curto prazo por meio dos recursos disponíveis no **Ativo Circulante**. No entanto, ao examinar o período de Novembro de 2022 a Novembro de 2023, e perceber que o índice chega a 0,00 no mês atualmente em análise, fica evidente que as contas registradas no Ativo Circulante não são suficientes para atender a essas obrigações iminentes.

Já o índice de **Liquidez Geral**, que assim como o anterior, atinge os 0,00, reflete uma situação financeira crítica para a empresa em questão. Essa métrica demonstra que os ativos totais da empresa, que incluem tanto os ativos de curto prazo quanto os ativos de longo prazo, são praticamente insignificantes em relação às suas obrigações financeiras totais, abrangendo tanto as dívidas de curto prazo quanto as dívidas de longo prazo, demonstrando capacidade limitada para cumprir suas obrigações financeiras. Nesse cenário, é notável que os indicadores de liquidez chegaram ao zero, após passar todo o período anterior com índice 0,01. Isso sinaliza baixos índices de liquidez, o que requer uma análise minuciosa e a adoção de estratégias adequadas para garantir a estabilidade financeira e a capacidade de cumprir tanto suas obrigações imediatas, quanto as de longo prazo, utilizando os ativos disponíveis.

d) Grau de Endividamento

O Endividamento busca demonstrar a proporção que o capital de terceiros possui em relação ao capital próprio da empresa, calculado pela fórmula $E = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$. Para fins de

análise, o PL da empresa foi reduzido das despesas antecipadas, que sofreram reclassificação do ativo, visto não configurarem capacidade de pagamento.

Indicador	set/23	out/23	nov/23
Grau de Endividamento	***	***	***

e) Rentabilidade do Patrimônio (ROE)

O indicador em questão calcula o retorno em lucro gerado em relação ao patrimônio líquido, exprimindo o quanto a empresa é eficiente em ser rentável com os recursos disponíveis, calculado

pela fórmula $ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$. Para fins de análise, o PL da empresa foi reduzido das despesas antecipadas, que sofreram reclassificação do ativo, visto não configurarem capacidade de pagamento.

Indicador	set/23	out/23	nov/23
Rentabilidade do Patrimônio	***	***	***

O indicador de Endividamento demonstra valores fora do padrão de análise, devido a apresentação de Patrimônio Líquido negativo em todos os períodos analisados, assim como o indicador de Rentabilidade do Patrimônio, que além do Patrimônio Líquido ser negativo, apresenta prejuízo nos exercícios.

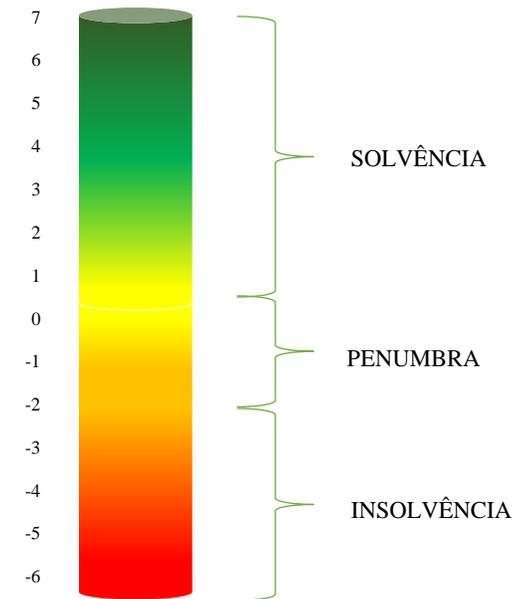
f) Termômetro de Kanitz

O Termômetro de Kanitz ou Fator de Insolvência, consiste na análise de um conjunto de índices, de maneira que possibilita obtenção de um indicador, que, aplicado aos parâmetros estabelecidos, indica em que estágio econômico-financeiro a empresa se encontra, obedecendo os seguintes critérios:

Solvência – Considera-se Solvente a empresa que, depois de calculado o índice de solvência, obtiver acima de 0 (zero), indicando total solvência econômica.

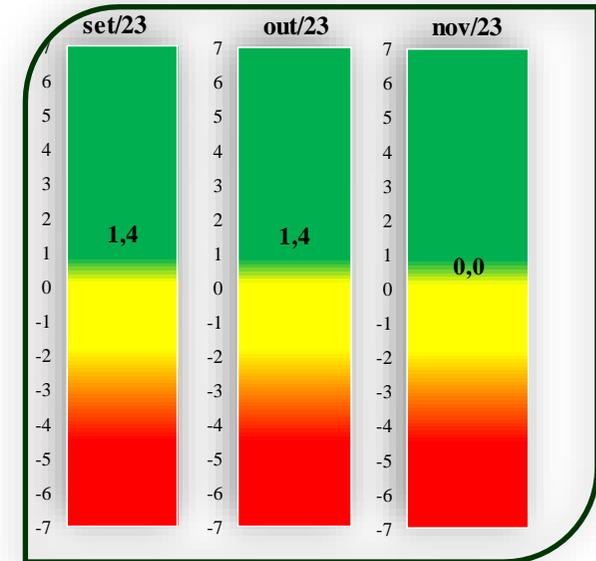
Penumbra – Se o resultado do índice variar entre 0 e -2 significa que a empresa possui situação estável, mas devendo ficar em alerta quanto ao seu grau de insolvência.

Insolvência – Caracteriza-se insolvente a empresa que apresentar índice entre -3 e -7, o que indica risco iminente de falência.

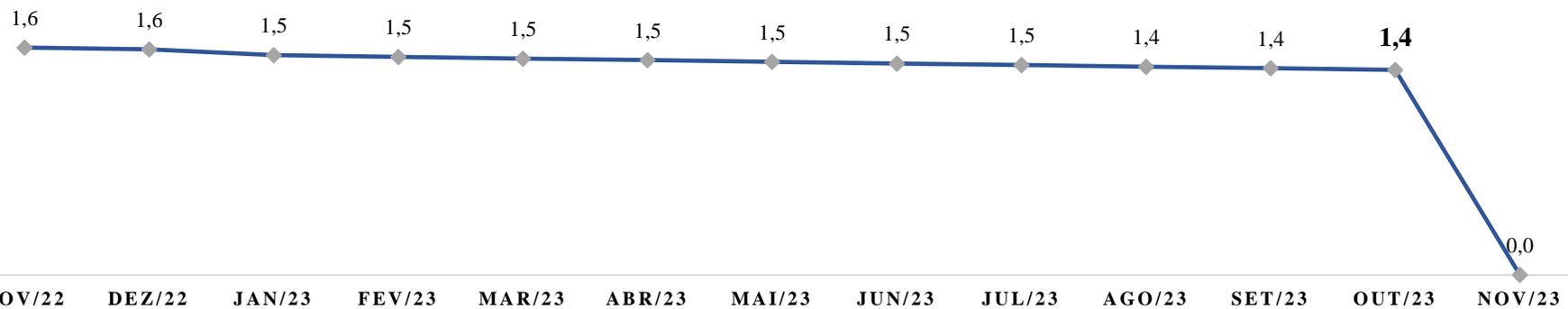


O cálculo desse índice se dá pela fórmula Previsão de Insolvência = $0,05 \times \frac{LL}{PL} + 1,65 \times \frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Total} + 3,55 \times \frac{AC-Estoques}{PC} + 1,33 \times \frac{AC}{PC} - 1,06 \times \frac{Passivo\ Total}{PL}$, e o resultado aplicado ao termômetro infra, gera a informação necessária à interpretação da situação compreendida na análise.

Aplicando o modelo de previsão de insolvência ou termômetro de Kanitz no trimestre em questão, podemos notar que dessa vez, o índice apresenta uma considerável queda, o que é atribuído pelas quedas ocorridas nos saldos dos grupos citados anteriormente, principalmente do Ativo Circulante, que registrou a maior queda ocorrida. Sendo assim, a empresa entra pela primeira vez em uma área de penumbra, o que sugere um declínio no cenário analisado.

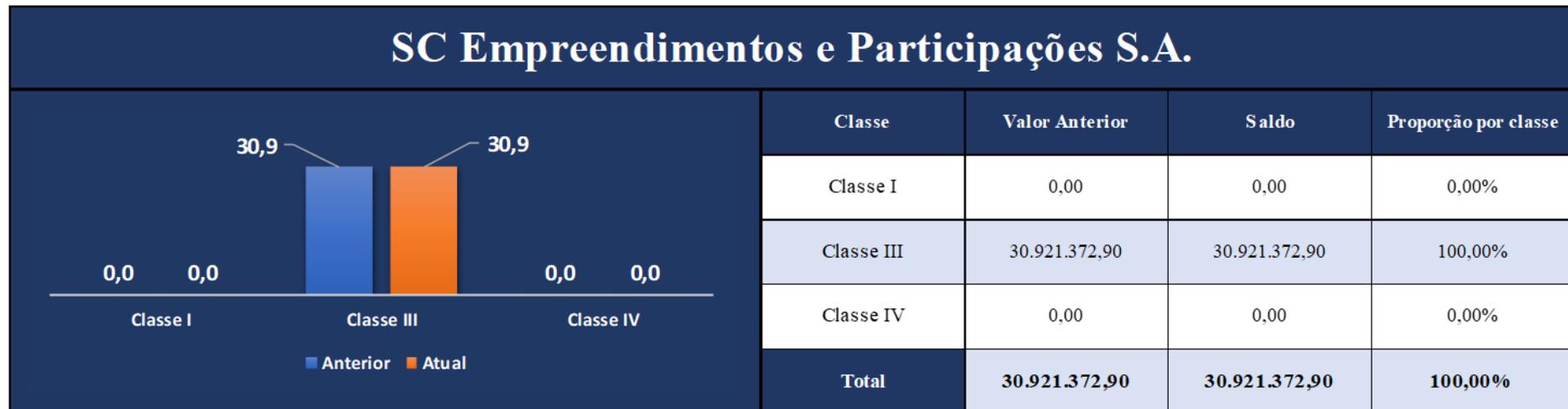


EVOLUÇÃO DA PREVISÃO DE INSOLVÊNCIA



8.5 Lista de Credores

Após a consolidação da relação de credores realizada por esta Administração Judicial, não houve alteração dos créditos em questão, ficando da



seguinte maneira:

8.6 Pagamentos realizados

Mesmo com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e sua homologação, dentro do período em destaque, não houve pagamentos previstos para o mês em tela.

8.7 Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial

A Recuperanda, em fl. 9166, apresenta a última versão do PRJ, tendo sido aprovado em 31/05/2022 da seguinte maneira:

- i. CLASSE I - (Trabalhista), votaram sim, pela aprovação do plano, 14 credores correspondentes a 93,33% dos votos por cabeça e 1 credor votou pela não aprovação do plano (6,67% do total de votos por cabeça);
- ii. CLASSE III - (Quirografária), votaram sim, pela aprovação do plano, 23 credores correspondentes a 88,46% dos votos por cabeça e 84,07% dos votos por crédito. Votaram pela não aprovação, 3 credores correspondentes a 11,54% do total de votos por cabeça e 15,93% dos votos por crédito;
- iii. CLASSE IV - (Microempresa), votaram sim, pela aprovação do plano, 13 credores, correspondentes a 100% do total de votos por cabeça e por crédito.

Conforme informado por esta Administrador Judicial em petição de fl. 9337, esclarece que foram apresentadas ressalvas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (fl. 9359 - DOC. 5), pela XP Debêntures Incentivadas CP Master FIM (fl. 9360 - DOC. 6) e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (fl. 9361 - DOC. 7).

O i. Parquet, em fl. 9436, manifesta-se sobre o PRJ, onde informa que cabe realizar análises a respeito de legalidade do plano de recuperação, sem a indevida incursão na matéria à viabilidade econômico-financeira do plano, sendo assim, no que toca à previsão dos pagamentos devidos aos trabalhistas e as cláusulas do PRJ 10.4.1, 10.8, 10.6, 10.7, 10.13 e 11.3. Ao final o MP pugna pela Homologação do PRJ aprovado em AGC com a prolação de sentença de concessão da Recuperação Judicial, afastadas acima impugnadas.

9. Teleféricos do Rio de Janeiro S.A.

12.592.708/0001-68 - (27/09/2010)

Rua da América, 210 – Parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro
– RJ, CEP 20.220-590.

Atividades:

49.12-4-02 - Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana;

73.12-2-00 – Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação.

Capital Social: R\$ 50.000,00 (informado RFB)

R\$ 151.803,68 (Balanço Patrimonial)

Quadro de Sócios e Administradores:

Presidente – Gustavo Nunes da Silva Rocha

Diretor – Flavio da Costa Vaz

Empresa constituída para exploração dos serviços de teleféricos nas comunidades do Complexo do Alemão, atuando atualmente no desenvolvimento de projetos estruturados e inovadores.

9.1 Da Análise Societária

A recuperanda forneceu, a pedido desta Administração Judicial, os documentos arquivados que seguem detalhados infra, demonstrando a data da realização das Assembleias, bem como do seu efetivo registro no órgão competente, possibilitando traçar a linha do tempo em relação aos acontecimentos, além de detalhar suas deliberações.

Recuperanda	Data do Documento	Data do Arquivamento - JUCERJA	Tipo de Documento	Deliberações
TELEFÉRICOS DO RIO DE JANEIRO S.A.	29/04/2021	29/07/2021	ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	- Aprovação, pela unanimidade dos presentes do CA Teleféricos, a PD.CA TELEFÉRICOS - 01/21 Teleféricos do Rio de Janeiro S.A. ("Teleféricos") - Recomendação para aprovação das Demonstrações Financeiras, Destinação do Resultado do Exercício Findo em 31/12/2020 e a PD.CA TELEFÉRICOS - 02/21 Teleféricos do Rio de Janeiro S.A. ("Teleféricos") - Reeleição da Diretoria Estatutária da Teleféricos, permanecendo como Diretor presidente, O Sr. Antônio Carlos Sanches, e como Diretor Financeiro, o sr. Fernando Augusto Ginjas Pinto, ambos para o mandato unificado com término em 30 de abril de 2024.

TELEFÉRICOS DO RIO DE JANEIRO S.A.	30/04/2021	10/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	<p>- Aprovação da prestação de contas da administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e a destinação do prejuízo do exercício findo em 31/12/2020 da Companhia, no montante de R\$ 836,80, para compor prejuízos acumulados, passando o saldo a ser R\$ 119.524,08, não havendo, portanto, distribuição de dividendos, sendo dispensada pelo acionista a leitura de tais documentos, por serem de conhecimento geral;</p> <p>- Aprovação da remuneração global aplicável aos diretores da Companhia, referente à atuação em todas as empresas de seu grupo econômico, até o limite de R\$ 10.000.000,00, desde que a remuneração individual variável devida a cada diretor relacionada às realizações do exercício fiscal que encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2021 seja previamente alinhada com o Conselho de Administração da Companhia;</p> <p>- Reeleger os membros do Conselho de Administração, com mandato unificado até 30 de abril de 2024, com a seguinte composição: Kazuhisa Ota, Alexandre Carmona Côrtes e Kazuki Hama.</p>
TELEFÉRICOS DO RIO DE JANEIRO S.A.	28/05/2021	11/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	<p>- Conhecimento do pedido de renúncia, dirigido à Companhia, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, do Sr. Kazuki Hama;</p> <p>- Eleição do Sr. Hitoshi Ueda, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia;</p> <p>- Aprovação da consolidação do Conselho de Administração com a seguinte formatação, tendo em vista as alterações previstas nesta ata, com mandato unificado até 30 de abril de 2024: Kazuhisa Ota, Alexandre Carmona Côrtes e Hitoshi Ueda.</p>
TELEFÉRICOS DO RIO DE JANEIRO S.A.	07/06/2021	10/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	<p>Aprovação, por unanimidade, a autorização do ajuizamento do pedido de recuperação judicial da Companhia, nos termos do art. 122, IX, da Lei das S.A. Ficando consignado que a administração da Companhia fica autorizada a tomar todas as medidas necessárias e/ou convenientes para dar efetividade à deliberação ora aprovada.</p>

9.1.1 Da Administração da Recuperanda

Em relação a análise societária, foram solicitados à recuperanda os últimos atos registrados no órgão competente para que fosse procedida a presente análise, e os documentos ao lado foram os únicos recebidos no mês em questão.

 Ata AGO Teleféricos 2023_Acionista_JUCERJA
 TLF_RCA_02_24.05.23 PD 02
 TLF_RCA_03_25.07.23 PD 03

Documentos fornecidos pela recuperanda.

	00005749232	19/10/2023	Ata de Assembleia Geral Ordinária	13
	00005624775	11/08/2023	Carta de Renúncia de Administrador	4
	00005610433	02/08/2023	Alteração	6
	00005515656	06/06/2023	Ata de Reunião do Conselho de Administração	7
	00005437872	24/04/2023	Carta de Renúncia de Administrador	4

Conforme consulta realizada no site da mencionada Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro no mês de Outubro de 2023, foi percebido que apenas a ATA de AGO que trata da eleição do novo presidente foi disponibilizada nos documentos do mês em análise, porém, é possível notar a existência de uma Carta de Renúncia, que não foi disponibilizada à esta Administração. Com isso, apenas as informações recebidas por parte da recuperanda foram consideradas para elaboração do presente item.

No primeiro anexo recebido, referente a reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 24 de Maio de 2023, e nomeado “RCA RTP_03_24.05.23” foi acostada a carta de renúncia do Diretor Financeiro, Sr. **Fernando Augusto Ginjas Pinto** e confirmada a eleição de seu substituto, Sr. **Flavio da Costa Vaz** no referido cargo. Já o documento recebido atualmente, refere-se a ATA que trata a oficialização da carta de renúncia do Sr. **Antonio Carlos Sanches**, ocorrida em Abril e a eleição do Sr. **Gustavo Nunes da Silva Rocha**, para o cargo de atual Diretor Presidente da Companhia. Com efeitos a partir de Julho de 2023, a composição da Diretoria Estatutária e Administrativa, passa a seguinte configuração:

Cargo	Nome	CPF
(a) Diretor Presidente	Gustavo Nunes da Silva Rocha	001.603.077-08
(b) Diretor Financeiro	Flavio da Costa Vaz	014.816.987-29
(a) Conselho de Administração	Masato Kaneko	116.005.521-10
(b) Conselho de Administração	Alexandre Carmona Côrtes	043.970.257-70
(b) Conselho de Administração	Hitoshi Ueda	229.146.198-20

9.1.2 Das atividades

No artigo 3º do Estatuto Social, é apresentado como objeto social:

Objeto Social
Prestação de serviços de transporte de passageiros por teleférico e atividades correlatas;
Atividades vinculadas a exibição de publicidade e mídia de todas as naturezas nas estações e nos carrinhos de transporte, podendo, ainda, comercializar espaços nas estações.

Nos documentos disponibilizados pela recuperanda, não foi identificado alteração de objeto social.

9.1.3 Da Sede e Filiais

A recuperanda tem sua sede administrativa à Rua da América, 210 – parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro, conforme artigo 2º de seu Estatuto. A recuperanda não indicou existência de filiais.

9.2 Do Quadro de Funcionários

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente ao seu quadro de funcionários.

9.3 Das operações das Recuperandas

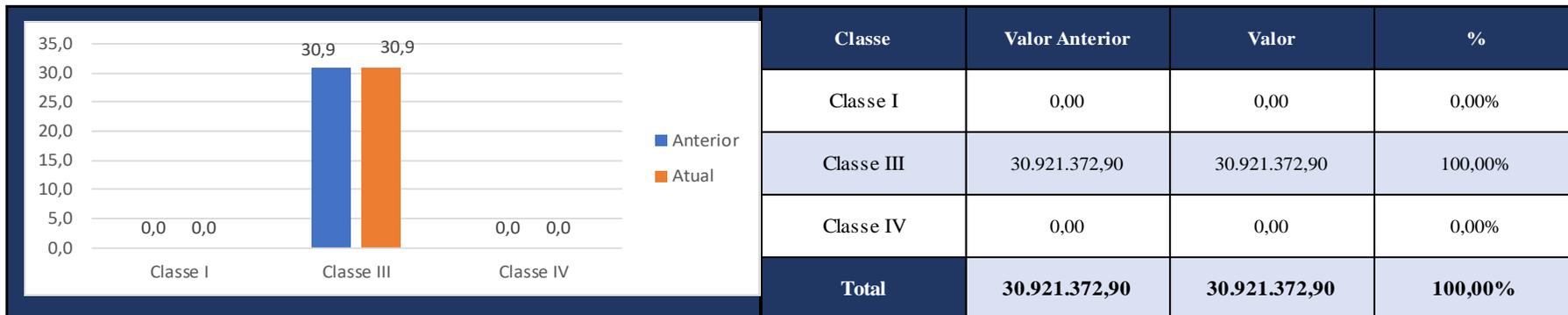
A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente a suas operações.

9.4 Da análise Contábil-Financeira

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente a suas operações.

9.5 Lista de Credores

Após a consolidação da relação de credores realizada por esta Administração Judicial, não houve alteração dos créditos em questão, ficando da seguinte maneira:



9.6 Pagamentos realizados

Considerando que os credores começarão a ser pagos somente após a aprovação do Plano de Recuperação após a Assembleia Geral de Credores, ainda não foram apresentadas informações de pagamento realizados.

9.7 Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial

A Recuperanda, em fl. 9166, apresenta a última versão do PRJ, tendo sido aprovado em 31/05/2022 da seguinte maneira:

- i. CLASSE I - (Trabalhista), votaram sim, pela aprovação do plano, 14 credores correspondentes a 93,33% dos votos por cabeça e 1 credor votou pela não aprovação do plano (6,67% do total de votos por cabeça);
- ii. CLASSE III - (Quirografária), votaram sim, pela aprovação do plano, 23 credores correspondentes a 88,46% dos votos por cabeça e 84,07% dos votos por crédito. Votaram pela não aprovação, 3 credores correspondentes a 11,54% do total de votos por cabeça e 15,93% dos votos por crédito;

iii. CLASSE IV - (Microempresa), votaram sim, pela aprovação do plano, 13 credores, correspondentes a 100% do total de votos por cabeça e por crédito.

Conforme informado por esta Administrador Judicial em petição de fl. 9337, esclarece que foram apresentadas ressalvas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (fl. 9359 - DOC. 5), pela XP Debêntures Incentivadas CP Master FIM (fl. 9360 - DOC. 6) e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (fl. 9361 - DOC. 7).

O i. Parquet, em fl. 9436, manifesta-se sobre o PRJ, onde informa que cabe realizar análises a respeito de legalidade do plano de recuperação, sem a indevida incursão na matéria à viabilidade econômico-financeira do plano, sendo assim, no que toca à previsão dos pagamentos devidos aos trabalhistas e as cláusulas do PRJ 10.4.1, 10.8, 10.6, 10.7, 10.13 e 11.3. Ao final o MP pugna pela Homologação do PRJ aprovado em AGC com a prolação de sentença de concessão da Recuperação Judicial, afastadas acima impugnadas.

10. Hotel Central S.A.

17.846.582/0001-24 - (01/04/2013)

Rua da América, 210 – Parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro
– RJ, CEP 20.220-590.

Atividades:

55.10-8-01 - Hotéis;

64.62-0-00 – Holding de instituições não financeiras.

Capital Social: R\$ 900,00

Quadro de Sócios e Administradores:

Presidente – Gustavo Nunes da Silva Rocha

Diretor – Flavio da Costa Vaz

Subsidiária da SuperVia, a empresa fora constituída com o objetivo de desenvolver um projeto comercial relacionado à construção de um hotel na estação ferroviária da Central do Brasil.

10.1 Da Análise Societária

A recuperanda forneceu em 08 de setembro de 2021, a pedido desta Administração Judicial, seis Atas de Assembleia registradas entre os meses de julho e agosto deste ano, os documentos arquivados seguem detalhados infra, demonstrando a data da realização das Assembleias, bem como do seu efetivo registro no órgão competente, possibilitando traçar a linha do tempo em relação aos acontecimentos, além de detalhar suas deliberações.

Recuperanda	Data do Documento	Data do Arquivamento - JUCERJA	Tipo de Documento	Deliberações
HOTEL CENTRAL S.A.	30/04/2021	28/07/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da prestação de contas da administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e consignar na ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária que não haverá distribuição de dividendos, uma vez que a Companhia não apurou resultado no exercício, sendo dispensada pelo acionista a leitura de tais documentos, por serem de conhecimento geral; - Aprovação da remuneração global aplicável aos diretores da Companhia, referente à atuação em todas as empresas de seu grupo econômico, até o limite de R\$ 10.000.000,00, desde que a remuneração individual variável devida a cada diretor relacionada às realizações do exercício fiscal que encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2021 seja previamente alinhada com o Conselho de Administração da Companhia; - Considerar sanada a não observância dos prazos do artigo 133 e parágrafos da Lei 6.404/76, nos termos do § 4º daquele mesmo dispositivo.

HOTEL CENTRAL S.A.	07/06/2021	10/08/2021	ATA DE ASSOMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	- Aprovação, por unanimidade, a autorização do ajuizamento do pedido de recuperação judicial da Companhia, nos termos do art. 122, IX, da Lei das S.A. Ficando consignado que a administração da Companhia fica autorizada a tomar todas as medidas necessárias e/ou convenientes para dar efetividade à deliberação ora aprovada.
--------------------	------------	------------	---	--

10.1.1 Da Administração da Recuperanda

+	00005531735	16/06/2023	Alteração	8
+	00005437121	24/04/2023	Carta de Renúncia de Administrador	4
+	00004316569	10/08/2021	Ata de Assembleia Geral Extraordinária	5
+	00004210218	28/07/2021	Ata de Assembleia Geral Ordinária	9

Valendo-se de seus próprios esforços, esta Administração Judicial buscou na referida Junta Comercial atualizações acerca de ATAS registradas e que eventualmente não foram recebidas no mês em questão, e como podemos ver no quadro ao lado, existem documentos referente a Alteração, no mês anterior, que não foram repassados.

De forma que a recuperanda não forneceu documentos acerca da empresa em questão, a presente análise foi realizada de acordo com os dados obtidos com base nos documentos recebidos por parte das outras Recuperandas do grupo.

No primeiro anexo recebido, referente a reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 24 de Maio de 2023, e nomeado “RCA RTP_03_24.05.23” foi acostada a carta de renúncia do Diretor Financeiro, Sr. **Fernando Augusto Ginjas Pinto** e confirmada a eleição de seu substituto, Sr. **Flavio da Costa Vaz** no referido cargo. Já o documento recebido atualmente, refere-se a ATA que trata a oficialização da carta de renúncia do Sr. **Antonio Carlos Sanches**, ocorrida em Abril e a eleição do Sr. **Gustavo Nunes da Silva Rocha**, para o cargo de atual Diretor Presidente da Companhia. Com efeitos a partir de Julho de 2023, a composição da Diretoria Estatutária e Administrativa, passa a seguinte configuração:

Cargo	Nome	CPF
(a) Diretor Presidente	Gustavo Nunes da Silva Rocha	001.603.077-08
(b) Diretor Financeiro	Flavio da Costa Vaz	014.816.987-29
(a) Conselho de Administração	Masato Kaneko	116.005.521-10
(b) Conselho de Administração	Alexandre Carmona Côrtes	043.970.257-70
(b) Conselho de Administração	Hitoshi Ueda	229.146.198-20

10.1.2 Das atividades

No artigo 3º do Estatuto Social, é apresentado como objeto social:

Objeto Social
Exploração comercial de hotel;
Participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

Nos documentos disponibilizados pela recuperanda, não foi identificado alteração de objeto social.

10.1.3 Da Sede e Filiais

A recuperanda tem sua sede administrativa à Rua da América, 210 – parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro, conforme artigo 2º de seu Estatuto. A recuperanda não indicou existência de filiais.

10.2 Do Quadro de Funcionários

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente ao seu quadro de funcionários.

10.3 Das operações das Recuperandas

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente a suas operações.

10.4 Da análise Contábil-Financeira

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente a suas operações.

10.5 Lista de Credores

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente a suas operações.

10.6 Pagamentos realizados

Mesmo com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e sua homologação, dentro do período em destaque, não houve pagamentos previstos para o mês em tela.

10.7 Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial

A Recuperanda, em fl. 9166, apresenta a última versão do PRJ, tendo sido aprovado em 31/05/2022 da seguinte maneira:

- i. CLASSE I - (Trabalhista), votaram sim, pela aprovação do plano, 14 credores correspondentes a 93,33% dos votos por cabeça e 1 credor votou pela não aprovação do plano (6,67% do total de votos por cabeça);

- ii. CLASSE III - (Quirografária), votaram sim, pela aprovação do plano, 23 credores correspondentes a 88,46% dos votos por cabeça e 84,07% dos votos por crédito. Votaram pela não aprovação, 3 credores correspondentes a 11,54% do total de votos por cabeça e 15,93% dos votos por crédito;

- iii. CLASSE IV - (Microempresa), votaram sim, pela aprovação do plano, 13 credores, correspondentes a 100% do total de votos por cabeça e por crédito.

Conforme informado por esta Administrador Judicial em petição de fl. 9337, esclarece que foram apresentadas ressalvas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (fl. 9359 - DOC. 5), pela XP Debêntures Incentivadas CP Master FIM (fl. 9360 - DOC. 6) e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (fl. 9361 - DOC. 7).

O i. Parquet, em fl. 9436, manifesta-se sobre o PRJ, onde informa que cabe realizar análises a respeito de legalidade do plano de recuperação, sem a indevida incursão na matéria à viabilidade econômico-financeira do plano, sendo assim, no que toca à previsão dos pagamentos devidos aos trabalhistas e as cláusulas do PRJ 10.4.1, 10.8, 10.6, 10.7, 10.13 e 11.3. Ao final o MP pugna pela Homologação do PRJ aprovado em AGC com a prolação de sentença de concessão da Recuperação Judicial, afastadas acima impugnadas

11. Relação de Anexos

ANEXO I	Acesso a pasta compartilhada de arquivos
ANEXO II	Relatório da Situação Fiscal SuperVia
ANEXO III	Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas
ANEXO IV	Relatório de inscrições de débitos na PGE
ANEXO V	Relatório de Consulta PGE - SuperVia
ANEXO VI	Certidão Negativa de Débitos com a Receita Estadual
ANEXO VII	Lista de Credores por Recuperanda
ANEXO VIII	Relação de e-mails recebidos para opção de forma de pagamento
ANEXO IX	Relação de pagamentos efetuados e comprovantes



2F PERÍCIA E CONTABILIDADE

DANIEL FERREIRA FALCÃO

CRC-PJ/RJ 006029/O-5



E. FERREIRA GOMES ADVOGADOS

EVANDRO P. G. FERREIRA GOMES

OAB/RJ 137.473

